



PREGÃO ELETRÔNICO

90001/2024

CONTRATANTE (UASG)

158562

OBJETO

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de auxiliar de manutenção predial, piscineiro, operador rural, copeiro e auxiliar de almoxarifado com fornecimento de mão de obra uniformizada, com emprego de material de consumo e equipamentos, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra no IFAM Campus Presidente Figueiredo.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 289.886,26

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 15/04/2024 às 11h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço por item

MODO DE DISPUTA:

Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	6
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .	7
6. DA FASE DE JULGAMENTO	10
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO	13
8. DOS RECURSOS	15
9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	16
10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	18
11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	18

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CAMPUS PRESIDENTE FIGUEIREDO**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2024

(Processo Administrativo nº 23443.016342/2023-32)

Torna-se público que o(a) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – Campus Presidente Figueiredo/AM,, por meio do(a) Coordenação de Licitação, sediado(a) Av. Onça Pintada, nº 1.308, Galo da Serra – Presidente Figueiredo/AM, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é a prestação do serviço de auxiliar de manutenção predial, piscineiro, operador rural, copeiro e auxiliar de almoxarifado com fornecimento de mão de obra uniformizada, com emprego de material de consumo e equipamentos, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra no IFAM Campus Presidente Figueiredo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).
- 2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 2.5. A participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte para todos os itens, nos termos do [art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#).

2.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.7.9. *peçoas jurídicas reunidas em consórcio;*

2.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.7.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.8. O impedimento de que trata o item 2.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.2 e 2.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

- 2.11. O disposto nos itens 2.7.2 e 2.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 2.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).
- 2.13. A vedação de que trata o item 2.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 7.1.1 e 7.12.1 deste Edital.
- 3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

- 3.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 3.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 3.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 3.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 3.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 4.1.1. Valor unitário da proposta
- 4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

- 4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 4.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte não poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, visto que os serviços serão prestados com disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão de mão de obra para fins tributários, conforme art. 17, inciso XII, da Lei Complementar no 123/2006.
- 4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 4.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 4.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 4.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.
- 4.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.
- 4.10. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.
- 4.11. Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

- 5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item
- 5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.7. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 10,00(dez) reais.
- 5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 5.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

- 5.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).
- 5.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 5.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 5.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 5.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 5.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 5.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:
- 5.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
 - 5.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
 - 5.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
 - 5.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 5.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 5.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
 - 5.19.2.2. empresas brasileiras;
 - 5.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
 - 5.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).
- 5.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

- 5.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 5.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 5.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 5.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo **de 02 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 5.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 5.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

- 6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 6.1.1. SICAF;
- 6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- 6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- 6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).
- 6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))
- 6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).
- 6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).
- 6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 6.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens **2.5.1** e 3.6 deste edital.
- 6.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à

compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

6.6. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram utilizados os seguintes acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:

6.6.1. *CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2023, Registro MTE AM000563/2023;*

6.6.2. O(s) sindicato(s) indicado(s) no subitem acima não é (são) de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado.

6.6.3. **Será obrigatória a utilização do modelo de planilha de custos constante nos anexos deste Edital, sob pena de desclassificação da proposta.**

6.6.4. **A planilha modelo está disponível no link:**

<https://drive.google.com/drive/folders/1E0H3FiyxKpNr0TTQJTczTlise7tE2ZSW?usp=sharing>

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7.1. conter vícios insanáveis;

6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

6.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

6.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e *pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;*

6.9.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

- 6.9.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.
- 6.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 6.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.
- 6.11.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.
- 6.11.3. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;
- 6.11.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.
- 6.11.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.
- 6.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
- 6.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 6.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 6.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 6.14. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

- 6.15. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 6.16. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 6.17. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 6.18. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.
- 7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 7.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).
- 7.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 7.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 7.9. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

- 7.9.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado através do e-mail licita_cprf@ifam.edu.br, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.
- 7.9.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 7.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.
- 7.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).
- 7.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).
- 7.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).
- 7.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 7.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **02 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
- 7.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).
- 7.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 7.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 7.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 7.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):
- 7.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 7.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 7.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

- 7.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.12.1.
- 7.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 7.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).
- 7.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8. DOS RECURSOS

- 8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 8.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
- 8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 8.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <http://www2.ifam.edu.br/campus/cprf/aceso-a-informacao/compras-licitacoes/licitacoes/em-andamento/home>

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

9.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

9.1.5. fraudar a licitação

9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

9.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

9.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1. advertência;

9.2.2. multa;

9.2.3. impedimento de licitar e contratar e

9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

9.3.2. as peculiaridades do caso concreto

9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

- 9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.
- 9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
- 9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelos seguintes meios*: através do e-mail licita_cprf@ifam.edu.br, ou por petição protocolada no endereço Avenida Onça Pintada, 1308, Galo da Serra- Presidente Figueiredo- AM, CEP 69735-000, Setor de Protocolo
- 10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <http://www2.ifam.edu.br/campus/cprf/acesso-a-informacao/compras-licitacoes/licitacoes/home>.

- 11.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 11.11.1. ANEXO I - Termo de Referência
 - 11.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar
- 11.11.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato
- 11.11.3. ANEXO III- Modelo de autorização para a utilização da garantia e de pagamento direto (conforme estabelecido na alínea "d" do item 1.2 do Anexo VII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017);
- 11.11.4. ANEXO IV- Modelo de Termo de Vistoria
- 11.11.5. ANEXO V- Termo de Conciliação Judicial firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a União;
- 11.11.6. ANEXO VI- Planilha de Custos e Formação de Preços;
- 11.11.7. ANEXO VII- Modelo de declaração de contratos firmados com a iniciativa privada e a Administração Pública;
- 11.11.8. ANEXO VIII- Modelo de Instrumento de Medição de Resultados - IMR

Presidente Figueiredo, 25 de março de 2024

JACKSON PANTOJA LIMA

Diretor Geral do IFAM Campus Presidente Figueiredo
Portaria nº 1.112/GR-IFAM/22.06.2023



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ



ANEXO I- TERMO DE REFERÊNCIA

(Processo Administrativo nº23443.016342/2023-32)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços de empresa especializada na prestação, de serviços de auxiliar de manutenção predial, auxiliar de almoxarifado, piscineiro, operário rural e copeiro; com fornecimento de mão de obra uniformizada, com emprego de material de consumo e equipamentos, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTD	MENSAL POR POSTO (valor unitário)	QTD ANUAL	VALOR TOTAL ANUAL (Total mensal x 12 meses)
1	Contratação de Empresa especializada na prestação de serviços de AUXILIAR MANUTENÇÃO PREDIAL.	1627	POSTO	01	R\$ 5.361,70	12	R\$ 64.340,48
2	Contratação de Empresa especializada na prestação de serviços de OPERÁRIO RURAL.	15300	POSTO	01	R\$ 4.299,89	12	R\$ 51.598,70
3	Contratação de Empresa especializada na prestação de serviços de PISCINEIRO.	09962	POSTO	01	R\$ 5.632,72	12	R\$ 67.592,64
4	Contratação de Empresa especializada na prestação de serviços de COPEIRO.	22861	POSTO	01	R\$ 4.809,99	12	R\$ 57.719,94
5	Contratação de Empresa especializada na prestação de serviços de AUXILIAR DE ALMOXARIFADO.	14907	POSTO	01	R\$ 4.052,87	12	R\$ 48.634,50

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de **05(cinco) anos** contados do(a) **assinatura do contrato**, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que há necessidade contínua da prestação do serviço para o atendimento às demandas do IFAM/CPRF, sendo a vigência plurianual mais vantajosa

considerando reduzido número de recursos humanos para atuarem em novo planejamento e contratação, além de maior vantagem econômica e redução dos custos com a realização de nova licitação.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [2024], conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 10792928000100-0-000014/2023;
- II) Data de publicação no PNCP: 20/05/2023;
- III) Id do item no PCA: 457;
- IV) Classe/Grupo: 853;
- V) Identificador da Futura Contratação: 158562-38/2022;

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

É obrigação da contratada disponibilizar equipe técnica qualificada, devidamente registrada, para a prestação dos serviços, bem como os materiais e equipamentos necessários à execução das atividades nos ambientes relativos à contratação;

A contratada deverá observar a legislação trabalhista relativa à jornada de trabalho, às normas coletivas da categoria profissional e as normas internas de segurança e saúde do trabalho;

É obrigação da contratada treinar e capacitar periodicamente seus empregados no atendimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho, bem como prevenção de incêndio, práticas de redução do consumo de água, energia e redução da geração de resíduos para implementação das lições aprendidas durante a prestação dos serviços.

É de responsabilidade da contratada o fornecimento dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) em bom estado de utilização aos seus funcionários, prezando pela saúde e segurança durante a execução da prestação dos serviços.

Utilizar critérios e práticas de baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água, com preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local; maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia; maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local; e maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra.

A contratada deve manter equipamentos e demais materiais necessários à prestação dos serviços em bom estado de funcionamento evitando danos às pessoas e ao estado das instalações hidrossanitárias e elétricas.

A contratada deverá observar às recomendações técnicas e legais para o fornecimento dos materiais, produtos químicos, etc.

É obrigação da contratada adotar medidas para evitar o desperdício da água potável, com verificação da normalização de equipamentos quanto ao seu funcionamento (se estão regulados, quebrados ou com defeitos), bem com práticas de racionalização.

A contratada deverá racionalizar o consumo de energia elétrica com a utilização de equipamentos mais eficientes, que possuam a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE), conforme regulamentações, para os casos possíveis.

A contratada deverá adotar práticas de redução de geração de resíduos sólidos, realizando a separação dos resíduos recicláveis descartados pelo órgão ou entidade, na fonte geradora, e a coleta seletiva conforme legislação específica.

É obrigação da contratada respeitar as Normas Brasileiras (NBRs) sobre resíduos sólidos, bem como a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

A contratada deverá utilizar apenas embalagens recicláveis na prestação do serviço, incentivando sua utilização ou substituição por fontes renováveis.

As pilhas e baterias utilizadas na execução dos serviços, em equipamentos ou outros materiais de responsabilidade da contratada, deverão possuir composição que respeite os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio, conforme Resolução CONAMA nº 401/2008.

A contratada deverá recolher as lâmpadas fluorescentes e os pneus de veículos utilizados para prestação dos serviços, para descartá-los junto ao sistema de coleta do fabricante, distribuidor, importador, comerciante ou revendedor conforme sistema de Logística Reversa previsto em legislação específica.

É obrigação da Contratada a apresentação da composição química dos produtos utilizados na prestação do serviço, quando solicitado da contratante.

É permitido o uso de saneantes domissanitários produzidos com substâncias biodegradáveis, estabelecidas na Resolução ANVISA RDC nº 180, de 3 de outubro de 2006, bem como de produtos desinfetantes domissanitários, previsto na Resolução ANVISA RDC nº 34, de 16 de agosto 2010.

É de responsabilidade da contratada a verificação da não utilização de produtos de limpeza que observem a utilização de Substâncias Perigosas, Biodegradabilidade dos Tensoativos, Toxicidade Aquática e Teor de Fósforo acima dos limites estabelecidos por regulamentos ou legislação apropriada.

É obrigação da contratada a utilização de produtos de limpeza, preferencialmente, de origem animal e que sejam biodegradáveis;

É permitida a utilização de produtos que, comprovadamente, sejam derivados de matérias-primas totalmente naturais.

É permitido o uso de sabonetes que não contenham agentes antimicrobianos, exceto para locais que sejam exigidos por normas afetas à saúde e outras regulamentações.

O fornecimento de produtos e serviços deve ser acompanhado de Acordos de Níveis de Serviços (ANS) que assegurem a qualidade, disponibilidade, tempo de atendimento e correção de defeitos dentro de parâmetros compatíveis com as atividades de sustentabilidade previstas, utilizando os seguintes indicadores:

- a) Disponibilização de Equipamentos de Proteção Individual, por empregado.
- b) Utilização de uniformes em condições apresentáveis e nas especificações determinadas.
- c) Ausência de defeito em torneiras e válvulas de descarga que economizem água.
- d) Uso de equipamentos mais eficientes para a limpeza e que consumam menos energia elétrica.

- e) Ausência de resíduos nos ambientes de trabalho ou nos locais nos quais se presta o serviço.
- f) Número de ocorrência necessária para a manutenção de equipamentos decorrente do mau funcionamento e/ou limpeza necessária para esses objetos (bens ou materiais).

4.1.1. Respeite as Normas Técnicas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de resíduos sólidos; e

4.1.2 preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.

Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

4.2. Diante das conclusões extraídas do processo n. 23443.016342 /2023-32, a Administração não aceitará o fornecimento dos seguintes produtos/marcas:

É proibida a utilização de produtos de limpeza e conservação oriundos e/ou derivados de Organismos Geneticamente Modificados (OGM) ou de plantas em risco de extinção.

É proibida a utilização de saneantes domissanitários de Risco I listados no art. 5º da Resolução nº 336/1999 na prestação dos serviços, conforme Resolução ANVISA RE nº 913, de 25 de junho de 2001

Da exigência de carta de solidariedade

4.3. Em caso de fornecedor, revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

Subcontratação

4.4. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.5. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.6. Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária terá prazo de um mês, contado da data de homologação da licitação, para sua apresentação, que deve ocorrer antes da assinatura do contrato.

4.7. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

4.8. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

Vistoria

4.9. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das **08:30 horas às 16 horas**.

4.10. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.11. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes;

Deverá o interessado em realizar a vistoria, agendar data e horário utilizando o correio eletrônico: licita_cprf@ifam.edu.br.

4.12. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.13. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1.1. Início da execução do objeto: 03(três) dias da emissão da ordem de serviço;

5.1.1.2. As atividades e competências são as mesmas descritas no estudo técnico preliminar;

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Av. Onça Pintada, 1308, Galo da serra, Presidente Figueiredo-AM, CEP 69.735-000;

5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário: **entre as 06h até 22h.**

Rotinas a serem cumpridas

5.4. A execução contratual observará as rotinas abaixo:

Para a categoria com carga horária de 44h semanais, em caso de ausência de expediente aos sábados, as horas correspondentes a este dia (4horas), deverão ser compensadas durante a mesma semana, de maneira que o funcionário deverá perfazer 9 (nove) horas diárias, de segunda a quinta, e 8 (oito) horas diárias na sexta feira.

Os serviços deverão obedecer aos horários e postos estabelecidos pela Administração, podendo a contratante alterá-los a qualquer tempo, de acordo com suas necessidades, na forma da legislação vigente.

Materiais a serem disponibilizados

5.5. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

POSTO AUXILIAR DE MANUTENÇÃO

MATERIAIS

Item	Descrição do Item	Quantidade Anual	medida
1	Corda de fibra sintética de 12.0mm. Cabo para uso específico em cadeiras suspensas e cabo-guia de segurança para fixação de trava- quedas. Tamanho: 50m.	2	und
2	Cinturão de segurança modelo paraquedista em 'Y' com 2 pontos de conexão e totalmente ajustável;	1	und
3	Trava quedas.	1	und
4	Extensão elétrica de 50 m de cabo pp flexível 4mm	1	und
5	Óculos de proteção escuro	1	und
6	ALICATE UNIVERSAL 8" POL ELETRICISTA C/PRENSA TERMINAIS BELZER	1	und
7	kit chave de fenda Philips	1	kit
8	jogo de chave allen	1	jogo

EQUIPAMENTOS

Item	Descrição do Item	Quantidade	medida
1	Escada extensiva de alumínio, com 13 degraus; com sapata antiderrapante para eletricista;	1	und
2	Escada de abrir de fibra com 8 degraus, com sapata antiderrapante;	1	und
3	Serra de mármore	1	und
4	Furadeira de impacto	1	und
5	Parafusadeira (igual ou superior bosh, makita)	1	und
6	Andaime torre completo tubular 10 m painel de 1,0 m x 1,5m, compiso e guarda corpo	1	und

OPERÁRIO RURAL

MATERIAL

Item	Descrição do Item	Quantidade Anual	medida
1	Balde em plástico para concreto na cor preta, capacidade de 12 litros.	2	und
2	Mangueira para jardim, superflexível de ½", peça com 50 m;	1	und
3	Tesoura para grama, aço forjado, 12"x300 mm	1	und
4	Tesoura de poda	1	und
5	Pá de bico nº 4, com cabo de Madeira	1	und
6	Pá pequena para lixo, em chapa galvanizada com cabo de madeira;	1	und
7	Boca de lobo com cabo	1	und
8	Pulverizador costal de 20 litros	1	und
9	Enxada estreita 2,5, Com cabo	1	und
10	Carro de mão	1	und

11	Protetor de Roçagem retrátil de 3,0m de Comprimento por 1,5 m Altura	1	und
12	Ancinho metálico curvo leve, 12 dentes com cabo reforçado	2	und
13	Avental de raspa	1	und
14	Lima chata para enxada 8" polegadas 200 mm perfil chato cortesimples	6	und
15	Enxada com cabo	1	und
16	frascos de protetor solar fator 60%	12	und
17	Rolo de Fio de nylon quadrado de 3,0 mm de 312 metros para roçadeira .	1	und
18	Vassoura de nylon com cabo;	12	und
19	Cabeça de roçadeira para fio	1	und
20	LUVA DE ALGODÃO COM PIGMENTOS DE PVC TAMANHO 09 (par)	3	par
21	óculos de proteção escuro.	2	und
22	Disco de 80 dentes para roçadeira	1	und
23	Abafador auricular.	1	und

EQUIPAMENTO

Item	Descrição do Item	Quantidade	medida
1	Motoserra Modelo MS 230	1	und
2	Roçadeira Lateral a gasolina, consumo Aproximado 1,2 l/h, com guidão	1	und

PISCINEIRO

MATERIAL

Item	Descrição do Item	Quantidade Anual	medida
1	máscaras respiratória facial com filtro	4	und
2	Rodo aspirador e escova com cabo extensor; tamanho com 8 metros.	1	und
3	Cata folhas para piscina com cabo de alumínio de 6 metros	1	und
4	Baldes de Cloro granulado 3 em 1 com 10 kg para Tratamento de água da piscina	15	und
5	kit teste para medir cloro e PH. Esse kit contém: 1 frasco de solução cloro-ortolidina (20 ml). 1 frasco de FENOL vermelho reagente para PH (20 ml). 1- Corpo comparador;	1	kit
6	protetores auricular tipo plug de inserção;	2	par
7	Óculos de proteção escuro;	2	und

8	mangueiras flexível flutuante para aspiração; tamanho de 25 m de comprimento; Diâmetro 1. 3/4" polegada ou 44 mm; com adaptador rosca fina.	2	und
9	frascos de protetor solar fator 60%	12	und
10	Decantador (quilo)	84	kg
11	Elevador de PH (quilo)	200	kg
12	Escovas de nylon curva 450 mm	6	und
13	Esfregão com cerdas de nylon.	6	und
14	escovão para calçada com cabo;	6	und
15	Luva nitrilica com forro; comprimento de 33 cm.	12	par
16	caixa de Máscaras PFF2 sem válvula com 100 Unidades	1	caixa
17	limpa borda de 1 litro	15	litro

COPEIRO

MATERIAL

Item	Descrição do Item	Quantidade Anual	medida
1	frascos de detergente 500ml	240	und
2	esponja de aço com 08 und (pacote)	36	pacote
3	Esponjas para lavar louça	96	und
4	sabão em barra (quilo)	48	kg
5	panos tipo saco	24	und
6	água sanitária (litro)	40	litro
7	fardos de papel toalha com 1250 und	60	fardo
8	luva látex tamanho M (par)	4	par
9	Caixa de máscara Descartável pacote com 100 (cem)	2	caixa
10	Caixa de touca descartável com 100und	3	caixa
11	guardanapo de pano branco (dúzia)	1	dúzia

AUXILIAR DE ALMOXARIFADO

MATERIAL

Item	Descrição do Item	Quantidade Anual	medida
1	Cinta ergonômica para carregador	1	und

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.6. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

A(s) empresa(s) contratada ofertará(ão) serviços relacionados, com carga horária de 44 h semanais e dedicação exclusiva, com fornecimento de mão de obra uniformizada, com emprego de material de consumo e equipamentos, para atender as necessidades do IFAM campus Presidente Figueiredo;

Do orçamento dos uniformes, materiais e equipamentos:

5.6.1. A CONTRATADA deverá responsabilizar-se pelo fornecimento de todos os materiais e equipamentos, nas quantidades necessárias à perfeita execução dos serviços.

5.6.2. Aqueles materiais previstos para entrega no início do contrato, deverão ser substituídos, em caso de necessidade, no decorrer da execução contratual

5.6.3. Poderá ser necessário o uso de equipamentos não incluídos na estimativa de custos, devido à eventualidade com que os serviços serão efetuados. A CONTRATADA deverá possuir os meios para a disponibilização desses equipamentos

5.6.4. O contratado na prestação e execução dos serviços deverá prestar toda assistência, mantendo no local dos serviços, todo equipamento de segurança e materiais necessários a uma execução perfeita dos serviços, desenvolvida com segurança e dentro dos prazos estabelecidos

5.6.5. Os serviços deverão ser prestados com observância das normas técnicas necessárias à sua execução, com utilização de equipamentos e ferramentas adequadas

5.6.6. O uso de materiais ou equipamentos, maquinas, utensílios, ferramentas ou insumos não previstos neste Termo de Referência, será pactuada entre as partes a contrapartida, se sazonal, ou realizado o reequilíbrio econômico financeiro do contrato, se permanente o aumento da demanda, em face da aquisição, aluguel ou outra forma de disponibilização dos mesmos, respeitados os prazos máximos da depreciação dos bens

Da prestação do serviço:

5.6.7. A CONTRATADA deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação;

5.6.8. Priorizar, quando possível, o emprego de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias primas de origem local;

5.6.9. Curso e qualificação condizente com o a função;

5.6.10. Certidão negativa de crimes nas esferas estadual e federal e de crimes eleitorais. Exames admissionais e demissionais periódicos.

5.6.11. A contratada deverá realizar em todos os seus empregados que prestarão serviço para o IFAM - Campus Presidente figueiredo os devidos exames admissionais e demissionais; Exames médicos admissionais, periódicos, demissionais e, se for o caso, afastamentos e de mudança de funcionário, e a respectiva cópia dos Atestados de Saúde Ocupacional (ASO), deverão ser entregues sempre que o IFAM Campus Presidente figueiredo solicitar;

5.6.12. O preço do Homem-Mês deverá ser calculado para cada categoria profissional, cada jornada de trabalho e nível de remuneração decorrente de adicionais legais.

5.6.13. Os serviços serão contratados com base nas planilhas de formação de preço.

5.6.14. A prestação de serviço de que trata este termo não gera vínculo empregatício entre os empregados da contratada e administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade ou subordinação direta

5.6.15. A Administração não se vincula às disposições contidas em Acordos e Convenções Coletivas que não tratem de matéria trabalhista, tais como as que estabeleçam valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade,

portanto a empresa deverá apresentar propostas de acordo com a legislação tributária vigente e cálculos condizentes com a realidade dos custos.

5.6.16. O licitante deverá elaborar as planilhas de custos e formação de preços baseados nos pisos salariais e demais exigências na Convenção Coletiva de Trabalho (CTT) em vigência CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2023, Registro MTE AM000563/2023; e compatível ao serviço que o IFAM pretende a contratar, além de observar os valores vigentes para o Estado do Amazonas.

5.6.17. O valor a ser cobrado no vale transporte é aquele cobrado no município de Presidente Figueiredo, ou seja, R\$ 5,00 descontando a participação do empregado.

5.7. Especificação da garantia do serviço ([art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021](#)) O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Uniformes

5.8. Os uniformes a serem fornecidos pelo contratado a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes:

5.8.1 O uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário:

AUXILIAR DE MANUTENÇÃO

Item	Descrição do Item	Quantidade Anual	medida
1	Calça comprida (jeans cor escura)	4	und
2	Camisa manga longa, malha fria, com gola esporte e emblema da empresa pintado ou bordado.	8	und
3	Meia em algodão, tipo soquete.	8	par
4	Bota PVC cano curto	2	par
5	Crachá em PVC	1	und

OPERADOR RURAL

Item	Descrição do Item	Quantidade Anual	medida
1	Calça comprida (jeans cor escura)	4	und
2	Camisa manga longa, malha fria, com gola esporte e emblema da empresa pintado ou bordado.	8	und
3	Meia em algodão, tipo soquete.	8	par
4	Bota PVC cano curto	2	par
5	Perneira	1	par
6	Boné árabe	2	und
7	Crachá em PVC	1	und

PISCINEIRO

Item	Descrição do Item	Quantidade Anual	medida
1	Calça comprida tática	4	und

2	Camisa manga longa, malha fria, com gola esporte e emblema da empresa pintado ou bordado.	8	und
3	Meia em algodão, tipo soquete.	8	par
4	Bota PVC cano curto	2	par
5	Boné árabe	2	und
6	Crachá em PVC	1	und

COPEIRO

Item	Descrição do Item	Quantidade Anual	medida
1	Calça comprida de brim	4	und
2	Camisa manga longa, malha fria, com gola esporte e emblema da empresa pintado ou bordado.	8	und
3	Meia em algodão, tipo soquete.	8	par
4	Bota PVC cano curto	2	par
5	Crachá em PVC	1	und

AUXILIAR DE ALMOXARIFADO

Item	Descrição do Item	Quantidade Anual	medida
1	Calça comprida de brim	4	und
2	Camisa manga longa, malha fria, com gola esporte e emblema da empresa pintado ou bordado.	8	und
3	Meia em algodão, tipo soquete.	8	par
4	Bota PVC cano curto	2	par
5	Crachá em PVC	1	und

5.8.1.1. Entregar 02 (dois) conjuntos completos ao empregado no início da execução do contrato, devendo ser substituído 01 (um) conjunto completo de uniforme a cada 06 (seis) meses, ou a qualquer época, no prazo máximo de 48(quarenta e oito) horas, após comunicação escrita do contratante, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação;

5.8.2 As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, seguindo os seguintes parâmetros mínimos:

5.8.2.1. Calça comprida com elástico e cordão, em gabardine;

5.8.2.2. Camiseta malha fria, com gola esporte, em gabardine, com emblema da empresa pintado ou bordado;

5.8.2.3. Meia em algodão, tipo soquete;

5.8.2.4. Calçado feminino/masculino de segurança de couro, com biqueira de polipropileno, elástico nas laterais, palmilha antibacteriana;

5.8.2.5. Bota tipo sete léguas cano curto;

5.8.2.6. Crachá em acrílico, contendo: foto, nome, RG, tipo sanguíneo.

5.8.3 No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados;

5.8.4 Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.9. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto **durante o período de realização de reuniões.**

6.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

- 6.11. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);
- 6.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));
- 6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#));
- 6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#));
- 6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).
- 6.16. A fiscalização técnica dos contratos deve avaliar constantemente através do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no **Anexo I** para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos.
- 6.17. Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, o fiscal técnico designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 6.18. O fiscal técnico do contrato deverá apresentar ao preposto da contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 6.19. O preposto deverá apor assinatura no documento, tomando ciência da avaliação realizada.
- 6.20. A contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 6.21. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.
- 6.22. É vedada a atribuição à contratada da avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços por ela realizada.
- 6.23. O fiscal técnico poderá realizar a avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
- 6.24. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos na Lei n. 14.133/2021. (IN05/17 - art. 62)
- 6.25. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada destes, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso. (art. 47, §2º, IN05/2017)
- 6.26. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

6.26.1 **Recebimento de documentos fiscais da empresa;**

6.26.2 **Ateste de nota fiscal;**

6.26.3 **Encaminhamento para protocolo.**

6.27. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.28. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.29. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

Fiscalização Administrativa

6.30. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

6.31. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

6.32. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

6.33. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:

6.33.1 No caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

6.33.1.1. no primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

6.33.1.1.1. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

6.33.1.1.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada;

6.33.1.1.3. exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços; e

6.33.1.2. entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (Sicaf):

6.33.1.2.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

6.33.1.2.2. certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;

6.33.1.2.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e

6.33.1.2.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

6.33.1.3. entrega, quando solicitado pelo Contratante, de quaisquer dos seguintes documentos:

6.33.1.3.1. extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração contratante;

6.33.1.3.2. cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a parte contratante;

6.33.1.3.3. cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

6.33.1.3.4. comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e

6.33.1.3.5. comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

6.33.1.4. entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

6.33.1.5. termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

6.33.1.6. guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

6.33.1.7. extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;

6.33.1.8. exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

6.33.2 Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no item 6.33.1.1 acima deverão ser apresentados.

6.33.3 A Administração deverá analisar a documentação solicitada no item 6.33.1.4 acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

6.33.4 A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.

6.33.5 O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.

6.33.6 Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.

6.33.7 Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item..

6.33.8 No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais Cíveis de Interesse Público (Oscip's) e as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

6.33.9 Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.

6.33.10 Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficiar à Receita Federal do Brasil (RFB).

6.33.11 Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficiar ao Ministério do Trabalho.

6.33.12 O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

6.33.13 A Administração contratante poderá conceder um prazo para que a contratada regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir.

6.33.14 Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a CONTRATANTE comunicará o fato à CONTRATADA e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

6.33.15 Não havendo quitação das obrigações por parte da Contratada no prazo de quinze dias, a Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

6.33.16 O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.

6.33.17 Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a contratante e os empregados da Contratada.

6.33.18 O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela Contratada, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

6.33.19 A Contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

6.33.20 A inadimplência da Contratada, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

6.33.21 A fiscalização administrativa observará, ainda, as diretrizes relacionadas no item 10 do Anexo VIII-B da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, cuja incidência se admite por força da Instrução Normativa Seges/Me nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.33.22 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

Gestor do Contrato

6.34. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.35. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.36. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.37. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.38. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.39. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.40. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto O disposto neste item.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.2.1 **não produzir os resultados acordados,**

7.2.2 **deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou**

7.2.3 **deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.**

7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.4.1. não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.4.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.4.3. O Instrumento de Medição de Resultado visa a estabelecer critérios de aferição de resultados da contratação, definindo, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento.

Do recebimento

7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **05 (cinco)** dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. ([Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133](#) e [Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.6. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. ([Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. ([Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#))

7.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.10. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal:

7.10.1 o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.10.2 o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

7.11. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.12. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.13. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021](#))

7.14. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.15. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.16. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.17. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **10(dez)** dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.17.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.17.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.17.3 Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.17.4 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.17.5 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.18. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.19. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.20. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.21. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, 32º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.22. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#)

7.23. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.23.1 o prazo de validade;

- 7.23.2 a data da emissão;
- 7.23.3 os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.23.4 o período respectivo de execução do contrato;
- 7.23.5 o valor a pagar; e
- 7.23.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.24. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.25. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#).

7.26. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.27. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.28. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.29. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.30. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.31. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.32. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IPCA** de correção monetária.

Forma de pagamento

7.33. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.34. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.35. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.35.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.36. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.37. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

7.38. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.39. A eficácia da cessão de crédito não abrangida pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.40. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

7.41. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos).

7.42. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

Conta-Depósito Vinculada ou Pagamento por Fato Gerador

Conta-Depósito Vinculada

7.43. Para tratamento do risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS por parte do contratado, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05/2017, aplicável por força do art. 1º da IN SEGES/ME nº 98, de 2022, são as estabelecidas neste Termo de Referência.

7.44. Na presente contratação, a conta-depósito vinculada é isenta de tarifas bancárias.

7.45. O futuro contratado deve autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

7.46. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

7.47. O contratado autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores alocados à execução do contrato, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pelo contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, e que somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da IN SEGES/MP n. 05/2017.

7.48. O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da contratação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

13º (décimo terceiro) salário;

Férias e um terço constitucional de férias;

Multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e

Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017.

7.49. O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança prorata die, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta contratação e instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

7.50. Os valores referentes às provisões mencionadas neste edital Termo de Referência que sejam retidos por meio da conta-depósito deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

7.51. O contratado poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

7.52. Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

7.53. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

7.54. O contratado deverá apresentar ao contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

7.55. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos

serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05/2017.

7.56. A escolha de tratamento de risco pela Conta vinculada, se deu pelo fato de que o órgão não possui condições técnicas e administrativas de executar as operações referentes ao fato gerador, porque demandaria recursos humanos para a realização de cálculos complexos para a execução das retenções, levando em consideração ainda a rotatividade de funcionários nas empresas, que abarcaria o cálculo e retenção proporcional de tais verbas no ato de seu desligamento, isso oneraria o corpo técnico de maneira expressiva.

FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

7.57. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

Regime de Execução

7.58. O regime de execução do contrato será a empreitada por preço global; em razão de a liquidação de despesas não envolver, necessariamente, a medição unitária dos quantitativos de cada serviço na planilha orçamentária, tendo como definir previamente no projeto, com boa margem de precisão, as quantidades dos serviços a serem posteriormente executados na fase contratual. O valor a ser pago neste regime vem definido de forma fixa, no contrato e deve ser obedecido o cronograma físico financeiro (valor fixo mensal para a prestação de serviços). A participação na licitação ou a assinatura do contrato implica a concordância do licitante ou contratado com a adequação de todos os projetos anexos ao edital.

Exigências de habilitação

7.59. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

7.60. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

7.61. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

7.62. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

7.63. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.64. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

7.65. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.66. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

7.67. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

7.68. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

7.69. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

7.70. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

7.71. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

7.72. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes **Municipal** relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.73. Prova de regularidade com a Fazenda **Municipal** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

7.74. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

7.75. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na [Lei Complementar n. 123, de 2006](#), estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

7.76. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

7.77. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

7.78. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

7.78.1 índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

7.78.2 capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação;

7.78.3 patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação;

7.78.4 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

7.78.5 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

7.78.6 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

7.79. Declaração do licitante, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante **do Anexo III** deste termo de referência de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do licitante, observados os seguintes requisitos:

7.79.1 a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e

7.79.2 caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o licitante deverá apresentar justificativas.

7.80. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

7.81. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

7.82. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

Qualificação Técnico-Operacional

7.83. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

7.84. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

7.84.1 Deverá haver a comprovação da experiência mínima de **02 (dois)** anos na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os anos serem ininterruptos;

7.84.2 Comprovação que já executou contrato(s) com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados;

7.84.3 Comprovação que já executou contrato(s) com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados;

7.85. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017, aplicável por força da IN SEGES/ME nº 98/2022.

7.86. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

7.87. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

7.88. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

7.89. Declaração de que o licitante possui ou instalará escritório em local **(Manaus ou Presidente Figueiredo)** previamente definido pela Administração, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contado a partir da vigência do contrato.

7.90. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

7.91. A apresentação de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitido, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

8. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 289.886,26 (duzentos e oitenta e nove mil, oitocentos e oitenta e seis reais e vinte e seis centavos)**, conforme custos unitários apostos na **tabela acima**.

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

9.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/Unidade: **26403/158562**;
- II) Fonte de Recursos: **1000000000**;
- III) Programa de Trabalho: **231659**
- IV) Elemento de Despesa: **339037**;
- V) Plano Interno: **L20RLP0112N**;

9.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subseqüentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Município de **Presidente Figueiredo**, 22 de março de 2024.

Alessandra Alves de Carvalho dos Santos
Assistente de Alunos
SIAPE: 1872462

Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

Estudo Técnico Preliminar 38/2023

1. Informações Básicas

Número do processo: 23443.016342/2023-32

2. Portaria de Planejamento da Contratação

Equipe de Planejamento designada pela PORTARIA Nº 294 – DG/IFAM/CPRF, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2023.

3. Descrição da necessidade

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAR DE ALMOXARIFADO, MANUTENÇÃO PREDIAL, PISCINEIRO, OPERÁRIO RURAL E COPEIRO; COM FORNECIMENTO DE INSUMOS E DE MATERIAIS

Contratação de empresa especializada na prestação de forma contínua, dos serviços de auxiliar de almoxarifado, manutenção predial, piscineiro, operário rural e copeiro; com jornada de 44 h semanais e dedicação exclusiva, com fornecimento de mão de obra uniformizada, com emprego de material de consumo e equipamentos para atender as necessidades do Instituto Federal de Educação do Amazonas- campus Presidente Figueiredo.

A contratação de forma continuada dos serviços TERCEIRIZADOS é necessária para este Campus realizar atividades funcionais, uma vez que o mesmo não dispõe em seu quadro pessoal, servidores para realizar este tipo de tarefa, visto que os cargos relativos às categorias funcionais correlatas a este tipo de serviço foram extintos no serviço público há anos (Lei no 9.632/1998).

O campus realiza diariamente atividades de ensino, pesquisa e extensão; e demais atividades inerentes ao desenvolvimento do processo de aprendizagem e desenvolvimento do conhecimento científico, bem como atividades administrativas.

O plano de cargos e salários do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - Campus Presidente Figueiredo - IFAM/CPRF, não prevê a contratação, por concurso público, do cargo relacionado no objeto da contratação visada por este estudo preliminar.

A contratação destes serviços, que são serviços comuns e tem caráter continuado, visa prover o IFAM/CPRF de uma prestadora de serviços com pessoal qualificado que dará apoio a realização das atividades essenciais ao cumprimento da missão institucional, contribuindo ainda, para a melhoria dos serviços prestados pelo IFAM/CPRF. Além disso, trata-se do cumprimento da obrigação em conservar e manter o bem público, além de apoiar nas atividades relacionadas com o fornecimento de alimentação escolar.

A contratação da execução indireta das atividades de SERVIÇOS TERCEIRIZADOS de forma contínua, objeto desta demanda, tem suporte no Decreto no 9.507, de 2018, e art. 7º da Instrução Normativa no 05/2017, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
01	Contratação de empresa especializada na prestação, de serviços de Manutenção predial . CATSER 1627 com fornecimento de equipamentos e material.	UND	01
02	Contratação de empresa especializada na prestação, de serviços de Operário rural . CATSER 15300 com fornecimento de equipamentos e material.	UND	01
	Contratação de empresa especializada na prestação, de serviços de		

03	Piscineiro. CATSER 09962 com fornecimento de equipamentos e material.	UND	01
04	Contratação de empresa especializada na prestação, de serviços de Copeiro. CATSER 22861	UND	01
05	Contratação de empresa especializada na prestação, de serviços de Auxiliar de almoxarifado. CATSER 14907	UND	01

Os empregados a serem alocados na execução do serviço deverão observar as especificações e requisitos estabelecidos nos Quadro abaixo:

Cargo	AUXILIAR DE ALMOXARIFADO
Código CBO (Portaria MTE nº397/2002)	4141-05
Descrição Sumária	Recebem, conferem e armazenam produtos e materiais em almoxarifados, armazéns, silos e depósitos. Fazem os lançamentos da movimentação de entradas e saídas e controlam os estoques. Distribuem produtos e materiais a serem expedidos. Organizam o almoxarifado para facilitar a movimentação dos itens armazenados e a armazenar, preservando o estoque limpo e organizado. Empacotam ou desempacotam os produtos, realiza expedição materiais e produtos, examinando-os, providenciando os despachos dos mesmos e auxiliam no processo de logística.
Atribuições	<ul style="list-style-type: none"> • RECEPCIONAR PRODUTOS • CONFERIR PRODUTOS E MATERIAIS; • REGISTRAR DADOS NO SISTEMA; • ARMAZENAR PRODUTOS E MATERIAIS; • PREPARAR MERCADORIA S/PRODUTOS PARA DISTRIBUIÇÃO; • CONTROLAR ESTOQUE; • ORGANIZAR LOCAL DE ARMAZENAGEM; • DEMONSTRAR COMPETÊNCIAS PESSOAIS.
REQUISITOS: Para o exercício dessas ocupações requer-se formação equivalente ao nível médio completo. O pleno desempenho das atividades ocorre após um a dois anos de experiência profissional.	
Jornada de Trabalho	<ul style="list-style-type: none"> • 44 horas semanais
Grau de Instrução	<ul style="list-style-type: none"> • <u>Ensino médio completo.</u>
Experiência	<ul style="list-style-type: none"> • Experiência mínima de 06 (seis) meses na atividade registrada em Carteira de Trabalho;
Habilidades	<ul style="list-style-type: none"> • Concentração - capacidade de ficar alerta, selecionar informações importantes, bloquear sinais irrelevantes e direcionar o pensamento; • Ética – capacidade de adotar comportamentos e relacionamentos que observem os valores e normas adotados no ambiente de trabalho;

	<ul style="list-style-type: none"> Resolução de problemas – capacidade de percepção e criação de estratégias efetivas para resolver situações de conflito no ambiente de trabalho.
Atitudes	<ul style="list-style-type: none"> Altruísmo – capacidade de abdicar de interesses pessoais em benefício de outras pessoas ou do interesse público; Disposição – capacidade de estar sempre alerta e disponível, iniciativa e entusiasmo; Empatia - capacidade de se imaginar no lugar de outras pessoas e de compreender seus sentimentos, desejos, ideias e ações; Flexibilidade – capacidade de se adaptar às mudanças e rever pontos de vista, abertura para feedbacks e ideias diferentes; Pontualidade – capacidade de realizar os compromissos e afazeres dentro do prazo estipulado, com exatidão e regularidade; Profissionalismo – capacidade de demonstrar excelência, valores honráveis, padrões, ética e bom caráter; Equilíbrio emocional - capacidade de trabalhar sob pressão, resistência à frustração, maturidade e resiliência.

Cargo	AUXILIAR DE MANUTENÇÃO PREDIAL
Código CBO (Portaria MTE nº397/2002)	5143- 10
Descrição Sumária	Executam serviços de manutenção elétrica, mecânica, hidráulica, carpintaria e alvenaria, substituindo, trocando, limpando, reparando e instalando peças, componentes e equipamentos. Conservam vidros e fachadas, limpam recintos e acessórios e tratam de piscinas. Trabalham seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente.
Atribuições	<ul style="list-style-type: none"> EXECUTAR SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO ELÉTRICA E MECÂNICA; EXECUTAR MANUTENÇÃO HIDRÁULICA; REALIZAR MANUTENÇÃO DE CARPINTARIA E ALVENARIA; PREPARAR TRABALHO; TRABALHAR COM SEGURANÇA; DEMONSTRAR COMPETÊNCIAS PESSOAIS;
REQUISITOS: Demonstrar resistência física; paciência; iniciativa; prudência; equilíbrio físico; Reconhecer limitações pessoais; Demonstrar capacidade de trabalhar em alturas; Contornar situações adversas; Demonstrar agilidade; Demonstrar controle emocional; Demonstrar destreza manual.	
Jornada de Trabalho	<ul style="list-style-type: none"> 44 horas semanais
Grau de Instrução	<ul style="list-style-type: none"> Ensino fundamental

Experiência	<ul style="list-style-type: none"> Experiência mínima de 06 (seis) meses na atividade registrada em Carteira de Trabalho;
Habilidades	<ul style="list-style-type: none"> Demonstrar resistência física; Demonstrar iniciativa; Demonstrar prudência; Demonstrar capacidade de trabalhar em altura; Resolução de problemas – capacidade de percepção e criação de estratégias efetivas para resolver situações de conflito no ambiente de trabalho.
Atitudes	<ul style="list-style-type: none"> Altruísmo – capacidade de abdicar de interesses pessoais em benefício de outras pessoas ou do interesse público; Disposição – capacidade de estar sempre alerta e disponível, iniciativa e entusiasmo; Empatia - capacidade de se imaginar no lugar de outras pessoas e de compreender seus sentimentos, desejos, ideias e ações; Flexibilidade – capacidade de se adaptar às mudanças e rever pontos de vista, abertura para feedbacks e ideias diferentes; Pontualidade – capacidade de realizar os compromissos e afazeres dentro do prazo estipulado, com exatidão e regularidade; Profissionalismo – capacidade de demonstrar excelência, valores honráveis, padrões, ética e bom caráter; Equilíbrio emocional - capacidade de trabalhar sob pressão, resistência à frustração, maturidade e resiliência.

Cargo	OPERÁRIO RURAL
Código CBO (Portaria MTE nº397/2002)	6210-05
Descrição Sumária	Tratam animais da pecuária e cuidam da sua reprodução. Preparam solo para plantio e manejam área de cultivo. Efetuam manutenção na propriedade. Beneficiam e organizam produtos agropecuários para comercialização. Classificam-se nessa epígrafe somente os que trabalham em ambas atividades - agrícolas e da pecuária.
Atribuições	<ul style="list-style-type: none"> TRATAR ANIMAIS; MANEJAR ÁREA DE CULTIVO; PREPARAR SOLO PARA PLANTIO; EFETUAR MANUTENÇÃO NA PROPRIEDADE; CUIDAR DA REPRODUÇÃO DE ANIMAIS; BENEFICIAR PRODUTOS AGROPECUÁRIOS; ORGANIZAR PRODUTOS AGROPECUÁRIOS PARA COMERCIALIZAÇÃO; e DEMONSTRAR COMPETÊNCIAS PESSOAIS.
REQUISITOS:	

1. Demonstrar responsabilidade, demonstrar sensibilidade com animais, demonstrar destreza manual, demonstrar sensibilidade tátil, demonstrar visão espacial, demonstrar sensibilidade olfativa e trabalhar em equipe.	
Jornada de Trabalho	<ul style="list-style-type: none"> • 44 horas semanais
Grau de Instrução	<ul style="list-style-type: none"> • <u>Ensino fundamental incompleto.</u>
Experiência	<ul style="list-style-type: none"> • Experiência mínima de 06 (seis) meses na atividade registrada em Carteira de Trabalho;
Habilidades	<ul style="list-style-type: none"> • Demonstrar força física; • Demonstrar resistência física; • Demonstrar sensibilidade com plantas • Demonstrar habilidade manual • Dar prova de responsabilidade no cuidado da propriedade rural
Atitudes	<ul style="list-style-type: none"> • Altruísmo – capacidade de abdicar de interesses pessoais em benefício de outras pessoas ou do interesse público; • Disposição – capacidade de estar sempre alerta e disponível, iniciativa e entusiasmo; • Empatia - capacidade de se imaginar no lugar de outras pessoas e de compreender seus sentimentos, desejos, ideias e ações; • Flexibilidade – capacidade de se adaptar às mudanças e rever pontos de vista, abertura para feedbacks e ideias diferentes; • Pontualidade – capacidade de realizar os compromissos e afazeres dentro do prazo estipulado, com exatidão e regularidade; • Profissionalismo – capacidade de demonstrar excelência, valores honráveis, padrões, ética e bom caráter; • Equilíbrio emocional - capacidade de trabalhar sob pressão, resistência à frustração, maturidade e resiliência.

Cargo	PISCINEIRO
Código CBO (Portaria MTE nº397/2002)	5143-30
Descrição Sumária	Executam serviços de manutenção elétrica, mecânica, hidráulica, carpintaria e alvenaria, substituindo, trocando, limpando, reparando e instalando peças, componentes e equipamentos. Conservam vidros e fachadas, limpam recintos e acessórios e tratam de piscinas. Trabalham seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente.
	<ul style="list-style-type: none"> • A EXECUTAR SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO ELÉTRICA E MECÂNICA; • EXECUTAR MANUTENÇÃO HIDRÁULICA;

Atribuições	<ul style="list-style-type: none"> • REALIZAR MANUTENÇÃO DE CARPINTARIA E ALVENARIA; • LIMPAR RECINTOS E ACESSÓRIOS; • TRATAR PISCINAS; • PREPARAR TRABALHO; • TRABALHAR COM SEGURANÇA; • DEMONSTRAR COMPETÊNCIAS PESSOAIS;
REQUISITOS:	
Jornada de Trabalho	<ul style="list-style-type: none"> • 44 horas semanais
Grau de Instrução	<ul style="list-style-type: none"> • Ensino médio incompleto.
Experiência	<ul style="list-style-type: none"> • Experiência mínima de 06 (seis) meses na atividade registrada em Carteira de Trabalho; ou comprovação de capacitação por meio da apresentação de certificado.
Habilidades	<ul style="list-style-type: none"> • Concentração - capacidade de ficar alerta, selecionar informações importantes, bloquear sinais irrelevantes e direcionar o pensamento; • Demonstrar resistência física; • Demonstrar iniciativa; • Demonstrar prudência; • Demonstrar capacidade de trabalhar em altura; • Resolução de problemas – capacidade de percepção e criação de estratégias efetivas para resolver situações de conflito no ambiente de trabalho.
Atitudes	<ul style="list-style-type: none"> • Altruísmo – capacidade de abdicar de interesses pessoais em benefício de outras pessoas ou do interesse público; • Disposição – capacidade de estar sempre alerta e disponível, iniciativa e entusiasmo; • Empatia - capacidade de se imaginar no lugar de outras pessoas e de compreender seus sentimentos, desejos, ideias e ações; • Flexibilidade – capacidade de se adaptar às mudanças e rever pontos de vista, abertura para feedbacks e ideias diferentes; • Pontualidade – capacidade de realizar os compromissos e afazeres dentro do prazo estipulado, com exatidão e regularidade; • Profissionalismo – capacidade de demonstrar excelência, valores honráveis, padrões, ética e bom caráter; • Equilíbrio emocional - capacidade de trabalhar sob pressão, resistência à frustração, maturidade e resiliência.

Cargo	COPEIRO

Código CBO (Portaria MTE nº397/2002)	5134-25
Descrição Sumária	Auxiliar de serviço de copa, Chefe da copa, Copeiro de bar, Copeiro de eventos, Copeiro de hotel, Copeiro de lanchonete, Copeiro de restaurante
Atribuições	<ul style="list-style-type: none"> • SERVIR O CLIENTE; • ATENDER O CLIENTE; • MONTAR PRAÇA, CARRINHO, MESA, BALCÃO; • ORGANIZAR O TRABALHO; • PREPARAR ALIMENTOS E BEBIDAS (ENTRADAS, SALADAS, DRINKES ETC); • REALIZAR SERVIÇO DE BEBIDAS; • DESMONTAR PRAÇA; • HIGIENIZAR UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS; • DEMONSTRAR COMPETÊNCIAS PESSOAIS
REQUISITOS:	
Jornada de Trabalho	<ul style="list-style-type: none"> • 44 horas semanais
Grau de Instrução	<ul style="list-style-type: none"> • <u>Ensino médio incompleto.</u>
Experiência	<ul style="list-style-type: none"> • Experiência mínima de 06 (seis) meses na atividade registrada em Carteira de Trabalho;
Habilidades	<p>Cumprir normas e procedimentos sanitários;</p> <p>Demonstrar cordialidade;</p> <p>Demonstrar dinamismo;</p> <p>Trabalhar em equipe;</p> <p>Trabalhar sob pressão;</p> <p>Demonstrar capacidade de distinguir aromas, sabores, odores e cores;</p> <p>Demonstrar capacidade de organização;</p> <p>Demonstrar atenção focada;</p> <p>Demonstrar discrição;</p> <p>Ouvir atentamente (saber ouvir);</p> <p>Demonstrar proatividade;</p> <p>Demonstrar equilíbrio emocional.</p>
	<ul style="list-style-type: none"> • Altruísmo – capacidade de abdicar de interesses pessoais em benefício de outras pessoas ou do interesse público; • Disposição – capacidade de estar sempre alerta e disponível, iniciativa e entusiasmo;

Atitudes	<ul style="list-style-type: none"> • Empatia - capacidade de se imaginar no lugar de outras pessoas e de compreender seus sentimentos, desejos, ideias e ações; • Flexibilidade – capacidade de se adaptar às mudanças e rever pontos de vista, abertura para feedbacks e ideias diferentes; • Pontualidade – capacidade de realizar os compromissos e afazeres dentro do prazo estipulado, com exatidão e regularidade; • Profissionalismo – capacidade de demonstrar excelência, valores honráveis, padrões, ética e bom caráter; • Equilíbrio emocional - capacidade de trabalhar sob pressão, resistência à frustração, maturidade e resiliência.
-----------------	--

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Departamento de Administração e Planejamento	Alessandra Alves de Carvalho dos Santos

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

Em consonância com a legislação e normas que regulam o processo licitatório e visando a racionalização e eficácia da gestão, controle e fiscalização contratual, a contratação dos serviços de manutenção predial, piscineiro, operário rural, copeiro e auxiliar de almoxarifado com fornecimento de materiais e equipamentos; deve considerar os seguintes requisitos básicos:

- contratação de empresa especializada e com experiência comprovada;
- alocação pela empresa contratada de empregados para execução dos serviços, observando as atribuições e requisitos elencados no quadro do subitem 3 deste estudo;
- desenvolvimento das atividades relacionados aos serviços nas dependências do campus;
- exigência de garantia de execução contratual que contemple também a cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária pela empresa contratada, com validade durante a vigência do contrato e mais 90 dias após o seu encerramento;
- pagamento de parte dos valores mensais devidos à empresa contratada, correspondente às férias, décimo terceiro salário e verbas rescisórias dos empregados alocados na execução dos serviços, em conta vinculada, com movimentação condicionada à autorização dos órgãos ou entidades contratantes, conforme disciplina na IN SEGES nº 5/2017;

Será celebrado contrato de natureza continuada com a adjudicatária, com vigência de 05 (cinco) anos, de acordo com o que estabelece o Art. 106 da Lei nº 14.133/2021, conforme modelo a ser elaborado pelo setor competente.

O prazo de vigência do contrato, devidamente justificado e no interesse da Administração, poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, de acordo com o previsto no Art. 107 da Lei nº 14.133/21.

Serão provisionados recursos financeiros, nos percentuais previstos nas normas legais pertinentes e especificados na Planilha de Custo e Formação de Preços, para o pagamento de férias, 13º salário, rescisão contratual e indenização compensatória sobre o FGTS dos trabalhadores da CONTRATADA empregados na execução do contrato, cujos valores retidos das faturas mensais serão depositados pelo CONTRATANTE em conta depósito vinculada, bloqueada para movimentação, conforme o disposto na Instrução Normativa nº 05/2017, e suas alterações, expedida pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

As empresas licitantes, adjudicatárias e contratadas estarão sujeitas às penalidades previstas nos artigos no Art. 7º da Lei nº 10.520/2002, no Decreto nº 10.024, de 2019, e no Artigo 25 da Lei nº 14.133/21, assegurado o Direito Constitucional do Contraditório e da Ampla Defesa.

A contratada ficará obrigada a aceitar, no interesse da Administração, nas mesmas condições assumidas, os acréscimos ou supressões que se fizerem, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato inicial atualizado, conforme prevê o Art. 125, da Lei nº 14.133/21.

O grau de eficiência da prestação dos serviços será verificado mediante avaliação, mensal, do gestor/fiscal do contrato.

Da contratação constará INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO(IMR).

A CONTRATADA deverá apresentar seus funcionários devidamente identificados por crachá.

A contratada deverá cumprir na íntegra a legislação trabalhista e/ou acordos, convenções, dissídios coletivos e instrumentos correlatos.

Designação formal do preposto, o qual representará a CONTRATADA na execução do contrato, nos moldes, principalmente, do art. 44 da IN 05/2017 da SEGES/MPDG.

A presente contratação constitui de serviço de natureza continuada, possuindo caráter essencial e permanente e sua prestação e necessita de funcionários alocados dentro do campus no período de 06 h às 22 h conforme a necessidade.

É de responsabilidade da contratada na prestação dos serviços contratados, cumprir a legislação ambiental, para a gestão sustentável dos serviços, observando os Instrumentos de Medição de Resultado (IMR), nos termos do art. 1º, inciso II, e Anexo VI-B, item 1, alínea c, da Instrução Normativa nº 005/2017-SEGES/MPDG;

É obrigação da contratada disponibilizar equipe técnica qualificada, devidamente registrada, para a prestação dos serviços, bem como os demais materiais e equipamentos necessários à execução das atividades relativas à contratação;

A contratada deverá observar a legislação trabalhista relativa à jornada de trabalho, às normas coletivas da categoria profissional e as normas internas de segurança e saúde do trabalho;

É obrigação da contratada treinar e capacitar periodicamente seus empregados no atendimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho, bem como prevenção de incêndio, práticas de redução do consumo de água, energia e redução da geração de resíduos para implementação das lições aprendidas durante a prestação dos serviços;

É de responsabilidade da contratada o fornecimento dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) em bom estado de utilização aos seus funcionários, prezando pela saúde e segurança durante a execução da prestação dos serviços;

A contratada deve manter equipamentos e demais materiais necessários à prestação dos serviços em bom estado de funcionamento evitando danos às pessoas e ao estado das instalações hidrossanitárias e elétricas;

É obrigação da contratada adotar medidas para evitar o desperdício da água potável, com verificação da normalização de equipamentos quanto ao seu funcionamento (se estão regulados, quebrados ou com defeitos), bem como práticas de racionalização;

A contratada deverá racionalizar o consumo de energia elétrica com a utilização de equipamentos mais eficientes, que possuam a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE), conforme regulamentações, para os casos possíveis;

Só será admitida a utilização de equipamentos que possuam o Selo Ruído, indicando o nível de potência sonora, conforme a Resolução específica do CONAMA e observações do INMETRO, que possam reduzir o risco à saúde física e mental dos trabalhadores, bem como os demais usuários expostos às condições adversas de ruídos que caracterizem poluição sonora no ambiente de trabalho;

A contratada deverá adotar práticas de redução de geração de resíduos sólidos, realizando a separação dos resíduos recicláveis descartados pelo órgão, na fonte geradora, e a coleta seletiva conforme legislação específica;

É obrigação da contratada respeitar as Normas Brasileiras (NBRs) sobre resíduos sólidos, bem como a Política Nacional de Resíduos Sólidos;

A contratada deverá utilizar apenas embalagens recicláveis na prestação do serviço, incentivando sua utilização ou substituição por fontes renováveis;

As pilhas e baterias utilizadas na execução dos serviços, em equipamentos ou outros materiais de responsabilidade da contratada, deverão possuir composição que respeite os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio, conforme Resolução CONAMA nº 401/2008, com as alterações da Resolução nº 424 /2010;

É obrigação da Contratada a apresentação da composição química dos produtos utilizados na prestação do serviço, quando solicitado da contratante;

É proibida a utilização de saneantes domissanitários de Risco I listados no art. 5º da RESOLUÇÃO - RDC Nº 184, de 22 de outubro de 2001, na prestação dos serviços;

É permitido o uso de saneantes domissanitários produzidos com substâncias biodegradáveis, estabelecidas na Resolução ANVISA RDC nº 180, de 3 de outubro de 2006, bem como de produtos desinfetantes domissanitários, previsto na Resolução ANVISA RDC nº 34, de 16 de agosto 2010;

É de responsabilidade da contratada a verificação da não utilização de produtos de limpeza que observem a utilização de Substâncias Perigosas, Biodegradabilidade dos Tensoativos, Toxicidade Aquática e Teor de Fósforo acima dos limites estabelecidos por regulamentos ou legislação apropriada;

É obrigação da contratada a utilização de produtos de limpeza, preferencialmente, de origem animal e que sejam biodegradáveis;

É proibida a utilização de produtos de limpeza e conservação oriundos e/ou derivados de Organismos Geneticamente Modificados (OGM) ou de plantas em risco de extinção;

É permitida a utilização de produtos que, comprovadamente, sejam derivados de matérias-primas totalmente naturais;

É permitido o uso de sabonetes que não contenham agentes antimicrobianos, exceto para locais que sejam exigidos por normas afetas à saúde e outras regulamentações;

O fornecimento de produtos e serviços deve ser acompanhado de Instrumento de Medição de Resultado (IMR) que assegurem a qualidade, disponibilidade, tempo de atendimento e correção de defeitos dentro de parâmetros compatíveis com as atividades de sustentabilidade previstas, utilizando os seguintes indicadores:

- a) Utilização de produtos de limpeza nas especificações técnicas previstas no edital, que sejam menos agressivos ao meio ambiente ou de menor impacto ambiental;
- b) Disponibilização de Equipamentos de Proteção Individual, por empregado;
- c) Utilização de uniformes em condições apresentáveis e nas especificações determinadas;
- d) Ausência de defeito em torneiras e válvulas de descarga que economizem água;
- e) Uso de equipamentos mais eficientes e que consumam menos energia elétrica;
- f) Uso de equipamentos que emitam menos ruídos e sejam menos prejudiciais à saúde e à qualidade de vida do empregado e dos usuários;
- g) Ausência de resíduos nos ambientes de trabalho ou nos locais nos quais se presta o serviço;

6. Levantamento de Mercado

O próprio histórico de contratação dos serviços pleiteados em todo o IFAM, seja pelo número de empresas contratadas ou pela quantidade de empregados alocados na execução dos serviços, demonstra a capacidade do mercado fornecedor atender satisfatoriamente e sem nenhuma dificuldade as necessidades dos órgãos e entidades.

Consistindo basicamente na alocação pela empresa contratada de empregados para a execução dos serviços, ressalta-se que a contratação pretendida não possui exigências ou especialidades complexas que dificultem os fornecedores recrutarem e contratarem as pessoas que irão desenvolver as atividades, ressaltando que a solução apresentada e descrita no item seguinte é a forma usual e já sedimentada nos órgãos e entidade.

A solução é comum no mercado, com ampla competitividade.

Justificativa da solução escolhida: A terceirização destes serviços para as repartições públicas federais é possível ante a previsão expressa no Decreto nº 2.271/97, o que é corroborado pela inexistência de quantitativo de mão de obra específica para estes serviços em quadro permanente do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas *Campus* Presidente Figueiredo.

Considerando que a contratação pretendida deve contemplar todas as necessidades de manutenção do prédio e suporte administrativo deste Campus;

Considerando as particularidades deste IFAM Campus Presidente Figueiredo, pois trata-se de uma entidade escolar que funciona de 07:00h as 22:00h;

Considerando a necessidade da manutenção de um ambiente com condições de sanidade adequada para todos os usuários;

Considerando que a planilha contida na IN nº 05/2017 já tem campo específico para registro dos custos com insumos e equipamentos;

Podemos constatar que a solução a ser adotada é a contratação de empresa para prestação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra 44h semanais, com fornecimento de insumos e equipamentos, e preço por posto conforme especificidades.

Visando suprir a necessidade do IFAM Campus Presidente Figueiredo, sempre adaptando à legislação vigente na busca por uma maior vantagem econômica e permitir o alinhamento entre a necessidade e a qualidade dos serviços a serem prestados. Foram analisadas licitações realizadas recentemente com o mesmo escopo, e após análise, verificou-se que o modelo a ser adotado, é o praticado no mercado.

7. Descrição da solução como um todo

A solução para atendimento das necessidades do IFAM/CPRF é bastante simplificada, sendo materializada pela empresa contratada mediante alocação de empregados para desenvolvimento de atividades de acordo com as especificações e exigências estabelecidas no TR que balizará o processo licitatório.

O Quadro de Atribuições do subitem 3 deste estudo comporá o TR do processo licitatório, discriminando o cargo, detalhando as suas atribuições e os requisitos (grau de instrução, jornada de trabalho, exigências legais, experiências, conhecimentos, habilidades e atitudes) exigidos dos empregados a serem alocados na execução do serviço, servindo como uma guia para a empresa contratada nos seus processos de recrutamento, seleção e contratação.

A execução dos serviços deverá ocorrer nas dependências do IFAM/CPRF, sob orientação técnica de seus servidores, observadas as exigências e obrigações estabelecidas no TR, especialmente as referentes ao cumprimento dos requisitos exigidos, jornada e horários de trabalho, normas e regras da instituição.

Considerando às necessidades da Administração, a solução escolhida, está definida por previsão legal na Instrução Normativa nº 5, de 25 de maio de 2017, que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional. Os serviços serão contratados por posto;

Nos dias de ponto facultativo e/ou recesso, serão dispensados os serviços, resultando no não pagamento de auxílios: alimentação e transporte aos funcionários, bem como do desconto do valor correspondente nas faturas a serem pagas pela administração, conforme Nota Técnica 66/2018- MP;

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Os serviços que exigem dedicação de mão de obra serão contratados estabelecendo-se como unidade de medida o preço por posto de trabalho, e a quantidade a saber:

ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	QTD	VALOR
	Contratação de empresa especializada na prestação de			

01	serviços de Manutenção predial.	1627	01	R\$ 62.397,00
02	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Operário rural.	15300	01	R\$ 53.002,08
03	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Piscineiro.	09962	01	R\$ 67.592,64
04	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Copeiro.	22861	01	R\$ 52.008,24
05	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Auxiliar de almoxarifado.	14907	01	R\$ 51.230,40

Relação de uniformes, materiais e equipamentos – MANUTENÇÃO PREDIAL

UNIFORMES - Manutenção Predial			
Item	Descrição do Item	Quantidade Anual	medida
1	Calça comprida (jeans cor escura)	4	und
2	Camisa manga longa, malha fria, com gola esporte e emblema da empresa pintado ou bordado.	8	und
3	Meia em algodão, tipo soquete.	8	par
4	Bota PVC cano curto	2	par
5	Crachá em PVC	1	und

MATERIAL - Manutenção Predial			
Item	Descrição do Item	Quantidade Anual	medida
1	Corda de fibra sintéticade 12.0mm. Cabo para uso específico em cadeiras suspensas e cabo-guia de segurança para fixação de trava- quedas. Tamanho: 50m.	2	und
2	Cinturão de segurança modelo paraquedista em‘Y’ com 2 pontos de conexão e totalmente ajustável;	1	und

3	Trava quedas.	1	und
4	Extensão elétrica de 50 m de cabo pp flexível 4mm	1	und
5	Óculos de proteção escuro	1	und
6	ALICATE UNIVERSAL 8" POL ELETRICISTA C /PRENSA TERMINAIS BELZER	1	und
7	kit chave de fenda Philips	1	kit
8	jogo de chave allen	1	jogo

EQUIPAMENTO - Manutenção Predial			
Item	Descrição do Item	Quantidade	medida
1	Escada extensiva de alumínio, com 13 degraus; com sapata antiderrapante para eletricista;	1	und
2	Escada de abrir de fibra com 8 degraus, com sapata antiderrapante;	1	und
3	Serra de mármore	1	und
4	Furadeira de impacto	1	und
5	Parafusadeira (igual ou superior bosh, makita)	1	und
6	Andaime torre completo tubular 10 m painel de 1,0 m x 1,5 m, compiso e guarda corpo	1	und

*Para os equipamentos, considerar como custo mensal a depreciação MENSAL dos itens (60 meses)

Relação de uniformes, materiais e equipamentos – OPERÁRIO RURAL

UNIFORMES - Jardineiro			
Item	Descrição do Item	Quantidade Anual	medida
1	Calça comprida (jeans cor escura)	4	und
2	Camisa manga longa, malha fria, com gola esporte e emblema da empresa pintado ou bordado.	8	und
3	Meia em algodão, tipo soquete.	8	par
4	Bota PVC cano curto	2	par
5	Perneira	1	par
6	Boné árabe	2	und
7	Crachá em PVC	1	und

MATERIAL - Operário rural			
Item	Descrição do Item	Quantidade Anual	medida
1	Balde em plástico para concreto na cor preta, capacidade de 12 litros.	2	und
2	Mangueira para jardim, super flexível de ½", peça com 50 m;	1	und
3	Tesoura para grama, aço forjado, 12"x300 mm	1	und
4	Tesoura de poda	1	und
5	Pá de bico nº 4, com cabo de Madeira	1	und

6	Pá pequena para lixo, em chapa galvanizada com cabo de madeira;	1	und
7	Boca de lobo com cabo	1	und
8	Pulverizador costal de 20 litros	1	und
9	Enxada estreita 2,5, Com cabo	1	und
10	Carro de mão	1	und
11	Protetor de Roçagem retrátil de 3,0m de Comprimento por 1,5 m Altura	1	und
12	Ancinho metálico curvo leve, 12 dentes com cabo reforçado	2	und
13	Avental de raspa	1	und
14	Lima chata para enxada 8" polegadas 200 mm perfil chato cortesimples	6	und
15	Enxada com cabo	1	und
16	frascos de protetor solar fator 60%	12	und
17	Rolo de Fio de nylon quadrado de 3,0 mm de 312 metros para roçadeira .	1	und
18	Vassoura de nylon com cabo;	12	und
19	Cabeça de roçadeira para fio	1	und
20	LUVA DE ALGODÃO COM PIGMENTOS DE PVC TAMANHO 09 (par)	3	par
21	óculos de proteção escuro.	2	und
22	Disco de 80 dentes para roçadeira	1	und

23	Abafador auricular.	1	und
----	---------------------	---	-----

EQUIPAMENTO - Operário rural			
Item	Descrição do Item	Quantidade	medida
1	Motoserra Modelo MS 230	1	und

2	Roçadeira Lateral a gasolina, consumo Aproximado 1,2 l/h, com guidão	1	und
---	--	---	-----

*Para os equipamentos, considerar como custo mensal a depreciação MENSAL dos itens (60 meses)

Relação de uniformes e materiais – PISCINEIRO

UNIFORMES - Piscineiro			
Item	Descrição do Item	Quantidade Anual	medida
1	Calça comprida tactel	4	und
2	Camisa manga longa, malha fria, com gola esporte e emblema da empresa pintado ou bordado.	8	und
3	Meia em algodão, tipo soquete.	8	par
4	Bota PVC cano curto	2	par
5	Boné árabe	2	und
6	Crachá em PVC	1	und

MATERIAL - Piscineiro			
Item	Descrição do Item	Quantidade Anual	medida
1	máscaras respiratória facial com filtro	4	und
2	Rodo aspirador e escova com cabo extensor; tamanho com 8 metros.	1	und
3	Cata folhas para piscina com cabo de alumínio de 6 metros	1	und
4	Baldes de Cloro granulado 3 em 1 com 10 kg para Tratamento de água da piscina	15	und
5	kit teste para medir cloro e PH. Esse kit contém: 1 frasco de solução cloro ortotolidina (20 ml). 1 frasco de FENOL vermelho reagente para PH (20 ml). 1-Corpo comparador;	1	kit
6	protetores auricular tipo plug de inserção;	2	par
7	Óculos de proteção escuro;	2	und
8	mangueiras flexível flutuante para aspiração; tamanho de 25 m de comprimento; Diâmetro 1. 3/4" polegada ou 44 mm; com adaptador rosca fina.	2	und
9	frascos de protetor solar fator 60%	12	und
10	Decantador (quilo)	84	kg
11	Elevador de PH (quilo)	200	kg
12	Escovas de nylon curva 450 mm	6	und
13	Esfregão com cerdas de nylon.	6	und

14	escovão para calçada com cabo;	6	und
15	Luva nitrilica com forro; comprimento de 33 cm.	12	par
16	caixa de Máscaras PFF2 sem válvula com 100 Unidades	1	caixa
17	limpa borda de 1 litro	15	litro

Relação de uniformes e materiais – COPEIRO

UNIFORMES - Copeiro		
Descrição do Item	Quantidade Anual	medida
Calça comprida de brim	4	und
Camisa manga longa, malha fria, com gola esporte e emblema da empresa pintado ou bordado.	8	und
Meia em algodão, tipo soquete.	8	par
Bota PVC cano curto	2	par
Crachá em PVC	1	und

MATERIAL - Copeiro			
Item	Descrição do Item	Quantidade Anual	medida
1	frascos de detergente 500ml	240	und

2	esponja de aço com 08 und (pacote)	36	pacote
3	Esponjas para lavar louça	96	und
4	sabão em barra (quilo)	48	kg
5	panos tipo saco	24	und
6	água sanitária (litro)	40	litro
7	fardos de papel toalha com 1250 und	60	fardo
8	luva látex tamanho M (par)	4	par
9	Caixa de máscara Descartável pacote com 100 (cem)	2	caixa
10	Caixa de touca descartável com 100und	3	caixa
11	guardanapo de pano branco (dúzia)	1	dúzia

Relação de uniformes e materiais – AUXILIAR DE ALMOXARIFADO

UNIFORMES - Aux. Almoхарifado			
Item	Descrição do Item	Quantidade Anual	medida
1	Calça comprida de brim	4	und

Camisa manga longa, malha fria, com gola esporte e emblema da empresa pintado ou bordado.

2 8 und

3	Meia em algodão, tipo soquete.	8	par
---	--------------------------------	---	-----

4 Bota PVC cano curto 2 par

5	Crachá em PVC	1	und
---	---------------	---	-----

MATERIAL - Aux. Almoxarifado			
Item	Descrição do Item	Quantidade Anual	medida
1	Cinta ergonômica para carregador	1	und

9. Estimativa do Valor da Contratação

O preço de referência é constituído com base nos valores da Convenção coletiva de trabalho - CCTs AM000563/2023, acrescidas as despesas com uniformes, materiais, equipamentos e outros.

Este estudo considerou como preço de referência: a média/mediana de cotações de preços extraídas de contratações similares de outros entes públicos(conforme anexo), em execução ou concluídos nos 180(cento e oitenta) dias anteriores à data da Pesquisa de preços.

Para o custo dos uniformes, custos indiretos, o lucro da contratada e os valores das diárias, os preços estimados para esta contratação foram elaborados mediante pesquisa no Pannel de Preços, com base na Instrução normativa nº 73 de 05 de agosto de 2020.

A estimativa do valor da contratação é da monta de **R\$ 286.162,36(duzentos e oitenta e seis mil, cento e sessenta e dois reais e trinta e seis centavos)** observadas as normas que regulam o assunto, especialmente as dispostas na IN SEGES nº 5/2017.

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Considerando as características dos serviços a serem contratados, não haverá parcelamento ou individualização da solução.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para que o objetivo desta contratação seja atingido.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente contratação está contemplada no Plano Anual de Contratações da entidade, conforme à Instrução Normativa nº 01 /2019, da Secretaria de Gestão do Ministério da Economia. Como forma de buscar, constantemente, a melhoria da gestão dos processos e a eficiência do gasto público, se faz necessária a adoção de medidas que facilitem a gerência dos nossos contratos de serviços terceirizados e a desoneração através do ganho econômico em escala.

13. Resultados Pretendidos

Espera-se com esta nova contratação:

1. Otimização de custos administrativos de gerenciamento de todo processo de contratação, da força de trabalho que possuímos tanto na gestão quanto na fiscalização de contratos.
2. Manter o campus em perfeitas condições de funcionamento com suas instalações devidamente adequadas ao atendimento das necessidades.
3. Garantir a boa execução dos serviços, sempre embasados nos princípios de eficiência e sustentabilidade

14. Providências a serem Adotadas

Considerando que os serviços em questão, já são ou foram ofertados neste campus solicitante, não há necessidade de adaptação direta ao ambiente físico para início das atividades desta tipologia de serviços.

Contudo, faz-se necessário a capacitação dos prestadores de serviços a respeito dos mecanismos internos da Instituição, bem como do trabalho a ser executado. Os fiscais dos contratos atuais serão designados para colaborar no período de adequação.

15. Possíveis Impactos Ambientais

Deverá ser firmado entre o órgão e a contratada um Instrumento de Medição de Resultado (IMR), com o propósito de delimitar a execução dos serviços dentro dos padrões de qualidade definidos;

É de responsabilidade da contratada na prestação dos serviços contratados, cumprir a legislação ambiental, para a gestão sustentável dos serviços, observando os Instrumentos de Medição de Resultado (IMR), nos termos do art. 1º, inciso II, e Anexo VI-B, item 1, alínea c, da Instrução Normativa nº 005/2017-SEGES/MPDG;

É obrigação da contratada disponibilizar equipe técnica qualificada, devidamente registrada, para a prestação dos serviços, materiais de limpeza, bem como os demais materiais e equipamentos necessários à execução das atividades de limpeza dos ambientes relativos à contratação;

A contratada deverá observar a legislação trabalhista relativa à jornada de trabalho, às normas coletivas da categoria profissional e as normas internas de segurança e saúde do trabalho;

É obrigação da contratada treinar e capacitar periodicamente seus empregados no atendimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho, bem como prevenção de incêndio, práticas de redução do consumo de água, energia e redução da geração de resíduos para implementação das lições aprendidas durante a prestação dos serviços;

É de responsabilidade da contratada o fornecimento dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) em bom estado de utilização aos seus funcionários, prezando pela saúde e segurança durante a execução da prestação dos serviços;

A contratada deve manter equipamentos e demais materiais necessários à prestação dos serviços em bom estado de funcionamento evitando danos às pessoas e ao estado das instalações hidrossanitárias e elétricas;

A contratada deverá observar às recomendações técnicas e legais para o fornecimento dos saneantes domissanitários, sacos de lixo, papel higiênico, produtos químicos, etc;

É obrigação da contratada adotar medidas para evitar o desperdício da água potável, com verificação da normalização de equipamentos quanto ao seu funcionamento (se estão regulados, quebrados ou com defeitos), bem como práticas de racionalização;

A contratada deverá racionalizar o consumo de energia elétrica com a utilização de equipamentos mais eficientes, que possuam a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE), conforme regulamentações, para os casos possíveis;

Só será admitida a utilização de equipamentos de limpeza que possuam o Selo Ruído, indicando o nível de potência sonora, conforme a Resolução específica do CONAMA e observações do INMETRO, que possam reduzir o risco à saúde física e mental dos trabalhadores, bem como os demais usuários expostos às condições adversas de ruídos que caracterizem poluição sonora no ambiente de trabalho;

A contratada deverá adotar práticas de redução de geração de resíduos sólidos, realizando a separação dos resíduos recicláveis descartados pelo órgão, na fonte geradora, e a coleta seletiva conforme legislação específica;

É obrigação da contratada respeitar as Normas Brasileiras (NBRs) sobre resíduos sólidos, bem como a Política Nacional de Resíduos Sólidos;

As pilhas e baterias utilizadas na execução dos serviços, em equipamentos ou outros materiais de responsabilidade da contratada, deverão possuir composição que respeite os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio, conforme Resolução CONAMA nº 401/2008, com as alterações da Resolução nº 424/2010;

É obrigação da Contratada a apresentação da composição química dos produtos utilizados na prestação do serviço, quando solicitado da contratante; É proibida a utilização de saneantes domissanitários de Risco I listados no art. 5º da RESOLUÇÃO - RDC Nº 184, de 22 de outubro de 2001, na prestação dos serviços;

É permitido o uso de saneantes domissanitários produzidos com substâncias biodegradáveis, estabelecidas na Resolução ANVISA RDC nº 180, de 3 de outubro de 2006, bem como de produtos desinfetantes domissanitários, previsto na Resolução ANVISA RDC nº 34, de 16 de agosto 2010;

É de responsabilidade da contratada a verificação da não utilização de produtos de limpeza que observem a utilização de Substâncias Perigosas, Biodegradabilidade dos Tensoativos, Toxicidade Aquática e Teor de Fósforo acima dos limites estabelecidos por regulamentos ou legislação apropriada;

É obrigação da contratada a utilização de produtos de limpeza, preferencialmente, de origem animal e que sejam biodegradáveis;

É proibida a utilização de produtos de limpeza e conservação oriundos e/ou derivados de Organismos Geneticamente Modificados (OGM) ou de plantas em risco de extinção;

É permitida a utilização de produtos que, comprovadamente, sejam derivados de matérias-primas totalmente naturais;

É permitido o uso de sabonetes que não contenham agentes antimicrobianos, exceto para locais que sejam exigidos por normas afetas à saúde e outras regulamentações;

O fornecimento de produtos e serviços deve ser acompanhado de Instrumento de Medição de Resultado (IMR) que assegurem a qualidade, disponibilidade, tempo de atendimento e correção de defeitos dentro de parâmetros compatíveis com as atividades de sustentabilidade previstas, utilizando os seguintes indicadores: Utilização de produtos de limpeza nas especificações técnicas previstas no edital, que sejam menos agressivos ao meio ambiente ou de menor impacto ambiental;

Ausência de resíduos nos ambientes de trabalho ou nos locais nos quais se presta o serviço.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

A contratação é viável, pois como referido anteriormente são serviços indispensáveis para o bom funcionamento do campus. Com esta contratação será possível conciliar menores custos e o atendimento adequado das necessidades da administração.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

ALESSANDRA ALVES DE CARVALHO DOS SANTOS

Assistente de alunos

FABRICIO RONCALIO

Equipe de apoio

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - TABELA DE ATIVIDADES AUX. DE ALMOXARIFADO.pdf (683.13 KB)
- Anexo II - TABELA DE ATIVIDADES COPEIRO.pdf (601.55 KB)
- Anexo III - TABELA DE ATIVIDADES MANUTENÇÃO PREDIAL.pdf (311.39 KB)
- Anexo IV - TABELA DE ATIVIDADES PISCINEIRO.pdf (306.35 KB)
- Anexo V - TABELA DE ATIVIDADES TRABALHADORES AGROPECUÁRIOS EM GERAL.pdf (389.48 KB)
- Anexo VI - auxiliar de almoxarifado parâmetros.pdf (384.26 KB)
- Anexo VII - auxiliar de almoxarifado posto.pdf (219.5 KB)
- Anexo VIII - copeira parâmetros.pdf (382.63 KB)
- Anexo IX - copeira posto.pdf (404.65 KB)
- Anexo X - manutenção predial parâmetros.pdf (195.91 KB)
- Anexo XI - manutenção predial posto.pdf (219.48 KB)
- Anexo XII - operário rural parâmetros.pdf (385.15 KB)
- Anexo XIII - operário rural posto.pdf (219.64 KB)
- Anexo XIV - piscineiro parâmetros.pdf (384.16 KB)
- Anexo XV - piscineiro posto.pdf (403.93 KB)
- Anexo XVI - CCT VIGENTE 2024.pdf (9.11 MB)

**Anexo I - TABELA DE ATIVIDADES AUX. DE
ALMOXARIFADO.pdf**

Relatório Tabela de Atividades

Família Ocupacional: 4141 - Almoxarifes e armazenistas

Áreas	Atividades			
A RECEPCIONAR PRODUTOS	Verificar notas fiscais	Descarregar produtos	Confrontar notas e pedidos	Pesar produto
	1 AX	2 AX	3 AX	4 AX
B CONFERIR PRODUTOS E MATERIAIS	Escanear códigos dos produtos	Codificar itens	Endereçar materiais	Encaminhar materiais para armazenagem
	7 AX	8 AX	9 AX	10 AX
	Conferir lacre do caminhão	Conferir conhecimento de fretes com nota fiscal	Conferir prazos de entrega dos produtos	Conferir lastro de embalagem
	1 AX	2 AX	3 AX	4 AX
	Conferir amarração dos paletes	Conferir quantidades	Conferir marcas dos produtos	Conferir qualidade e vencimento dos produtos
	5 AX	6 AX	7 AX	8 AX
	Checar códigos de barra e unidade de venda do produto	Conferir materiais por subgrupo	Conferir produtos com especialista da área requerente	Devolver itens em desacordo
	9 AX	10 AX	11 AX	12 AX
	Emitir tiquetes de pesagem	Conferir a distribuição do peso das cargas por eixo	Orientar os transportadores sobre as regras de distribuição de cargas nos veículos	Limitar peso de veículos conforme exigências legais
	13 AX	14 AX	15 AX	16 AX
C REGISTRAR DADOS NO SISTEMA	Liberar o transportador			
	17 AX			
	Cadastrar produtos no sistema	Codificar notas	Registrar conhecimento de fretes	Lançar entrada de mercadorias/produtos
	1 AX	2 AX	3 AX	4 AX
	Lançar baixa de mercadorias/produtos	Solicitar reposição de estoque	Registrar prazos de entrega	Registrar condições de pagamento
	5 AX	6 AX	7 AX	8 AX
	Verificar notas fiscais lançadas no sistema	Registrar estorno de notas fiscais	Emitir notas fiscais de transferência de itens	Emitir notas fiscais de devoluções
	9 AX	10 AX	11 AX	12 AX
	Registrar ordens de serviço de terceiros	Emitir requisição de compras	Registrar cancelamento de pedidos	Emitir autorização de serviço
	13 AX	14 AX	15 AX	16 AX
	Enviar documentos fiscais para o setor contábil	Arquivar documentos		
	17 AX	18 AX		

D ARMAZENAR PRODUTOS E MATERIAIS

Definir o módulo de armazenamento	Definir áreas de armazenamento por tipo de produto	Operar equipamentos de movimentação de mercadorias	Direcionar mercadorias de acordo com o sistema
1 AX	2 AX	3 AX	4 AX
Colocar produtos em prateleiras, porta paletes, drivers, blocagem, gaiolas etc..	Movimentar produtos no paiol	Armazenar por linha e marca	Armazenar produtos por zona ou subgrupo
5 AX	6 AX	7 AX	8 AX
Armazenar matéria-prima	Armazenar produtos semi-acabados	Armazenar produto acabado	Armazenar produtos perecíveis
9 AX	10 AX	11 AX	12 AX
Armazenar gases em depósitos especiais	Armazenar explosivos em paiol	Armazenar produtos sucateados	
14 AX	15 AX	16 AX	

E PREPARAR MERCADORIAS/PRODUTOS PARA DISTRIBUIÇÃO

Separar produtos por pedidos	Reabastecer o local de separação	Separar mercadorias/produtos por destinatário	Separar produtos por zona
1 AX	3 AX	4 AX	5 AX
Separar produtos por marcas	Emballar mercadorias /produtos	Separar mercadorias/produtos por rol, contêineres e paletes	Anotar códigos nas caixas de controle
6 AX	7 AX	8 AX	9 AX
Contar volumes na distribuição	Remanejar peças e itens disponíveis	Informar às transportadoras peso e cubagem	Acompanhar carregamento dos produtos
10 AX	11 AX	12 AX	13 AX
Distribuir peso da carga de acordo com limite legal de cada veículo	Remeter correspondência dos volumes	Etiquetar mercadorias/produtos	
14 AX	17 AX	20 AX	

F CONTROLAR ESTOQUE

Dimensionar quantidades mínimas e máximas	Controlar mercadorias de alta e baixa rotatividade	Controlar pedidos de compra	Fazer previsão mensal de estoque
1 AX	2 AX	3 AX	4 AX
Controlar datas de vencimento de produtos	Controlar qualidade dos produtos armazenados	Vistoriar produtos avariados	Controlar produtos danificados na manipulação
5 AX	6 AX	7 AX	8 AX
Controlar devolução de itens	Controlar estoque físico e contábil	Inventariar itens por endereço	Controlar material em consignação
9 AX	10 AX	11 AX	12 AX
Controlar mercadorias por depósito	Controlar emissão de notas manuais	Controlar termo de responsabilidade de materiais acautelados	Controlar estoques futuros
13 AX	14 AX	15 AX	16 AX

G ORGANIZAR LOCAL DE ARMAZENAGEM	Controlar mercadorias por fornecedores	Controlar distribuição de alimentos com risco de contaminação	Controlar produtos congelados em câmaras frias	Controlar mercadoria por tempo de estoque
	17 AX	18 AX	19 AX	20 AX
	Planejar o leiaute	Sinalizar áreas de risco	Organizar prateleiras	Ordenar paletes, contêineres e equipamentos
	1 AX	2 AX	3 AX	4 AX
Z DEMONSTRAR COMPETÊNCIAS PESSOAIS	Organizar produtos no espaço físico	Agrupar produtos	Ordenar materiais	Unitizar carga (strech, fitilho,...)
	5 AX	6 AX	7 AX	8 AX
	Montar embalagens	Colocar caixas vazias em gaiolas	Limpar o local de armazenamento e equipamentos	Controlar o acesso de pessoas
	9 AX	10 AX	11 AX	13 AX
	Demonstrar organização	Comunicar-se com facilidade	Demonstrar criatividade	Demonstrar agilidade
	1 AX	2 AX	3 AX	4 AX
	Demonstrar disciplina	Tomar decisões	Utilizar epi	Ouvir atentamente (saber ouvir)
	5 AX	6 AX	7 AX	8 AX
	Demonstrar iniciativa	Demonstrar dedicação	Demonstrar liderança	Manter-se dinâmico
	9 AX	10 AX	11 AX	12 AX
	Demonstrar resistência física	Demonstrar responsabilidade	Trabalhar em equipe	Demonstrar auto controle
	13 AX	14 AX	15 AX	16 AX
	Demonstrar capacidade de observação	Demonstrar capacidade de concentração		
	17 AX	18 AX		

Legenda das ocupações da família

AX - ALMOXARIFE

Anexo II - TABELA DE ATIVIDADES COPEIRO.pdf

Relatório Tabela de Atividades

Família Ocupacional: 5134 - Trabalhadores no atendimento em estabelecimentos de serviços

de alimentação, bebidas e hotelaria

Áreas	Atividades			
A SERVIR O CLIENTE	Entregar cardápio	Tirar pedido	Encaminhar pedidos para cozinha e bar	Servir aperitivos
	2 CO	3 CO	5 CO	6 CO
	Servir bebidas	Servir vinho, cerveja, chope, cachaça e saquê	Administrar fluxo de pratos entre cozinha e mesas	Checar pedido antes de servir
	7 CO	8 CO	9 CO	10 CO
	Servir pratos	Fatiar carne (churrascaria)	Destrinchar peixe	Completar bufê
B ATENDER O CLIENTE	12 CO	13 CO	14 CO	15 CO
	Servir queijos	Servir sobremesas	Servir chá, licores e digestivos	Servir café
	16 CO	17 CO	18 CO	19 CO
	Servir charutos	Trazar conta	Receber contas	Fazer porções para viagem
	20 CO	22 CO	23 CO	24 CO
C MONTAR PRAÇA, CARRINHO, MESA, BALCÃO, BAR	Recepcionar cliente	Informar previsão de tempo de espera	Acomodar cliente	Acompanhar cliente à mesa
	1 CO	2 CO	3 CO	4 CO
	Questionar as preferências do cliente	Dar sugestões	Descrever pratos e produtos oferecidos	Fornecer informações ao cliente
	5 CO	6 CO	7 CO	8 CO
	Atender reclamações do cliente			
	12 CO			
	Organizar estrutura de apoio (montar mise-en-place)	Providenciar gelo	Selecionar produtos (limpeza e outros)	Selecionar utensílios
	1 CO	2 CO	3 CO	4 CO
	Escolher louça	Selecionar enxoval de copos	Montar kits de descartáveis (guardanapos, talheres, sal)	Dobrar guardanapos
	5 CO	6 CO	7 CO	9 CO
	Forrar bandeja	Montar mesa, bandeja, balcão e bar	Montar carrinho	Selecionar alimentos e bebidas
	10 CO	11 CO	13 CO	14 CO
	Repor material de apoio	Repor aparadores e guéridons	Repor bebidas	Substituir cinzeiros
	15 CO	16 CO	17 CO	18 CO

	Substituir cobre-manchas 19 CO	Decorar mesa 20 CO		
D ORGANIZAR O TRABALHO	Conferir ordem de serviço 1 CO	Verificar quantidade e disponibilidade de produtos 4 CO	Verificar material de trabalho (utensílios e equipamentos) 5 CO	Requisitar utensílios, equipamentos e/ou produtos de limpeza 6 CO
	Verificar estoque de bebidas e/ou alimentos 7 CO	Controlar prazo e data de validade de alimentos e bebidas 8 CO	Controlar sobras e perdas 11 CO	Controlar acesso de pessoas 12 CO
E PREPARAR ALIMENTOS E BEBIDAS (ENTRADAS, SALADAS, DRINKES ETC)	Colocar bebidas para gelar 1 CO	Descongelar alimentos 2 CO	Cortar frutas para decoração 3 CO	Preparar frutas 4 CO
	Preparar bebidas (sucos, coquetéis, drinques, aperitivos etc) 5 CO	Preparar café 6 CO	Preparar canapés e 'amuse-gueules' 8 CO	Preparar 'couvert' 10 CO
	Preparar saladas 11 CO	Preparar sanduíches 12 CO	Preparar sorvetes, 'milk shakes' e 'chantilly' 13 CO	Enfeitar drinques, coquetéis e pratos 14 CO
	Observar apresentação dos pratos 16 CO	Fazer serviço de 'réchaud' 18 CO	Flambar sobremesas, pratos e bebidas 19 CO	
H REALIZAR SERVIÇO DE BEBIDAS	Abrir garrafa/lata 10 CO	Decantar vinho 12 CO		
I DESMONTAR PRAÇA	Desmontar carrinho 1 CO	Desmontar mesas 2 CO	Recolher louças, talheres, copos e/ou bandejas 3 CO	Guardar louças, copos e/ou prataria 4 CO
	Desmontar o bufê (buffet) 5 CO	Tirar toalhas 6 CO	Guardar produtos 7 CO	Organizar espaço 8 CO
	Inventariar bebidas consumidas 9 CO	Inventariar material (louças, pratarias, enxoval de copos, enxoval de mesa) 10 CO	Encaminhar enxoval de mesa para lavanderia 11 CO	
J HIGIENIZAR UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS	Lavar utensílios 1 CO	Limpar prataria 2 CO	Secar louça e/ou prataria 3 CO	Esterilizar instrumentos e materiais 4 CO

**Z DEMONSTRAR
COMPETÊNCIAS
PESSOAIS**

Pôr louça e/ou prataria na máquina de lavar 5 CO	Retirar louça e prataria da máquina de lavar 6 CO	Limpar equipamentos 8 CO	Limpar balcão e bancada 9 CO
Limpar bandejas e carrinho 10 CO	Retirar restos de comida 11 CO	Limpar mesa 12 CO	Separar lixo 13 CO
Limpar o chão 14 CO	Destinar o lixo 15 CO		
Cumprir normas e procedimentos sanitários 1 CO	Contornar situações adversas 2 CO	Demonstrar cordialidade 3 CO	Demonstrar capacidade de comunicação 4 CO
Demonstrar dinamismo 5 CO	Trabalhar em equipe 6 CO	Trabalhar sob pressão 7 CO	Demonstrar capacidade de distinguir aromas, sabores, odores e cores 8 CO
Demonstrar habilidade e memória sensorial (olfativa, paladar) 9 CO	Demonstrar acuidade sensorial 10 CO	Demonstrar capacidade de organização 11 CO	Demonstrar atenção focada 12 CO
Demonstrar discrição 13 CO	Demonstrar criatividade 14 CO	Ouvir atentamente (saber ouvir) 15 CO	Demonstrar proatividade 16 CO
Demonstrar equilíbrio emocional 17 CO	Demonstrar moderação ao provar bebidas (temperança em quem trabalha com álcool) 18 CO		

Legenda das ocupações da família

CO - COPEIRO

Anexo III - TABELA DE ATIVIDADES MANUTENÇÃO PREDIAL.pdf

Relatório Tabela de Atividades

Família Ocupacional: 5143 - Trabalhadores nos serviços de manutenção de edificações

Áreas	Atividades			
A EXECUTAR SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO ELÉTRICA E MECÂNICA	Verificar funcionamento de equipamentos e instalações elétricas e de iluminação	Reparar equipamentos de iluminação	Reparar instalação elétrica	Relatar avarias nas instalações
	1 AM	2 AM	3 AM	4 AM
	Fazer instalação elétrica	Trocar instalação elétrica	Trocar equipamentos de iluminação	Instalar equipamentos elétricos
	5 AM	6 AM	7 AM	8 AM
	Instalar equipamentos de iluminação	Soldar objetos		
	9 AM	10 AM		
B EXECUTAR MANUTENÇÃO HIDRÁULICA	Verificar funcionamento de instalação hidráulica	Consertar instalação hidráulica	Trocar instalação hidráulica	Limpar filtros
	2 AM	4 AM	5 AM	6 AM
	Trocar filtros	Desentupir ralos, pias e vasos sanitários		
	8 AM	9 AM		
C REALIZAR MANUTENÇÃO DE CARPINTARIA E ALVENARIA	Vedar fendas e emendas	Reparar trincas e rachaduras	Impermeabilizar superfícies	Recuperar pinturas
	1 AM	2 AM	3 AM	4 AM
	Repor cerâmica (azulejos, pastilhas e pisos)	Recolocar pastilhas ou litocerâmica	Consertar móveis	Substituir portas
	5 AM	6 AM	7 AM	8 AM
	Ajustar portas e janelas	Reparar divisórias	Consertar forros	
	9 AM	10 AM	11 AM	
F PREPARAR TRABALHO	Controlar o estoque de material	Verificar validade de produtos químicos e de limpeza	Verificar qualidade de produtos químicos e de limpeza	Avaliar tipo de superfície a ser trabalhada
	1 AM	2 AM	3 AM	4 AM
	Avaliar grau de sujidade	Avaliar tipo de sujeira	Selecionar produtos e material	Preparar produtos
	5 AM	6 AM	7 AM	8 AM
	Diluir produtos (químicos e de limpeza)	Dosar produtos químicos	Solicitar equipamentos e materiais	Solicitar compra de produtos químicos e de limpeza
	9 AM	10 AM	11 AM	12 AM
G TRABALHAR COM SEGURANÇA	Usar uniforme	Utilizar epi	Inspecionar local a ser trabalhado	Isolar área para manutenção e limpeza
	1 AM	2 AM	3 AM	4 AM

Z	DEMONSTRAR COMPETÊNCIAS PESSOAIS	Montar andaime	Montar balancim	Montar cadeirinha	Operar equipamentos
		5 AM	6 AM	7 AM	8 AM
		Submeter-se a cursos de capacitação e qualificação			
		9 AM			
		Demonstra resistência física	Demonstra paciência	Trabalhar em equipe	Demonstrar iniciativa
		1 AM	2 AM	3 AM	4 AM
		Demonstrar prudência	Demonstrar equilíbrio físico	Reconhecer limitações pessoais	Demonstrar capacidade de trabalhar em alturas
		5 AM	6 AM	7 AM	8 AM
		Contornar situações adversas	Demonstrar agilidade	Demonstrar controle emocional	Demonstrar destreza manual
		9 AM	10 AM	11 AM	12 AM

Legenda das ocupações da família

AM - AUXILIAR DE MANUTENÇÃO PREDIAL

Anexo IV - TABELA DE ATIVIDADES PISCINEIRO.pdf

Relatório Tabela de Atividades

Família Ocupacional: 5143 - Trabalhadores nos serviços de manutenção de edificações

Áreas	Atividades			
A EXECUTAR SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO ELÉTRICA E MECÂNICA	Verificar funcionamento de equipamentos e instalações elétricas e de iluminação	Relatar avarias nas instalações	Trocar equipamentos de iluminação	
	1 LP	4 LP	7 LP	
B EXECUTAR MANUTENÇÃO HIDRÁULICA	Classificar equipamentos e tubulação	Verificar funcionamento de instalação hidráulica	Limpar equipamentos hidráulicos	Consertar instalação hidráulica
	1 LP	2 LP	3 LP	4 LP
	Limpar filtros	Trocar areia do filtro	Trocar filtros	
	6 LP	7 LP	8 LP	
C REALIZAR MANUTENÇÃO DE CARPINTARIA E ALVENARIA	Repor cerâmica (azulejos, pastilhas e pisos)			
	5 LP			
D LIMPAR RECINTOS E ACESSÓRIOS	Remover sujeira	Varrer pisos		
	10 LP	11 LP		
E TRATAR PISCINAS	Aspirar fundo da piscina	Medir ph, cloro, dureza e alcalinidade da água	Avaliar turbidez e cor da água	Adicionar produtos químicos a água
	1 LP	2 LP	3 LP	4 LP
	Esfregar borda, paredes e fundo da piscina	Penejar água da piscina	Registrar parâmetros de qualidade da água	Medir temperatura da água
	5 LP	6 LP	7 LP	8 LP
	Verificar nível da água	Cobrir piscina		
	9 LP	10 LP		
F PREPARAR TRABALHO	Controlar o estoque de material	Verificar validade de produtos químicos e de limpeza	Verificar qualidade de produtos químicos e de limpeza	Avaliar tipo de superfície a ser trabalhada
	1 LP	2 LP	3 LP	4 LP
	Avaliar grau de sujidade	Avaliar tipo de sujeira	Selecionar produtos e material	Preparar produtos
	5 LP	6 LP	7 LP	8 LP
	Diluir produtos (químicos e de limpeza)	Dosar produtos químicos	Solicitar equipamentos e materiais	Solicitar compra de produtos químicos e de limpeza
	9 LP	10 LP	11 LP	12 LP
G TRABALHAR COM SEGURANÇA	Usar uniforme	Utilizar epi	Inspecionar local a ser trabalhado	Isolar área para manutenção e limpeza
	1 LP	2 LP	3 LP	4 LP

Z DEMONSTRAR COMPETÊNCIAS PESSOAIS	Montar andaime	Montar balancim	Montar cadeirinha	Operar equipamentos
	5 LP	6 LP	7 LP	8 LP
	Submeter-se a cursos de capacitação e qualificação			
	9 LP			
	Demonstra resistência física	Demonstra paciência	Trabalhar em equipe	Demonstrar iniciativa
	1 LP	2 LP	3 LP	4 LP
	Demonstrar prudência	Demonstrar equilíbrio físico	Reconhecer limitações pessoais	Demonstrar capacidade de trabalhar em alturas
	5 LP	6 LP	7 LP	8 LP
	Contornar situações adversas	Demonstrar agilidade	Demonstrar controle emocional	Demonstrar destreza manual
	9 LP	10 LP	11 LP	12 LP

Legenda das ocupações da família

LP - LIMPADOR DE PISCINAS

**Anexo V - TABELA DE ATIVIDADES
TRABALHADORES AGROPECUÁRIOS EM GERAL.pdf**

Relatório Tabela de Atividades

Família Ocupacional: 6210 - Trabalhadores agropecuários em geral

Áreas	Atividades			
A TRATAR ANIMAIS	Recolher animais 1 TA	Monitorar animais 2 TA	Alimentar animais 3 TA	Higienizar animais 4 TA
	Ordenhar animais 5 TA	Medicar animais 6 TA	Vacinar animais 7 TA	Classificar animais 8 TA
	Domar animais 9 TA	Castrar animais 10 TA	Mochar animais 11 TA	Marcar animais 12 TA
	Descornar animais 13 TA	Tosquiar animais 14 TA	Casquear animais 15 TA	Ferrar animais 16 TA
	Separar animais 17 TA	Pesar animais 18 TA	Medir animais 19 TA	
B MANEJAR ÁREA DE CULTIVO	Escolher sementes 1 TA	Montar viveiros 2 TA	Montar estufas 3 TA	Distribuir sementes 4 TA
	Regar plantação 5 TA	Escolher mudas 6 TA	Enxertar plantas 7 TA	Capinar área plantada 8 TA
	Transplantar mudas 9 TA	Plantar cercas vivas 10 TA	Eliminar ervas daninhas com máquinas 11 TA	Irigar plantação 12 TA
	Efetuar cobertura de solo 13 TA	Estaquear plantas 14 TA	Aplicar defensivos agrícolas 15 TA	Podar plantas 16 TA
	Cobrir frutos e plantas 17 TA	Colher produção 18 TA		
C PREPARAR SOLO PARA PLANTIO	Cercar área de plantio 1 TA	Colher amostra de solo para análise 2 TA	Formar coivara 3 TA	Corrigir solo 4 TA
	Nivelar solo 5 TA	Arar solo 6 TA	Gradear solo 7 TA	Formar curva de nível 8 TA
	Construir barragens para plantio 9 TA	Sulcar solo 10 TA	Covear solo 11 TA	Medir canteiros 12 TA
	Adubar solo 13 TA			
D EFETUAR MANUTENÇÃO NA PROPRIEDADE	Reformar estradas de acesso à propriedade 1 TA	Reformar pontes 2 TA	Limpar ferramentas 3 TA	Amolar ferramentas 4 TA

	Imergir mourões em solução química	Reformar cercas	Abrir valas	Reparar instalações
	5 TA	6 TA	7 TA	8 TA
	Construir açudes	Furar cisternas	Construir caixas d'água	Montar instalação hidráulica
	9 TA	10 TA	11 TA	12 TA
	Construir instalações	Limpar instalações	Pintar instalações	Consertar instalações elétricas
	13 TA	14 TA	15 TA	16 TA
	Consertar máquinas e equipamentos	Desinfetar material de vacinação, reprodução e cirúrgico		
	17 TA	18 TA		
E CUIDAR DA REPRODUÇÃO DE ANIMAIS	Identificar cio de animais	Selecionar reprodutores e matrizes	Organizar cruzamentos	Prender matrizes
	1 TA	2 TA	3 TA	4 TA
	Colocar animais para monta	Preparar material para inseminação	Inseminar animais	Registrar dados de cobertura e parição
	5 TA	6 TA	7 TA	8 TA
	Auxiliar partos de animais	Curar umbigo de animais recém-nascidos	Amamentar animais recém-nascidos	Controlar peso e medida de animais recém-nascidos
	9 TA	10 TA	11 TA	12 TA
	Controlar desmame de animais			
13 TA				
F BENEFICIAR PRODUTOS AGROPECUÁRIOS	Esterilizar material de beneficiamento	Descascar matéria-prima	Abater animais	Coalhar leite para fabricação de queijo
	1 TA	2 TA	3 TA	4 TA
	Lavar matéria-prima	Secar matéria-prima	Moer matéria-prima	Ralar matéria-prima
	5 TA	6 TA	7 TA	8 TA
G ORGANIZAR PRODUTOS AGROPECUÁRIOS PARA COMERCIALIZAÇÃO	Misturar ingredientes	Fermentar matéria-prima	Cozer matéria-prima	Defumar carnes e queijos
	9 TA	10 TA	11 TA	12 TA
	Classificar produtos	Embalar produtos	Rotular produtos	Armazenar produtos
	1 TA	2 TA	3 TA	4 TA
	Transportar produtos			
5 TA				
Z DEMONSTRAR COMPETÊNCIAS PESSOAIS	Demonstrar responsabilidade	Demonstrar sensibilidade com animais	Demonstrar destreza manual	Demonstrar sensibilidade tátil
	1 TA	2 TA	3 TA	4 TA

Demonstrar visão espacial

5 TA

Demonstrar sensibilidade olfativa

6 TA

Trabalhar em equipe

7 TA

Legenda das ocupações da família

TA - TRABALHADOR AGROPECUÁRIO EM GERAL

Anexo VI - auxiliar de almoxarifado parâmetros.pdf

DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA	TR N°
POSTO	QUANTIDADE DE POSTO
AUXILIAR DE ALMOXARIFADO	1
Quantidade de meses de trabalho	12
Licitação n°	

PARÂMETROS CONVENÇÃO COLETIVA	DADOS
Município	PRESIDENTE FIGUEREDO
Serviço	Aux. De almoxarifado
Categoria Profissional	

Ano acordo, Convenção ou sentença normativa em dissídio coletivo	AM000563/2023
Data base da categoria	
Tipo de trabalhador	44 horas semanais
Dias de trabalho	26
Carga Horária Mensal	220H
Salário Base CCT	1.567,40
Hora Extra (normal)	50%
Hora Extra (acréscimo)	60%
Hora Extra (domingos e feriados)	100%
Percentual de Periculosidade	0
Percentual de Insalubridade	0
Vale Transporte	R\$ 5,00
Desconto Vale Transporte	6%
Vale Alimentação	R\$ 20,00
Desconto Vale Alimentação	10%
Assistência médica e familiar	
Cesta Básica	R\$ 130,00
Desconto Cesta Básica	R\$ -
Qtde de Vale Transporte por Dia	2
Qtde de Vale Alimentação Dia	1
Plano Odontológico	R\$ 15,00
Desconto Plano Odontológico	R\$ -
Plano de Saúde	R\$ -
Desconto do Plano de Saúde	R\$ -

PARÂMETROS PARA TRIBUTAÇÃO E ENCARGOS	Percentuais de Aplicação
Total de encargos	36,80%
INSS - empregador	20,00%
Salário-Educação	2,50%
SAT-GIL/RAT	3,00%
SESC	1,50%
SENAC	1,00%
SEBRAE	0,60%
INCRA	0,20%
FGTS	8,00%
Total de tributos e custo	15,44%
Custos Indiretos	3,00%
Lucro	3,79%
Tributos	8,65%
PIS	0,65%
COFINS	3,00%
ISS	5,00%
Enquadramento Tributário	Lucro presumido

Anexo VII - auxiliar de almoxarifado posto.pdf

	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)	
A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	
B	Município/UF	
C	Ano do Acordo, Convecção ou Dissídio Coletivo:	
D	Número de meses de execução contratual	12

	IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO	
Tipo de serviço	Unidade de Medida	Quant. Total a contratar
Aux. De almoxarifado	POSTO DE TRABALHO	1

Módulo 1 - Composição da Remuneração

I	Composição da remuneração	Valor (R\$)
A	Salário - Base	R\$ 1.567,40
B	Adicional de Periculosidade	0
C	Adicional de Insalubridade	0
D	Adicional Noturno	0
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida	0
F	Outros (especificar)	0
Total		R\$ 1.567,40

Módulo 2- Encargos e benefícios Anuais, Mensais e Diários

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário	R\$ 130,62
B	Férias	R\$ 142,49
C	Adicional de Férias	R\$ 47,50
Total		R\$ 320,60

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Valor (R\$)
A	INSS	R\$ 377,60
B	Salário Educação	R\$ 47,20
C	SAT	R\$ 56,64
D	SESC ou SESI	R\$ 28,32
E	SENAI - SENAC	R\$ 18,88
F	SEBRAE	R\$ 11,33
G	INCRA	R\$ 3,78
H	FGTS	R\$ 151,04
Total		R\$ 694,79

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte	R\$ 165,96
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	R\$ 396,00
C	Assistência Médica e Familiar	R\$ -
D	Plano Odontológico	R\$ 15,00
E	Seguro de Vida	R\$ -
F	Bonus Assiduidade	R\$ -
G	Outros (cesta básica)	R\$ 130,00
Total		R\$ 706,96

Quadro- resumo do módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários		
2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$ 320,60
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$ 694,79
2.3	Benefícios Mensais e Diárias	R\$ 706,96
Total		R\$ 1.722,35

Módulo 3 - Provisão para Rescisão

3	Provisão para Rescisão	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	R\$ 12,59
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	R\$ 0,69
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado	R\$ 15,10
D	Aviso Prévio Trabalhado	R\$ 60,45
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	R\$ 12,77
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado	R\$ 60,42
Total		R\$ 162,01

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais

4.1	Substituto nas Ausências Legais	Valor (R\$)
A	Substituto na Cobertura de Férias	R\$ 31,96
B	Substituto na Cobertura de Ausência Legais	R\$ 19,18
C	Substituto na Cobertura de Licença Paternidade	R\$ 0,96
D	Substituto na Cobertura de Ausência por acidente de trabalho	R\$ 11,51
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	R\$ 5,18
F	Substituto na cobertura de outras ausências (especificar)	R\$ 47,94
Total		R\$ 116,72

Submódulo 4.2 - Substituto na Intrajornada

4.2	Substituto na Intrajornada	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de intervalo para repouso ou alimentação	R\$ -
Total		R\$ -

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Valor (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências legais	R\$ 116,72
4.2	Substituto na Intrajornada	R\$ -
Total		R\$ 116,72

Módulo 5 - Insumos Diversos

5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	R\$ 76,04
B	Materiais	R\$ 4,15
C	Equipamentos	R\$ -
D	Outros (especificar)	R\$ -
Total		R\$ 80,19

Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	R\$ 109,34
B	Lucro	R\$ 142,27
C	Tributos	R\$ 368,93
	C.1 PIS	R\$ 27,72
	C.2 COFINS	R\$ 127,95
	C.3 ISS	R\$ 213,25
Total		R\$ 620,53

2. Quadro-resumo do custo por empregado

	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ 1.567,40
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 1.722,35
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$ 162,01
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ 116,72
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$ 80,19
	Subtotal (A+ B + C + D + E)	R\$ 3.648,67
	Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$ 620,53
	Valor Total por Empregado	R\$ 4.269,20
	Valor Total por Empregado Arredondado	R\$ 4.269,20

RESUMO DO VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS - PRESIDENTE FIGUEREDO						
Tipo de Serviço (A)	Valor propostos por empregado (B)	Qtde. de Empregados por posto (C)	Valor Proposto por posto (D) = (B x C)	Qtde. de Postos (E)	Valor Total do Serviço (F) = (D x E)	
I	Auxiliar de almoxarifado	1	R\$ 4.269,20	1	R\$	4.269,20

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA - PRESIDENTE FIGUEREDO		
	DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
A	Valor mensal consolidado do serviço	R\$ 4.269,20
C	Valor global da proposta	R\$ 51.230,40

Anexo VIII - copeira parâmetros.pdf

DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA	TR N°
POSTO	QUANTIDADE DE POSTO
COPEIRO	1
Quantidade de meses	12
Licitação n°	

PARÂMETROS CONVENÇÃO COLETIVA	DADOS
Município	PRESIDENTE FIGUEREDO
Serviço	COPEIRO
Categoria Profissional	

Ano acordo, Convenção ou sentença normativa em dissídio coletivo	AM000563/2023
Data base da categoria	01 DE JANEIRO
Tipo de trabalhador	44 horas semanais
Dias de trabalho	26
Carga Horária Mensal	220H
Salário Base CCT	1.450,00
Hora Extra (normal)	50%
Hora Extra (acréscimo)	60%
Hora Extra (domigos e feriados)	100%
Percentual de Periculosidade	
Percentual de Insalubridade	
Vale Transporte	R\$ 5,00
Desconto Vale Transporte	6%
Vale Alimentação	R\$ 20,00
Desconto Vale Alimentação	10%
Assistência médica e familiar	
Cesta Básica	R\$ 130,00
Desconto Cesta Básica	R\$ -
Qtde de Vale Transporte por Dia	2
Qtde de Vale Alimentação Dia	1
Plano Odontologico	R\$ 15,00
Desconto Plano Odontologico	R\$ -
Plano de Saúde	R\$ -
Desconto do Plano de Saúde	R\$ -

PARÂMETROS PARA TRIBUTAÇÃO E ENCARGOS	Percentuais de Aplicação
Total de encargos	36,80%
INSS - empregador	20,00%
Salário-Educação	2,50%
SAT-GIL/RAT	3,00%
SESC	1,50%
SENAC	1,00%
SEBRAE	0,60%
INCRA	0,20%
FGTS	8,00%
Total de tributos e custo	15,44%
Custos Indiretos	3,00%
Lucro	3,79%
Tributos	8,65%
PIS	0,65%
COFINS	3,00%
ISS	5,00%
Enquadramento Tributário	Lucro presumido

Anexo IX - copeira posto.pdf

Nº do Processo: 23443.016342/2023-32	
Licitação Nº:	0

	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)	
A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	
B	Município/UF	
C	Ano do Acordo, Conveção ou Dissídio Coletivo:	AM00563/2023
D	Número de meses de execução contratual	12

	IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO	
Tipo de serviço	Unidade de Medida	Quant. Total a contratar
COPEIRO	POSTO DE TRABALHO	1

Módulo 1 - Composição da Remuneração

I	Composição da remuneração	Valor (R\$)
A	Salário - Base	R\$ 1.450,00
B	Adicional de Periculosidade	0
C	Adicional de Insalubridade	0
D	Adicional Noturno	0
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida	0
F	Outros (especificar)	0
Total		R\$ 1.450,00

Módulo 2- Encargos e benefícios Anuais, Mensais e Diários

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário	R\$ 120,83
B	Férias	R\$ 131,82
C	Adicional de Férias	R\$ 43,94
Total		R\$ 296,59

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Valor (R\$)
A	INSS	R\$ 349,32
B	Salário Educação	R\$ 43,66
C	SAT	R\$ 52,40
D	SESC ou Sesi	R\$ 26,20
E	SENAI - SENAC	R\$ 17,47
F	SEBRAE	R\$ 10,48
G	INCRA	R\$ 3,49
H	FGTS	R\$ 139,73
Total		R\$ 642,75

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte	R\$ 173,00
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	R\$ 396,00
C	Assistência Médica e Familiar	R\$ -
D	Plano Odontológico	R\$ 15,00
E	Seguro de Vida	R\$ -
F	Bonus Assiduidade	R\$ -
G	Outros (cesta básica)	R\$ 130,00
Total		R\$ 714,00

Quadro- resumo do módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários		
2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$ 296,59
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$ 642,75
2.3	Benefícios Mensais e Diárias	R\$ 714,00
Total		R\$ 1.653,34

Módulo 3 - Provisão para Rescisão

3	Provisão para Rescisão	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	R\$ 11,92

B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	RS	0,64
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado	RS	13,97
D	Aviso Prévio Trabalhado	RS	57,02
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	RS	11,81
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado	RS	55,89
Total		RS	151,26

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais

4.1	Substituto nas Ausências Legais	Valor (RS)	
A	Substituto na Cobertura de Férias	RS	30,14
B	Substituto na Cobertura de Ausência Legais	RS	18,08
C	Substituto na Cobertura de Licença Paternidade	RS	0,90
D	Substituto na Cobertura de Ausência por acidente de trabalho	RS	10,85
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	RS	4,88
F	Substituto na cobertura de outras ausências (especificar)	RS	45,20
Total		RS	110,05

Submódulo 4.2 - Substituto na Intrajornada

4.2	Substituto na Intrajornada	Valor (RS)	
A	Substituto na cobertura de intervalo para repouso ou alimentação	RS	-
Total		RS	-

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Valor (RS)	
4.1	Substituto nas Ausências legais	RS	110,05
4.2	Substituto na Intrajornada	RS	-
Total		RS	110,05

Módulo 5 - Insumos Diversos

5	Insumos Diversos	Valor (RS)	
A	Uniformes	RS	76,01
B	Materiais	RS	307,55
C	Equipamentos	RS	-
D	Outros (especificar)	RS	-
Total		RS	383,56

Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Valor (RS)	
A	Custos Indiretos	RS	103,22
B	Lucro	RS	134,31
C	Tributos	RS	348,29
	C.1 PIS	RS	26,17
	C.2 COFINS	RS	120,79
	C.3 ISS	RS	201,32
Total		RS	585,82

2. Quadro-resumo do custo por empregado

	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	Valor (RS)	
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	RS	1.450,00
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	RS	1.653,34
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	RS	151,26
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	RS	110,05
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	RS	383,56
	Subtotal (A+ B + C + D + E)	RS	3.748,20
	Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro	RS	585,82
	Valor Total por Empregoado	RS	4.334,02
	Valor Total por Empregoado Arredondado	RS	4.334,02

RESUMO DO VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS - PRESIDENTE FIGUEREDO						
Tipo de Serviço (A)		Valor propostos por empregado (B)	Qtde. de Empregados por posto (C)	Valor Proposto por posto (D) = (B x C)	Qtde. de Postos (E)	Valor Total do Serviço (F) = (D x E)
I	COPEIRO	RS 4.334,02	1	RS 4.334,02	1	RS 4.334,02

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA - PRESIDENTE FIGUEREDO		
	DESCRIÇÃO	VALOR (RS)
A	Valor mensal consolidado do serviço	RS 4.334,02

C	Valor global da proposta	RS	52.008,24
---	--------------------------	----	-----------

Anexo X - manutenção predial parâmetros.pdf

DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA	TR N°
POSTO	QUANTIDADE DE POSTO
	1
Quantidade de meses de contrato	12
Licitação n°	

PARÂMETROS CONVENÇÃO COLETIVA	DADOS
Município	PRESIDENTE FIGUEREDO
Serviço	MANUTENÇÃO PREDIAL
Categoria Profissional	
Ano acordo, Convenção ou sentença normativa em dissídio coletivo	AM000563/2023
Data base da categoria	01° DE JANEIRO
Tipo de trabalhador	44 horas semanais
Dias de trabalho	26
Carga Horária Mensal	220H
Salário Base CCT	R\$ 1.804,52
Hora Extra (normal)	50%
Hora Extra (acréscimo)	60%
Hora Extra (domigos e feriados)	100%
Percentual de Periculosidade	
Percentual de Insalubridade	0%
Vale Transporte	R\$ 5,00
Desconto Vale Transporte	6%
Vale Alimentação	R\$ 20,00
Desconto Vale Alimentação	10%
Assistência médica e familiar	
Cesta Básica	R\$ 130,00
Desconto Cesta Básica	R\$ -
Qtde de Vale Transporte por Dia	2
Qtde de Vale Alimentação Dia	1
Plano Odontologico	R\$ 15,00
Desconto Plano Odontologico	R\$ -
Plano de Saúde	R\$ -
Desconto do Plano de Saúde	R\$ -

PARÂMETROS PARA TRIBUTAÇÃO E ENCARGOS	Percentuais de Aplicação
Total de encargos	36,80%
INSS - empregador	20,00%
Salário-Educação	2,50%
SAT-GIL/RAT	3,00%
SESC	1,50%
SENAC	1,00%
SEBRAE	0,60%
INCRA	0,20%
FGTS	8,00%
Total de tributos e custo	15,44%
Custos Indiretos	3,00%
Lucro	3,79%
Tributos	8,65%
PIS	0,65%
COFINS	3,00%
ISS	5,00%
Enquadramento Tributário	Lucro presumido

Anexo XI - manutenção predial posto.pdf

	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)	
A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	
B	Município/UF	
C	Ano do Acordo, Convecção ou Dissídio Coletivo:	
D	Número de meses de execução contratual	12

	IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO	
Tipo de serviço	Unidade de Medida	Quant. Total a contratar
Manutenção predial	POSTO DE TRABALHO	1

Módulo 1 - Composição da Remuneração

I	Composição da remuneração	Valor (R\$)
A	Salário - Base	R\$ 1.804,52
B	Adicional de Periculosidade	0
C	Adicional de Insalubridade	0
D	Adicional Noturno	0
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida	0
F	Outros (especificar)	0
Total		R\$ 1.804,52

Módulo 2- Encargos e benefícios Anuais, Mensais e Diários

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário	R\$ 150,38
B	Férias	R\$ 164,05
C	Adicional de Férias	R\$ 54,68
Total		R\$ 369,11

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Valor (R\$)
A	INSS	R\$ 434,73
B	Salário Educação	R\$ 54,34
C	SAT	R\$ 43,47
D	SESC ou SESI	R\$ 32,60
E	SENAI- SENAC	R\$ 21,74
F	SEBRAE	R\$ 13,04
G	INCRA	R\$ 4,35
H	FGTS	R\$ 173,89
Total		R\$ 778,16

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte	R\$ 151,73
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	R\$ 396,00
C	Assistência Médica e Familiar	R\$ -
D	Plano Odontologico	R\$ 15,00
E	Seguro de Vida	R\$ -
F	Bonus Assiduidade	R\$ -
G	Outros (cesta básica)	R\$ 130,00
Total		R\$ 692,73

Quadro- resumo do módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários		
2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$ 369,11
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$ 778,16
2.3	Benefícios Mensais e Diárias	R\$ 692,73
Total		R\$ 1.839,99

Módulo 3 - Provisão para Rescisão

3	Provisão para Rescisão	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	R\$ 13,93
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	R\$ 0,80
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado	R\$ 17,39
D	Aviso Prévio Trabalhado	R\$ 66,97
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	R\$ 14,30
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado	R\$ 69,56
Total		R\$ 182,94

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais

4.1	Substituto nas Ausências Legais	Valor (R\$)
A	Substituto na Cobertura de Férias	R\$ 35,44
B	Substituto na Cobertura de Ausência Legais	R\$ 21,26
C	Substituto na Cobertura de Licença Paternidade	R\$ 1,06
D	Substituto na Cobertura de Ausência por acidente de trabalho	R\$ 12,76
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	R\$ 5,74
F	Substituto na cobertura de outras ausências (especificar)	R\$ 53,16
Total		R\$ 129,42

Submódulo 4.2 - Substituto na Intrajornada

4.2	Substituto na Intrajornada	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de intervalo para repouso ou alimentação	R\$ -
Total		R\$ -

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Valor (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências legais	R\$ 129,42
4.2	Substituto na Intrajornada	R\$ -
Total		R\$ 129,42

Módulo 5 - Insumos Diversos

5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	R\$ 72,73
B	Materiais	R\$ 130,79
C	Equipamentos	R\$ 282,83
D	Outros (especificar)	R\$ -
Total		R\$ 486,35

Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	R\$ 133,30
B	Lucro	R\$ 173,45
C	Tributos	R\$ 449,78
	C.1 PIS	R\$ 33,80
	C.2 COFINS	R\$ 155,99
	C.3 ISS	R\$ 259,99
Total		R\$ 756,53

2. Quadro-resumo do custo por empregado

	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ 1.804,52
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 1.839,99
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$ 182,94
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ 129,42
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$ 486,35
	Subtotal (A+ B + C + D + E)	R\$ 4.443,23
	Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$ 756,53
	Valor Total por Empregado	R\$ 5.199,75
	Valor Total por Empregado Arredondado	R\$ 5.199,75

RESUMO DO VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS - PRESIDENTE FIGUEREDO					
Tipo de Serviço (A)	Valor propostos por empregado (B)	Qtd. de Empregados por posto (C)	Valor Proposto por posto (D) = (B x C)	Qtd. de Postos (E)	Valor Total do Serviço (F) = (D x E)
I	Manutenção predial	1	R\$ 5.199,75	1	R\$ 5.199,75

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA - PRESIDENTE FIGUEREDO		
	DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
A	Valor mensal consolidado do serviço	R\$ 5.199,75
C	Valor global da proposta	R\$ 62.397,00

Anexo XII - operário rural parâmetros.pdf

DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA	TR N°
POSTO	QUANTIDADE DE POSTO
	1
Quantidade de meses do contrato	12
Licitação n°	

PARÂMETROS CONVENÇÃO COLETIVA CCT AM 197/2023	DADOS
Município	PRESIDENTE FIGUEREDO
Serviço	
Categoria Profissional	OPERÁRIO RURAL
Ano acordo, Convenção ou sentença normativa em dissídio coletivo	AM000563/2023
Data base da categoria	
Tipo de trabalhador	44 horas semanais
Dias de trabalho	26
Carga Horária Mensal	220H
Salário Base CCT	1.450,00
Hora Extra (normal)	50%
Hora Extra (acréscimo)	60%
Hora Extra (domigos e feriados)	100%
Percentual de Periculosidade	
Percentual de Insalubridade	
Vale Transporte	R\$ 5,00
Desconto Vale Transporte	6%
Vale Alimentação	R\$ 20,00
Desconto Vale Alimentação	10%
Assistência médica e familiar	
Cesta Básica	R\$ 130,00
Desconto Cesta Básica	R\$ -
Qtde de Vale Transporte por Dia	2
Qtde de Vale Alimentação Dia	1
Plano Odontologico	R\$ 15,00
Desconto Plano Odontologico	R\$ -
Plano de Saúde	R\$ -
Desconto do Plano de Saúde	R\$ -

PARÂMETROS PARA TRIBUTAÇÃO E ENCARGOS	Percentuais de Aplicação
Total de encargos	36,80%
INSS - empregador	20,00%
Salário-Educação	2,50%
SAT-GIL/RAT	3,00%
SESC	1,50%
SENAC	1,00%
SEBRAE	0,60%
INCRA	0,20%
FGTS	8,00%
Total de tributos e custo	15,44%
Custos Indiretos	3,00%
Lucro	3,79%
Tributos	8,65%
PIS	0,65%
COFINS	3,00%
ISS	5,00%
Enquadramento Tributário	Lucro presumido

Anexo XIII - operário rural posto.pdf

	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)	
A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	
B	Município/UF	Presidnete Figueiredo -AM
C	Ano do Acordo, Conveção ou Dissidio Coletivo:	AM000563/2023
D	Número de meses de execução contratual	12

	IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO	
Tipo de serviço	Unidade de Medida	Quant. Total a contratar
OPERÁRIO RURAL	POSTO DE TRABALHO	1

Módulo 1 - Composição da Remuneração

I	Composição da remuneração	Valor (R\$)
A	Salário - Base	R\$ 1.450,00
B	Adicional de Periculosidade	0
C	Adicional de Insalubridade	0
D	Adicional Noturno	0
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida	0
F	Outros (especificar)	0
Total		R\$ 1.450,00

Módulo 2- Encargos e benefícios Anuais, Mensais e Diários

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário	R\$ 120,83
B	Férias	R\$ 131,82
C	Adicional de Férias	R\$ 43,94
Total		R\$ 296,59

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Valor (R\$)
A	INSS	R\$ 349,32
B	Salário Educação	R\$ 43,66
C	SAT	R\$ 52,40
D	SESC ou SESI	R\$ 26,20
E	SENAI - SENAC	R\$ 17,47
F	SEBRAE	R\$ 10,48
G	INCRA	R\$ 3,49
H	FGTS	R\$ 139,73
Total		R\$ 642,75

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte	R\$ 173,00
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	R\$ 396,00
C	Assistência Médica e Familiar	R\$ -
D	Plano Odontologico	R\$ 15,00
E	Seguro de Vida	R\$ -
F	Bonus Assiduidade	R\$ -
G	Outros (cesta básica)	R\$ 130,00
Total		R\$ 714,00

Quadro- resumo do módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários		
2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$ 296,59
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$ 642,75
2.3	Benefícios Mensais e Diárias	R\$ 714,00
Total		R\$ 1.653,34

Módulo 3 - Provisão para Rescisão

3	Provisão para Rescisão	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	R\$ 11,92
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	R\$ 0,64
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado	R\$ 13,97
D	Aviso Prévio Trabalhado	R\$ 57,02
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	R\$ 11,81
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado	R\$ 55,89
Total		R\$ 151,26

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais

4.1	Substituto nas Ausências Legais	Valor (R\$)
A	Substituto na Cobertura de Férias	R\$ 30,14
B	Substituto na Cobertura de Ausência Legais	R\$ 18,08
C	Substituto na Cobertura de Licença Paternidade	R\$ 0,90
D	Substituto na Cobertura de Ausência por acidente de trabalho	R\$ 10,85
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	R\$ 4,88
F	Substituto na cobertura de outras ausências (especificar)	R\$ 45,20
Total		R\$ 110,05

Submódulo 4.2 - Substituto na Intrajornada

4.2	Substituto na Intrajornada	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de intervalo para repouso ou alimentação	R\$ -
Total		R\$ -

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Valor (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências legais	R\$ 110,05
4.2	Substituto na Intrajornada	R\$ -
Total		R\$ 110,05

Módulo 5 - Insumos Diversos

5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	R\$ 79,98
B	Materiais	R\$ 329,71
C	Equipamentos	R\$ 56,01
D	Outros (especificar)	R\$ -
Total		R\$ 465,70

Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	R\$ 103,34
B	Lucro	R\$ 134,47
C	Tributos	R\$ 348,69
	C.1 PIS	R\$ 26,20
	C.2 COFINS	R\$ 120,93
	C.3 ISS	R\$ 201,56
Total		R\$ 586,50

2. Quadro-resumo do custo por empregado

	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ 1.450,00
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 1.653,34
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$ 151,26
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ 110,05
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$ 465,70
	Subtotal (A+ B + C + D + E)	R\$ 3.830,34
	Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$ 586,50
	Valor Total por Empregado	R\$ 4.416,84
	Valor Total por Empregado Arredondado	R\$ 4.416,84

RESUMO DO VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS - PRESIDENTE FIGUEREDO					
Tipo de Serviço (A)	Valor propostos por empregado (B)	Qtd. de Empregados por posto (C)	Valor Proposto por posto (D) = (B x C)	Qtd. de Postos (E)	Valor Total do Serviço (F) = (D x E)
I	Recepcionista	1	R\$ 4.416,84	1	R\$ 4.416,84

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA - PRESIDENTE FIGUEREDO		
	DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
A	Valor mensal consolidado do serviço	R\$ 4.416,84
C	Valor global da proposta	R\$ 53.002,08

Anexo XIV - piscineiro parâmetros.pdf

DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA	TR N°
POSTO	QUANTIDADE DE POSTO
PISCINEIRO	1
Quantidade de meses	12
Licitação n°	

PARÂMETROS CONVENÇÃO COLETIVA	DADOS
Município	PRESIDENTE FIGUEREDO
Serviço	PISCINEIRO
Categoria Profissional	

Ano acordo, Convenção ou sentença normativa em dissídio coletivo	AM000563/2023
Data base da categoria	
Tipo de trabalhador	44 horas semanais
Dias de trabalho	26
Carga Horária Mensal	220H
Salário Base CCT	1.634,95
Hora Extra (normal)	50%
Hora Extra (acréscimo)	60%
Hora Extra (domingos e feriados)	100%
Percentual de Periculosidade	
Percentual de Insalubridade	
Vale Transporte	R\$ 5,00
Desconto Vale Transporte	6%
Vale Alimentação	R\$ 20,00
Desconto Vale Alimentação	10%
Assistência médica e familiar	
Cesta Básica	R\$ 130,00
Desconto Cesta Básica	R\$ -
Qtde de Vale Transporte por Dia	2
Qtde de Vale Alimentação Dia	1
Plano Odontológico	R\$ 15,00
Desconto Plano Odontológico	R\$ -
Plano de Saúde	R\$ -
Desconto do Plano de Saúde	R\$ -

PARÂMETROS PARA TRIBUTAÇÃO E ENCARGOS	Percentuais de Aplicação
Total de encargos	36,80%
INSS - empregador	20,00%
Salário-Educação	2,50%
SAT-GIL/RAT	3,00%
SESC	1,50%
SENAC	1,00%
SEBRAE	0,60%
INCRA	0,20%
FGTS	8,00%
Total de tributos e custo	15,44%
Custos Indiretos	3,00%
Lucro	3,79%
Tributos	8,65%
PIS	0,65%
COFINS	3,00%
ISS	5,00%
Enquadramento Tributário	Lucro presumido

Anexo XV - piscineiro posto.pdf

	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)	
A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	
B	Município/UF	
C	Ano do Acordo, Convecção ou Dissídio Coletivo:	AM000563/2023
D	Número de meses de execução contratual	12

	IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO	
Tipo de serviço	Unidade de Medida	Quant. Total a contratar
PISCINEIRO	POSTO DE TRABALHO	1

Módulo 1 - Composição da Remuneração

I	Composição da remuneração	Valor (R\$)
A	Salário - Base	R\$ 1.634,95
B	Adicional de Periculosidade	0
C	Adicional de Insalubridade	0
D	Adicional Noturno	0
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida	0
F	Outros (especificar)	0
Total		R\$ 1.634,95

Módulo 2- Encargos e benefícios Anuais, Mensais e Diários

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário	R\$ 136,25
B	Férias	R\$ 148,63
C	Adicional de Férias	R\$ 49,54
Total		R\$ 334,42

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Valor (R\$)
A	INSS	R\$ 393,87
B	Salário Educação	R\$ 49,23
C	SAT	R\$ 59,08
D	SESC ou SESI	R\$ 29,54
E	SENAI- SENAC	R\$ 19,69
F	SEBRAE	R\$ 11,82
G	INCRA	R\$ 3,94
H	FGTS	R\$ 157,55
Total		R\$ 724,73

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte	R\$ 161,90
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	R\$ 396,00
C	Assistência Médica e Familiar	R\$ -
D	Plano Odontológico	R\$ 15,00
E	Seguro de Vida	R\$ -
F	Bonus Assiduidade	R\$ -
G	Outros (cesta básica)	R\$ 130,00
Total		R\$ 702,90

Quadro- resumo do módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários		
2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$ 334,42
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$ 724,73
2.3	Benefícios Mensais e Diárias	R\$ 702,90
Total		R\$ 1.762,05

Módulo 3 - Provisão para Rescisão

3	Provisão para Rescisão	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	R\$ 12,97
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	R\$ 0,72
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado	R\$ 15,75
D	Aviso Prévio Trabalhado	R\$ 62,42
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	R\$ 13,32
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado	R\$ 63,02
Total		R\$ 168,20

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais

4.1	Substituto nas Ausências Legais	Valor (R\$)
A	Substituto na Cobertura de Férias	R\$ 33,01
B	Substituto na Cobertura de Ausência Legais	R\$ 19,81
C	Substituto na Cobertura de Licença Paternidade	R\$ 0,99
D	Substituto na Cobertura de Ausência por acidente de trabalho	R\$ 11,88
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	R\$ 5,35
F	Substituto na cobertura de outras ausências (especificar)	R\$ 49,52
Total		R\$ 120,56

Submódulo 4.2 - Substituto na Intrajornada

4.2	Substituto na Intrajornada	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de intervalo para repouso ou alimentação	R\$ -
Total		R\$ -

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Valor (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências legais	R\$ 120,56
4.2	Substituto na Intrajornada	R\$ -
Total		R\$ 120,56

Módulo 5 - Insumos Diversos

5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	R\$ 74,56
B	Materiais	R\$ 1.232,15
C	Equipamentos	R\$ -
D	Outros (especificar)	R\$ -
Total		R\$ 1.306,71

Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	R\$ 112,81
B	Lucro	R\$ 146,79
C	Tributos	R\$ 380,65
	C.1 PIS	R\$ 28,60
	C.2 COFINS	R\$ 132,02
	C.3 ISS	R\$ 220,03
Total		R\$ 640,25

2. Quadro-resumo do custo por empregado

	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ 1.634,95
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 1.762,05
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$ 168,20
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ 120,56
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$ 1.306,71
	Subtotal (A+ B + C + D + E)	R\$ 4.992,47
	Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$ 640,25
	Valor Total por Empregado	R\$ 5.632,72
	Valor Total por Empregado Arredondado	R\$ 5.632,72

RESUMO DO VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS - PRESIDENTE FIGUEREDO						
Tipo de Serviço (A)	Valor propostos por empregado (B)	Qtde. de Empregados por posto (C)	Valor Proposto por posto (D) = (B x C)	Qtde. de Postos (E)	Valor Total do Serviço (F) = (D x E)	
I	PISCINEIRO	R\$ 5.632,72	I	R\$ 5.632,72	I	R\$ 5.632,72

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA - PRESIDENTE FIGUEREDO		
	DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
A	Valor mensal consolidado do serviço	R\$ 5.632,72
C	Valor global da proposta	R\$ 67.592,64

Anexo XVI - CCT VIGENTE 2024.pdf

Imprimir

Salvar

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2024/2024

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: AM000563/2023
DATA DE REGISTRO NO MTE: 28/12/2023
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR071798/2023
NÚMERO DO PROCESSO: 13621.209249/2023-18
DATA DO PROTOCOLO: 28/12/2023

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

TERMOS ADITIVO(S) VINCULADO(S)
Processo nº: 13621200542202409e Registro nº: AM000007/2024

SINDICATO DOS EMP.EM EMP.DE ASSEIO E CONS. DO EST.DO AM, CNPJ n. 23.006.562/0001-48, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). BENILSON CAVALCANTE HIPOLITO;

E

SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVACAO DO ESTADO DO AMAZONAS, CNPJ n. 34.501.213/0001-19, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). LUIZ RODRIGUES COELHO FILHO;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024 e a data-base da categoria em 01º de janeiro.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024 e a data-base da categoria em 01º de janeiro, com abrangência territorial em AM.**

SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO
PISO SALARIAL

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PISO SALARIAL

Aos empregados que exerçam as funções abaixo relacionadas, assim como as demais funções que decorram de contrato de Prestação de Serviços e/ou, Terceirização, desde que não expressamente enquadradas por outra representação sindical profissional, farão jus ao piso salarial de **R\$ 1.450,00 (Hum mil, quatrocentos e cinquenta reais)** para uma jornada legal e os salários normativos das demais categorias, **a partir de 01/01/2024** será:

PROFISSÃO/FUNÇÃO	SALÁRIO
Agente de Limpeza; Agente de Limpeza Banheirista; Agente de Limpeza Embarcado; Agente Social Terceirizado; Ajudante (Serviços Gerais, Entrega); Auxiliar de Pedreiro; Auxiliar de Pintor; Aux. de Produção em Reciclagem; Serviços Gerais; Borracheiro; Copeira(o); Mensageiro/Officce-Boy; Operário Rural/Caseiro; Lavador; Auxiliar de Bombeiro Hidráulico, Cumim (Aux. de Garçom), Auxiliar de Piscineiro, Lavador de Autos e Auxiliar de Preparação.	1.450,00
Administrador de Tecnologia da Informação	5.687,06
Administrador de Tecnologia da Informação com conhecimento e experiência na área de Saúde	5.687,06
Administrador de Tecnologia da Informação com conhecimento e experiência na área de Trânsito	5.687,06
Agente de Limpeza com Habilitação	1.797,88
Agente de Limpeza Habilitado para Operar Roçadeira	1.744,42
Agente de Piscina/Piscineiro	1.634,95
Apontador Geral	3.982,80
Apontador de Turma	2.044,66
Almoxarife	1.647,73
Analista de Sistema (Nível Superior)	4.005,92
Analista de Sistema – Tecnologia da Informática	6.397,95
Analista de Custos – CBO 2522-10	3.554,41
Analista de Folha de Pagamento – CBO 4131-05	3.554,41
Analista de Suprimento – CBO – 1424-10	3.554,41
Artífice de Serviços Gerais (Carpinteiro; Pedreiro; Pintor; Soldador; Serralheiro; Encanador e Outros) Sem Especialização Técnica.	1.914,91
Ascensorista (6 horas diárias), Auxiliar de Apoio Logístico.	1.458,95
Assistente Administrativo; Assistente de Pessoal; Assistente Financeiro	1.868,97
Assistente Administrativo (Designer)	1.911,18
Assistente Administrativo com nível superior ou cursando nível superior	3.143,11
Assistente Comercial	1.775,71
Assistente de TI	3.146,71
Atendente	1.618,61
Auxiliar Administrativo	1.595,75

Auxiliar de Almoxarifado	1.567,40
Auxiliar de Caldeireiro	1.527,37
Auxiliar de Escritório	1.473,78
Auxiliar de Manutenção	1.804,52
Auxiliar de Marceneiro; Auxiliar de Mecânico	1.521,55
Auxiliar de Pedreiro Qualificado	1.840,14
Auxiliar de Produção Terceirizado	1.866,31
Auxiliar de Produção de Linha de Montagem Terceirizado	2.031,20
Auxiliar de Refrigeração	1.614,00
Auxiliar de Serviços Diversos	2.494,20
Auxiliar de Jardinagem	1.481,67
Auxiliar de TI	2.189,01
Bibliotecário Terceirizado	2.153,43
Bombeiro Hidráulico.	2.119,62
Carpinteiro	2.091,37
Cobrador Externo CBO 4213-05	3.554,41
Conferente	2.359,10
Costureiro(a) Terceirizado(a)	1.765,61
Design de Produção	4.181,68
Digitador	2.948,92
Eletricista de Alta Tensão	2.948,92
Eletricista Predial de Baixa Tensão	1.937,74
Encarregado de Serviços; Inspetor de Alunos Terceirizado	2.247,77
Fiscal de Pátio	1.550,16
Garçom Terceirizado	1.580,39
Jardineiro /Paisagista	1.652,75
Jardineiro/Roçador/Podador	1.561,58
Jornalista Terceirizado	5.687,06
Leiturista Terceirizado	1.657,32
Líder de Serviços	1.765,61
Marceneiro	2.431,71
Mecânico de Lancha	4.440,87
Mecânico de Refrigeração	1.761,87
Mecânico de Máquinas	2.219,65
Monitorador	1.968,52
Nutricionista/Analista em Nutrição	3.283,53
Operador de Balancim	2.120,10
Operador Eletrônico	1.579,08
Operador de Equipamentos Industriais	2.549,62
Operador de Máquina Industriais	2.433,38
Operador de Máquina Reprográfica	1.755,34
Operador de Máquinas de Papel e Similares	1.701,72
Operador de Máquina para movimentação de Resíduos	2.292,45
Operador de Rádio	2.976,34
Operador de Usina Hidráulica; Operador de Usina Térmica.	2.673,66
Pedreiro; Pintor	2.601,46
Prencista; Processador de Máquina de Moagem	1.504,57
Prencista de Resíduos	1.523,30
Profissional de Vendas Terceirizado	1.869,65
Programador de Informática.	4.509,46
Programador de Rede Terceirizado	5.687,06
Recepcionista	1.618,61
Repositor de Supermercado	1.595,75
Revisora de Leito	1.556,85
Secretária (o)	1.712,03
Secretária Bilíngue	2.481,73
Secretária da Alta Administração CBO	3.554,41
Soldador	2.432,38
Supervisor Técnico em Refrigeração	2.736,27
Supervisor de Serviços Gerais, Supervisor Operacional	2.831,68
Supervisor de TI	4.788,47
Tratador de Animais Terceirizado	1.905,20
Técnico Agrícola	3.224,20
Técnico em Secretariado	1.889,33
Técnico de Controle de Pragas	1.930,86
Técnico de Informática I	3.296,44
Técnico de Informática II	4.103,47
Técnico de Manutenção de Telefone	2.120,10

Técnico em Edificações Terceirizado	4.412,73
Técnico em Refrigeração	3.296,45
Técnico em Cabeamento de Rede Terceirizado	2.119,74
Técnico de Suporte em Informática I	3.296,45
Técnico de Suporte em Informática II	4.103,47
Técnico de Suprimento I	4.162,72
Técnico de Suprimento II	4.379,34
Técnico de Suporte Helpdesk Terceirizado	2.252,24
Telefonista	1.708,39
Telefonista / Recepcionista Bilingue	2.068,10
Técnico em Eletrônica	2.907,22
Triador de Resíduos Sólidos	1.457,30

Parágrafo Primeiro: Fica acordado que os trabalhadores das Empresas de Asseio e Conservação e Serviços Terceirizados do Estado do Amazonas, que exerçam funções diferentes daquelas discriminadas no caput, bem como aqueles que, embora ali figurando suas respectivas funções, mas que recebam salário superior ao anterior Piso Salarial da Categoria, **a partir de 1º de janeiro de 2024**, terão seus salários aumentados mediante livre negociação, assegurando-lhes, porem um reajuste mínimo de **6,78% (seis ponto setenta e oito por cento)**.

Parágrafo Segundo: Fica observado que o ARTÍFICE DE SERVIÇOS GERAIS, é uma mão de obra não especializada, nem técnica, apenas para reparos e ajustes, dentro da necessidade de cada profissional ali relacionados.

Parágrafo Terceiro: Fica certo e de acordo entre as entidades sindicais, que será adotado 01 (um) líder de serviços, para contratos que tenham de 05 (cinco) até 10 (dez) Funcionários, acima de 10 (dez) deverá ser contratado um Encarregado de Serviços, conforme descrito na tabela de ordem salarial.

Paragrafo Quarto: Fica acordado entre os Sindicatos Laboral e Patronal, que a função Agente de Limpeza Banheirista, fará jus ao percentual de 40% (quarenta por cento) calculado sobre o Salário Mínimo Nacional, a título de Adicional de Insalubridade. Esse percentual está em vigor desde 01 de Janeiro de 2023, a função deverá ser registrada na CTPS com CBO 5142-25.

OUTRAS NORMAS REFERENTES A SALÁRIOS, REAJUSTES, PAGAMENTOS E CRITÉRIOS PARA CÁLCULO

CLÁUSULA QUARTA - DOS COMPROVANTES DE PAGAMENTO OU CONTRA-CHEQUES

As empresas fornecerão aos seus empregados, mensalmente, comprovantes de pagamento, nos quais constem as parcelas que forem recebidas e deduzidas, quais sejam: salário, horas extras, comissões, adicionais, férias, descontos legais especificados, além de outros títulos que acresçam ou onerem de qualquer forma a remuneração.

Parágrafo Único - As empresas que efetuarem pagamento de salário, férias e rescisões via sistema bancário ficam desobrigadas de colher assinatura no recibo, desde que possam comprovar o repasse.

GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS
13º SALÁRIO

CLÁUSULA QUINTA - DO 13º SALÁRIO

Fica facultado à empresa o pagamento do 13º salário em parcela única, hipótese em que deverá fazê-lo até o dia 14.12.2024, sob pena de multa de R\$ 385,00, em favor do empregado prejudicado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Assegura-se o adiantamento da gratificação natalina, com o gozo das férias, na forma da legislação em vigor, quando requerido na forma e tempo legais. Ainda, faculta-se que a empresa pague o 13º salário em até 11 parcelas, a última sempre paga na data estabelecida no “caput”, desde que seja feito através de acordo coletivo entre as empresas (em situação regular com suas obrigações sindicais) e os sindicatos aqui representados.

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

CLÁUSULA SEXTA - DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

Fica garantido e acordado, que o adicional de insalubridade será de no mínimo 20% (vinte por cento), calculado sobre o Salário Mínimo Nacional, para todos os empregados que exerçam suas atividades em hospitais.

AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

CLÁUSULA SÉTIMA - DO AUXILIO ALIMENTAÇÃO

As empresas, além do piso previsto nesta Convenção Coletiva, fornecerão aos seus empregados um cartão alimentação magnético para aquisição de refeições diárias, no valor **mínimo de R\$ 20,00 (vinte reais) por dia**.

Ficando ainda ajustado que a escolha da operadora a ser contratada para prestar os referenciados serviços (ticket refeição) ficará a critério/indicação do Sindicato Laboral com a respectiva anuência do Sindicato Patronal.

As empresas que possuírem refeitório próprio em suas instalações ficam desobrigadas de fornecer o referido Cartão.

Parágrafo Primeiro: É facultado às empresas descontar até o percentual de **10% (Dez por cento)** do valor do total do benefício (custo mensal das refeições ou dispêndio com tickets) estatuído no caput desta cláusula.

Parágrafo Segundo: O benefício previsto nesta cláusula, seja ele fornecido como refeição *in natura* e ticket refeição não terá natureza salarial, nem integrará a remuneração do empregado, para fins de pagamento de férias, 13º salário, FGTS, verbas rescisórias ou qualquer outro instituto trabalhista, por não possuir caráter de contraprestação de serviços.

Parágrafo Terceiro: Ficam dispensadas da concessão do benefício em forma de Cartão Magnético ou Similar, as empresas que forneçam refeição em refeitório próprio ou do contratante (tomador do serviço), que seja de boa qualidade, e que venham a atender as necessidades de seus colaboradores. Deverá constar o valor de **R\$ 20,00** (vinte reais) por funcionário, referente a alimentação em todas as planilhas de custos das licitações e contratos no Estado do Amazonas.

Parágrafo Quarto: Ficam as empresas compromissadas a solicitar de seu contratante, local apropriado para as refeições de seus colaboradores.

Parágrafo Quinto: Para empresas que tem contratos no Interior do Estado do Amazonas, devido à peculiaridade da região, fica certo e acordado, que poderão fornecer o benefício da Alimentação em espécie ou depósito em conta do trabalhador.

Parágrafo Sexto: Faltas justificadas, ou não, permitirão o desconto do valor equivalente ao dia da falta.

CLÁUSULA OITAVA - DA CESTA BÁSICA

O Empregador fornecerá, sem ônus para o trabalhador, mensalmente, a todos os seus empregados, independentemente da jornada de trabalho, uma **Cesta Básica "in natura"** contendo mantimentos de qualidade, conforme condições a seguir:

CESTA BÁSICA	ANO 2024
VALOR EM REAIS	R\$ 130,00

- 1 - O empregado que apresentar falta injustificada e atestado médico acima de 01 dia no mês, não fará jus ao benefício.
- 2 - O empregado não terá direito ao benefício da Cesta Básica se descumprir integralmente o seu horário de trabalho pré-estabelecido, motivados pelas seguintes ocorrências: **atrasos injustificáveis e saídas antecipadas**, onde a soma total das horas seja equivalente a 8h no mês, ou seja, um dia de trabalho.
- 3 - Na ocorrência de falta de um ou mais produtos constantes da cesta básica, a empresa poderá efetuar a substituição por produto similar.
- 4 - O funcionário afastado por motivo de licença ou por gozo de férias não fará jus ao benefício da cesta básica.
- 5 - Fica estabelecido que a não retirada da cesta **in natura** até o dia 30 do mês, implicará na perda da mesma naquele mês.
- 6 - A Cesta Básica deverá ser entregue até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao trabalhador.
- 7 - Este item não tem natureza salarial e não integrará a remuneração para qualquer fim.
- 8 - Os empregados admitidos ou demitidos para fazer jus à cesta deverão ter trabalhado no mínimo 30 dias no mês.

Parágrafo Primeiro: Para empresas que tem contratos no Interior do Estado do Amazonas, devido à peculiaridade da região, fica certo e acordado, que poderão fornecer o benefício da Cesta Básica em espécie ou depósito em conta do trabalhador, até a data acima mencionado.

Parágrafo Segundo: A irregularidade no fornecimento da cesta básica "*in natura*", por não corresponder à quantidade ou qualidade dos produtos indicados nesta cláusula, desde que comprovada, sujeitará ao empregador o pagamento de uma multa correspondente ao valor de **02 (duas) cestas básicas** pago ao empregado prejudicado.

Parágrafo Terceiro: Considerando o previsto no art. 611-A da CLT, prevalecerão sobre a lei todos os pontos objetos de Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho.

Parágrafo Quarto: As empresas que optarem por outro tipo de fornecimento da cesta básica, tipo cartão magnético, deverá obter autorização através de acordo coletivo com os sindicatos representantes.

Parágrafo Quinto: Ficam as empresas obrigadas a fornecerem comprovação de valores da citada Cesta, caso seja solicitado pelo SEEACEAM ou SEAC.

AUXÍLIO TRANSPORTE

CLÁUSULA NONA - DO VALE TRANSPORTE

Desde que, solicitado por escrito pelo interessado e satisfeitas as exigências prevista no art.7º do Decreto nº 95.247/87, que regulamenta a Lei nº 7.619/87 e as previstas na Lei nº 7.418/85, as empresas fornecerão vale-transporte a todos os seus empregados, nos dias efetivamente trabalhados para deslocamentos residência – trabalho e vice-versa.

Parágrafo Primeiro: Para os empregados beneficiados com vale-transporte, será realizado o desconto de 6% (seis por cento), incidente sobre o salário base do trabalhador, na forma da lei. Aos empregados que trabalham na escala 12X36, estabelecida nesta CCT, será empregada a proporcionalidade do desconto, **ou seja, 3% sobre o salário base da categoria.**

Parágrafo Segundo: Nos períodos de afastamentos do empregado de suas atividades funcionais, por qualquer motivo, inclusive por atestado médico ou pelo INSS, este não fará jus ao recebimento do benefício do vale transporte, por inexistência de deslocamentos do trabalhador no percurso residência/trabalho.

Parágrafo Terceiro: No caso de extravio, perda e dano do cartão magnético de vale transporte, o empregado será responsabilizado pelas despesas com a substituição do mesmo.

Parágrafo Quarto: No caso de desligamento do empregado, o mesmo obriga-se a devolver os vales transportes proporcional aos dias de trabalho ao período, sob pena de desconto na rescisão do contrato.

Parágrafo Quinto: A declaração falsa ou uso indevido do vale - transportes constituem falta grave, sujeito à demissão por justa causa.

AUXÍLIO SAÚDE

CLÁUSULA DÉCIMA - DO PLANO ODONTOLÓGICO

Fica estabelecido de comum acordo entre o SEAC/AM e o SEEACEAM que todas as empresas são obrigadas a fornecerem o **Plano Odontológico** a seus funcionários, ficando ainda ajustado que a escolha da operadora a ser contratada para prestar os referenciados serviços (Plano Odontológico) ficará a critério/indicação do Sindicato Laboral com a respectiva anuência do Sindicato Patronal.

Parágrafo Primeiro: Caso o Sindicato Patronal não aprove a indicação acima apresentada pelo Sindicato Laboral, deverá fazê-lo de forma escrita e fundamentada no prazo de 10 (dez) dias contados da data da escolha, ocasião em que a ausência de justificativa plausível e coerente ensejará na aceitação tácita da operadora indicada.

Parágrafo Segundo: Fica excetuada da hipótese acima aqueles que embora laborando para as empresas vinculadas a este sindicado, pertençam a outras categorias profissionais diferenciadas (art.511 da CLT) ou nelas exerçam ainda que como empregados, atividades correspondentes a profissão liberal (Lei nº 7.316/85).

Parágrafo Terceiro: Fica estabelecido que as empresas contribuirão com o valor mensal de R\$ 15,00 (quinze reais) visando o custeio do plano odontológico gratuito para todos os empregados abrangidos por este instrumento coletivo de trabalho.

Parágrafo Quarto: O empregado poderá incluir seus dependentes perante o **Plano Odontológico** ocasião pela qual os custos adicionais serão custeados pelo próprio beneficiário titular (empregado), devendo nesta hipótese, fornecer à empresa dados e documentos necessários para a inclusão dos eventuais dependentes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO PLANO DE SAÚDE

Fica convencionado que os empregadores, credenciarão empresa especializada em **Plano de Saúde** para utilização, caso desejem, por todos os seus empregados. Ficando acertado que o valor do custeio do referido **Plano de Saúde** deverá ser descontado do empregado em sua totalidade em Folha de Pagamento.

Parágrafo Primeiro: O plano estatuído nesta cláusula é optativo, podendo estender-se a seus dependentes diretos, ocasião pela qual os custos adicionais também serão pelo próprio beneficiário titular (empregado).

Parágrafo Segundo: O empregador descontará em Folha de Pagamento somente o valor do plano contratado, sem nenhum valor adicional.

AUXÍLIO MORTE/FUNERAL**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E FAMILIAR**

Por esta cláusula, fica garantido a todos os empregados/trabalhadores pertencentes às categorias profissionais subordinadas a esta Convenção, associados ou não às entidades sindicais profissionais, o serviço assistencial em caso de incapacitação permanente para o trabalho por perda ou redução de sua aptidão física, ou em caso de falecimento, a seus dependentes, estabelecido pelo plano de benefícios definido a seguir, nos valores e condições abaixo especificadas, responsabilizando-se a Entidade Sindical Patronal, SEAC-AM, a manter a assistência social ora instituída, através de sua própria administração ou de gestão especializada.

Parágrafo Primeiro: Para viabilidade financeira deste benefício assistencial e social, durante a vigência desta Convenção Coletiva de Trabalho, a título de contribuição financeira, as empresas convenientes recolherão, até o décimo dia útil de cada mês, ao SEAC-AM, através de boleto bancário ou depósito identificado, o valor de R\$ 15,00 (quinze reais) por empregado que possua, arrecadado na forma prevista no parágrafo segundo, abaixo, tomando-se por base, para efeito de cálculo, a quantidade de empregados constante no campo:

Total de empregados do último mês informado do CAGED do mês anterior ao do último informado ao Ministério do Trabalho e do Emprego, sem nenhuma redução, a qualquer título.

Parágrafo Segundo: Para a constituição dos fundos necessários a manutenção dos benefícios previstos nesta cláusula, fica convencionado que as empresas participarão com o valor de R\$ 15,00 (quinze reais) por empregado, conforme o disposto no parágrafo primeiro, acima, que será devidamente recolhido mediante depósito bancário identificado ou através de guias próprias emitidas pelo SEAC-AM, depositados diretamente em conta.

Banco Bradesco - Número do Banco: 237 - Agência: 3726-5 Conta-Corrente: 129.890-9

a) **Ajuda alimentícia:** Fica certo e garantido o envio de 50 Kg de alimentos variados (cesta básica) no valor de R\$125,00 (cento e vinte cinco reais) cada, ao local onde reside o trabalhador incapacitado temporariamente, pelo período do afastamento concedido pelo INSS, desde que não ultrapasse 06 (seis) meses, a contar da data de comunicação formal do evento e apresentação da documentação (Carteira de Identidade, CPF, Carteira de Trabalho e documento emitido pelo INSS).

b) **Ajuda de manutenção de renda familiar:** Fica garantida a disponibilização de ajuda financeira mensal para composição de gastos com remédios, despesas hospitalares e similares ao inválido ou ainda, aos dependentes legais (viúva, companheira(o) ou filhos menores de idade) do falecido, no valor de 1 (um) salário mínimo vigente no país, pelo período de 04 (quatro) meses, vencendo a primeira prestação quinze (15) dias úteis após a entrega do documento comprobatório do falecimento do trabalhador ou da sua incapacitação permanente para o trabalho;

c) **Prestação de serviço Funeral:** Fica garantida a prestação do serviço de funeral e sepultamento ao empregado falecido e a seus dependentes legais esposa (o), companheiro(a) e filhos, independente da causa ou horário do falecimento, a ser solicitado através de sistema de convênios disponíveis 24 horas por dia 7 dias por semana, custeando-se até o valor de R\$ 800,00 (oitocentos reais), de acordo com o credo religioso da família, observado o seguinte:

I. A Carteira Profissional de Trabalhador, Carteira de Identidade e CPF serão os únicos documentos necessários à imediata prestação do serviço;

Parágrafo Terceiro: O empregador que por ocasião do óbito ou do fato causador da incapacitação, estiver inadimplente por: falta de pagamento, pagamento após o dia do vencimento ou efetuar o recolhimento por valor inferior ao devido, responderá perante o empregado ou a seus dependentes, por multa equivalente ao dobro do valor dos benefícios constante na presente cláusula e acarretará multa mensal no valor de 10% (dez por cento) do piso salarial da categoria a ser paga a cada um de seus empregados.

Parágrafo Quarto: O óbito ou o evento que possa provocar incapacitação permanente para o trabalho, por perda ou redução de sua aptidão física, deverá ser comunicado formalmente, no prazo máximo e improrrogável de até 90 (noventa) dias da ocorrência.

I. Farão jus à Assistência de manutenção de renda familiar e à Assistência alimentícia os trabalhadores que sofrerem perda ou redução de aptidão física pelas imobilidades ou amputações abaixo relacionadas:

ALIENAÇÃO MENTAL	Debilidade mental completa e permanente.
VISÃO	Perda completa e permanente do sentido.
AUDIÇÃO	Perda completa e permanente do sentido.
FALA	Perda completa e permanente do sentido.
TETRAPLEGIA	Impossibilidade completa e permanente de movimentação dos membros superiores e inferiores.
PARAPLEGIA	Impossibilidade completa e permanente de movimentação dos membros inferiores.
BRAÇO	Impossibilidade completa e permanente de movimentação ou amputação.
OMBRO	Impossibilidade completa e permanente de movimentação.
COTOVELO	Impossibilidade completa e permanente de movimentação.
ANTEBRAÇO	Impossibilidade completa e permanente de movimentação ou amputação.
PUNHO	Impossibilidade completa e permanente de movimentação.
MÃO	Impossibilidade completa e permanente de movimentação ou amputação.
QUADRIL	Impossibilidade completa e permanente de movimentação.
PERNA	Impossibilidade completa e permanente de movimentação ou amputação.
JOELHO	Impossibilidade completa e permanente de movimentação.
PÉ	Impossibilidade completa e permanente de movimentação ou amputação.
ENCURTAMENTO DOS MEMBROS INFERIORES (PERNAS)	Em cinco (5) centímetros ou mais.
COLUNA VERTEBRAL	Impossibilidade completa e permanente de movimentação ou deformação completa e permanente.
PESCOÇO	Impossibilidade completa e permanente de movimentação.

Parágrafo Quinto: Em todas as planilhas de custos e editais de licitações deverá constar a provisão financeira para cumprimento desta assistência social, a fim de que seja preservado o patrimônio jurídico dos trabalhadores em consonância com o artigo 444 da CLT.

Parágrafo Sexto: O presente serviço social não tem natureza salarial, por não se constituir em contraprestação de serviços, tendo caráter compulsório e ser eminentemente assistencial.

Parágrafo Sétimo: Sempre que necessário à comprovação do cumprimento da Convenção Coletiva de Trabalho e nas homologações trabalhistas, deverão ser apresentadas às guias de recolhimentos quitadas.

Parágrafo Oitavo: Fica estabelecido entre as partes que os problemas de ordem legal, que poderão ser acarretados pelo estabelecimento desta cláusula, serão de inteira e exclusiva responsabilidade do Sindicato Patronal.

Parágrafo Nono: Fica estabelecido que será destinado o percentual de 10% do valor arrecadado mensalmente a título de taxa administrativa para manutenção de despesas administrativa, da referida assistência.

Parágrafo Décimo: Fica instituída uma multa mensal de 2 (dois) salários mínimos vigente, revertida à Entidade Patronal, aplicável às empresas que descumprirem a presente Cláusula.

SEGURO DE VIDA

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO SEGURO DE VIDA

Fica facultada aos empregadores contratação de Seguro de Vida em Grupo em prol de seus empregados, hipótese em que os mesmos contribuirão com até 10% (dez por cento) dos prêmios mensais, a ser descontado em folha de pagamento.

EMPRÉSTIMOS

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - EMPRÉSTIMO CONSIGNADO

Fica estabelecido de comum acordo entre o SEAC/AM e o SEEACEAM que as empresas poderão garantir o empréstimo bancário a seus funcionários nos moldes da Lei nº 10.820/2003, ficando ajustado que a escolha do agente financeiro a ser contratado para

prestar os referenciados serviços (empréstimo consignado) ficará a critério/indicação do Sindicato laboral com a respectiva anuência do sindicato patronal.

Parágrafo Primeiro: Caso o sindicato patronal não aprove a indicação acima apresentada pelo sindicato Laboral, deverá fazê-lo de forma escrita e fundamentada no prazo de 10 (dez) dias contados da data da escolha, ocasião em que a ausência de justificativa plausível e coerente ensejará na aceitação tácita da operadora indicada.

Parágrafo Segundo: O sindicato patronal possui poderes apenas para conceder aprovação no que se refere à indicação do agente financeiro que prestará os serviços, não possuindo, com efeito, legitimidade perante o contratado para dirimir os demais assuntos contratuais estabelecidos.

CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES NORMAS PARA ADMISSÃO/CONTRATAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS ANOTAÇÕES EM CTPS

As empresas deverão efetuar, obrigatoriamente, os registros e anotações devidas nas CTPS dos seus empregados em 48 (quarenta e oito) horas, especificando as condições de contratação, data de admissão e a remuneração, e demais peculiaridades, se houver, de acordo com os artigos 29 e 34 da CLT.

DESLIGAMENTO/DEMISSÃO

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - CONTINUIDADE DOS CONTRATOS

Considerando a tipicidade da atividade de terceirização de serviços e a necessidade de prever para os trabalhadores maior segurança no emprego, e para isso incentivar as empresas para efetivamente participarem desse intento, fica pactuado que as empresas que sucederem outras na prestação do mesmo serviço em razão de nova licitação pública ou novo contrato poderão contratar os empregados da anterior, sem descontinuidade da prestação dos serviços, sendo que nesse caso a rescisão SERÁ POR ACORDO realizados na Comissão de Conciliação Prévia - CCPAC e obrigará ao pagamento do percentual de 20% (vinte por cento) sobre os depósitos do FGTS e pagamento de metade do aviso prévio, se indenizado, ou seu cumprimento normal, em relação às demais verbas rescisórias não haverá alteração.

Parágrafo Primeiro: Havendo real impossibilidade da continuação do trabalhador nos serviços, devidamente justificado pela empresa ou pelo empregado, o empregado terá direito à indenização no percentual de 20% (vinte por cento) sobre os depósitos do FGTS e os demais direitos previstos em Lei, inclusive o art. 477 da CLT.

Parágrafo Segundo: Quando a empresa entregar os avisos prévios aos seus empregados em razão da proximidade do término do contrato de prestação de serviço e por qualquer motivo der continuidade ao contrato caberá ao respectivo empregador fazer a retratação, em razão da manutenção do emprego (princípio benéfico e mais favorável ao laborista).

Parágrafo Terceiro: No encerramento do contrato entre o empregador e o tomador de serviço, persistindo pendências de homologações de rescisões contratuais, poderá a empresa vencedora do contrato de prestação de serviços efetuar a assinatura do novo contrato de trabalho na CTPS do trabalhador reaproveitado, independentemente da devida baixa do contrato anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA HOMOLOGAÇÃO DA RESCISÃO CONTRATUAL

As rescisões de contrato de trabalho com mais de ano de vigência serão homologadas pelo Sindicato Laboral, de segunda a sexta-feira, no período das 08h00min às 11h30min e 14h00min às 16h00min.

Parágrafo Primeiro: Todos os empregados filiados ao sindicato laboral por período superior a 6 (seis) meses, em caso de rescisão sem justa causa, poderão ser assistidos pelo sindicato laboral na oportunidade retro mencionada, desde que previamente solicitado, pelo empregado, no prazo mínimo de 48 (quarenta e oito) horas.

Parágrafo Segundo: Fica certo e garantido que as homologações de rescisões de contrato de trabalho feitas e pagas, às sextas-feiras, após as 12h00min, só serão validadas e consideradas mediante pagamento em espécie ou depósito bancário, em conta do trabalhador, sendo que os valores pagos em TRCT, abaixo de R\$ 100,00 (cem reais) só serão aceito e homologado mediante pagamento em espécie. As que assim não procederem ficam sujeitas as penalidades da legislação vigente, art. 477 da CLT.

Parágrafo Terceiro: Fica estabelecido que a quantidade **acima de 03 (três)** homologações, terão que ser agendadas 48 horas antes.

Parágrafo Quarto: Que as documentações (TRCT's e Outros), referentes a demissão dos trabalhadores terão que ser apresentadas e entregues no prazo máximo de até 20 dias corridos, contado da data da DEMISSÃO do trabalhador, perante ao Sindicato de Classe, para as conferências que se fizerem necessárias, as empresas que não cumprirem esta norma, ficam sujeitas a uma multa de 1/3 (um terço) do salário nominal do trabalhador, revestido a parte prejudicado.

Parágrafo Quinto: Fica estipulado o prazo máximo de 10 (dez) dias a contar da data da Demissão do empregado, para pagamento das TRCT's.

Parágrafo Sexto: Será cobrado da empresa, por cada homologação feita, o valor de **R\$20,00 (vinte reais)**. Podendo o pagamento ser feito em espécie ou através de comprovação de depósito em conta, conforme dados bancários a seguir:

Banco: Caixa Econômica Federal - Ag.: 0020 - Op.: 003 - Conta Corrente: 4227-0 OU PIX: 23006562000148 (CNPJ)

Parágrafo Sétimo: O empregador que não comparecer ao sindicato para homologação do Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho (TRCT) sofrerá multa, conforme previsto na Cláusula Quadragésima Primeira desta CCT.

RELAÇÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES QUALIFICAÇÃO/FORMAÇÃO PROFISSIONAL

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

A partir da vigência do presente instrumento, as empresas contribuirão para o Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do Estado do Amazonas o **valor mensal de R\$ 10,00 (dez reais) por empregado** destinado à qualificação profissional.

Parágrafo Primeiro: Os certificados terão validade de **12 (doze) meses**.

Parágrafo Segundo: O recolhimento da importância ajustada no caput desta Cláusula será efetuado até o **10º (décimo) dia útil de cada mês**, através de **boleto enviado pelo SEAC-AM**.

Parágrafo Terceiro: DA OBRIGAÇÃO – Fica acordado entre as partes que a empresa, terá um prazo de até 60 dias para apresentar a certificação de seus empregados ao tomador de serviços.

Parágrafo Quarto: As empresas deverão de forma obrigatória fazer constar em suas **planilhas de custos** a provisão financeira para cumprimento do recolhimento da importância ajustada no caput desta Cláusula.

Parágrafo Quinto: O atraso no recolhimento ensejará a aplicação de **multa mensal** à empresa em valor correspondente a **3% (três por cento) do valor devido**, *pro rata die*, limitada ao principal.

JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS COMPENSAÇÃO DE JORNADA

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO BANCO DE HORAS

Fica convencionado que as empresas, durante o prazo de vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho, poderão adotar o regime de BANCO DE HORAS para a jornada cumprida além do limite contratual, desde que necessária para atender especificidades do serviço ou que decorram de eventos fora de controle do empregador, procedendo a compensação das horas excedentes, na forma prevista nesta Cláusula. Ficando atrelado ao aceite dos seus funcionários, que deveram assinar documento de autorização e com a devida apreciação dos sindicatos Laboral e Patronal.

Parágrafo Primeiro: As primeiras 20 (vinte) horas de sobre jornada realizadas pelo empregado, durante o mês, excedentes a 192 (cento e noventa e duas) horas mensais, serão pagas com o adicional de 50% (cinquenta por cento).

Parágrafo Segundo: As horas excedentes ao limite do parágrafo anterior serão acumuladas no BANCO DE HORAS, por um período máximo de 90 (noventa) dias.

Parágrafo Terceiro: Durante os 90 (noventa) dias de que trata o parágrafo anterior, poderá haver compensação das horas excedentes pela diminuição da jornada diária ou pela concessão de folga além das normais.

Parágrafo Quarto: Será informado ao empregado, ao final de cada mês, o saldo da apuração das horas resultantes do BANCO DE HORAS, positivo ou negativo.

Parágrafo Quinto: A utilização de saldo existente no BANCO DE HORAS, seja positivo ou negativo, será feito em igualdade de condições, ou seja, na razão de uma hora depositada (crédito ou débito), para cada hora realizada.

Parágrafo Sexto: O saldo credor de horas não compensadas, apurado ao final de cada 90 (noventa) dias, será pago ao empregado com o adicional de 50% (cinquenta por cento).

Parágrafo Sétimo: No caso de desligamento do empregado, por pedido de demissão ou justa causa, o saldo existente no BANCO DE HORAS, será pago ou descontado, segundo as regras contidas nesta Cláusula. Observando o valor máximo de desconto o salário base da categoria.

Parágrafo Oitavo: Se o desligamento ocorrer por iniciativa da empresa, o saldo negativo existente no Banco de horas, será por ela absolvido, enquanto que a crédito de horas do empregado será pago juntamente com as verbas rescisórias, na forma do Parágrafo Sexto.

FALTAS

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO ABONO DE FALTAS

As Empresas aceitarão atestados ou declarações de acompanhamento de 01 (um) dia, dos seus empregados que tenham acompanhado em caráter de emergência, seus dependentes e/ou cônjuge, desde que emitidas por profissional da área médica.

TURNOS ININTERRUPTOS DE REVEZAMENTO

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA JORNADA 12X36

A jornada de trabalho poderá ser doze horas seguidas de trabalho por trinta e seis horas ininterruptas de descanso, não sendo devidas horas extraordinárias, em razão da natural compensação, observados ou indenizados, o intervalo de 60 minutos para repouso e alimentação.

Parágrafo Primeiro: Considera-se já remunerado o trabalho realizado nos domingos e feriados que porventura coincidam com a escala prevista nesta cláusula, face à natural compensação pelo desconto nas 36 (trinta e seis) horas seguintes.

Parágrafo Segundo: Em caso de trabalho noturno as horas serão de 60 minutos, mas remunerados no percentual de 20% para os períodos laborados entre 22:00h à 05:00h.

Parágrafo Terceiro: Se a Jornada 12x36 ocorrer em ambiente insalubre é desnecessária a licença prévia da autoridade competente na área de higiene do trabalho.

Parágrafo Quarto: Conforme Termo de Ajustamento de Conduta nº 54/2014, da Procuradoria Regional do Trabalho da 11ª Região, fica acordado que seja aplicado às categorias com regime de 12X36, o divisor de 192 horas.

Parágrafo Quinto: A indenização do intervalo intrajornada será no percentual de 50% sobre a hora normal de trabalho.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE JORNADA

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - TRABALHO POR TEMPO PARCIAL

Fica vedado o contrato de trabalho por tempo parcial, exeto se o trabalhador receber o piso da categoria de forma integral.

Parágrafo Primeiro: O trabalhador que laborar em jornada parcial, fará jus aos 30 dias de férias.

Parágrafo Segundo: O trabalhador que tiver contrato de trabalho recebendo o valor integral do piso da categoria, não ficará devendo as horas trabalhadas.

FÉRIAS E LICENÇAS OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE FÉRIAS E LICENÇAS

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DA VALIDADE DOS ATESTADOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS

Serão aceitos como válidos os atestados médicos e odontológicos apresentados pelo empregado para justificar sua ausência por motivo de doença, emitidos por profissionais devidamente registrados no CRM e CRO, em ordem de preferência, por médicos contratados diretamente pela empresa, ou mediante convênio/SESC e, à sua falta, os atestados emitidos por médicos vinculados ao SUS (Sistema Único de Saúde). Em último caso, serão aceitos os atestados emitidos por médico do sindicato ou particular.

Parágrafo Primeiro: O atestado deverá ser entregue, pessoalmente ou nos casos de absoluta impossibilidade comprovada, por outrem, nas 24 (vinte e quatro) horas após a emissão do referido atestado, sendo convalidado pelo médico da empresa.

Parágrafo Segundo: Quando o empregado prestar serviço fora do domicílio da sede da empresa, a entrega do atestado médico poderá ser feita em sua subsele ou posto de apoio, caso existam, ou recolhido pelo preposto da mesma no próprio posto de serviço.

Parágrafo Terceiro: Para sua validade, o atestado deverá conter a identificação do empregado e assinatura e carimbo com o número do Conselho do profissional que assina o documento, e ser apresentado em duas vias (original e cópia), a fim de que as empresas declarem na cópia a ser imediatamente devolvida ao empregado, o recebimento do respectivo original, inclusive com data, horário e assinatura do preposto da empresa.

Parágrafo Quarto: Caso a empresa suspeite de fraude no atestado apresentado, poderá solicitar esclarecimentos aos responsáveis, os quais deverão prestá-las, vez que a prática de atestado falso é crime previsto nos arts. 297 e 302 do Código Penal.

Parágrafo Quinto: Caso a fraude seja constatada, pode implicar em demissão por justa causa do empregado, prevista no artigo 482, da CLT.

SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR UNIFORME

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DOS UNIFORMES E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL

Quando de uso obrigatório, as empresas fornecerão gratuitamente aos seus empregados o uniforme necessário, considerando-se o uso normal do mesmo, sendo pelo menos 02 (dois) uniformes completos, entendendo-se como completo, camisa, calça e sapato, entregues de 06 (seis) meses em 06 (seis) meses e os equipamentos de proteção individual necessários. Para os trabalhadores que fiquem expostos à chuva, as empresas deverão fornecer capas impermeáveis.

Parágrafo Primeiro: O empregado indenizará, com base no §1º do art. 462 da CLT, a peça de uniforme, ficando a empresa autorizada a descontar o respectivo valor diretamente do salário ou da remuneração, em caso de extravio, danos decorrentes de utilização indevida ou fora do serviço e não devolução quando da rescisão contratual ou substituição do uniforme cedido. (alerta há que se ter previsão no contrato de trabalho).

Parágrafo Segundo: A utilização do uniforme será restrito ao local de trabalho incluindo o seu trajeto de ida e volta ao trabalho, ficando o faltoso passível de advertências, suspensão e demissão por justa causa.

Parágrafo Terceiro: A higienização do uniforme é de responsabilidade do trabalhador, pois os produtos utilizados para a higienização das vestimentas é de uso comum.

RELAÇÕES SINDICAIS ACESSO DO SINDICATO AO LOCAL DE TRABALHO

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DA DIVULGAÇÃO ATRAVÉS DO QUADRO DE AVISO

Fica assegurado que as empresas deverão disponibilizar, em suas sedes ou nos locais de trabalho, espaço para fixação de Quadro de Avisos e comunicações de interesse da categoria profissional, bem como para a divulgação de notícias sindicais.

Parágrafo Único - Nos locais de trabalho, a colocação do quadro de avisos fica na dependência de autorização do tomador do serviço e as notícias que lá estarão afixadas serão de responsabilidade do sindicato.

LIBERAÇÃO DE EMPREGADOS PARA ATIVIDADES SINDICAIS

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DA LIBERAÇÃO DO DIRIGENTE SINDICAL

Fica garantido ao dirigente sindical, durante a vigência desta Convenção Coletiva de Trabalho, que exerça cargo de direção e/ou de representante sindical, sem prejuízo de seus vencimentos, direitos adquiridos, vantagens decorrentes do contrato de trabalho ou Acordo Coletivo de Trabalho, o direito de se ausentar do serviço com a finalidade de tratar dos assuntos de interesses da categoria profissional por até 02 (duas) vezes – por dois (2) dias a cada trimestre.

Parágrafo Primeiro: Os demais dirigentes sindicais do Estado do Amazonas, serão liberados para o comparecimento em atividades sindicais (reuniões, cursos, etc.), durante 05 (cinco) dias ao ano. Os dirigentes do interior do Estado serão liberados durante 10 (dez) dias ao ano, sem prejuízo de suas remunerações, férias, 13º salário e demais direitos e vantagens da relação empregatícia.

Parágrafo Segundo: A solicitação de liberação de diretores, que trata o parágrafo primeiro desta cláusula, será feito pelo sindicato representativo da categoria, no prazo máximo de pelo menos 72 (setenta e duas) horas de antecedência à empresa na qual este originalmente trabalha.

Parágrafo Terceiro: Da solicitação do Diretor para cumprir sua jornada de trabalho a disposição no sindicato, ficam o salário, todos os encargos e obrigações trabalhistas sob responsabilidade da empresa. As Empresas concederão a liberação dos seus empregados eleitos para a Diretoria da Entidade Sindical, na quantidade máxima de 01 (um) funcionário por empresa. Fica o Presidente do SEEACEAM obrigado a notificar as empresas, com no mínimo 05 (cinco) dias de antecedência.

Parágrafo Quarto: Fica garantido ao dirigente sindical, e conselho fiscal, estabilidade durante o período de seu mandato.

ACESSO A INFORMAÇÕES DA EMPRESA

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - DA REMESSA DE COMPROVANTE DO PAGAMENTO DO FGTS

As empresas remeterão aos Sindicatos dos Trabalhadores e Patronal, até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, cópia (em papel) das GFIP - Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social, devidamente quitada, acompanhada de relação contendo o nome do trabalhador e o valor recolhido.

Parágrafo Único - Fica certo e garantido que a empresa que descumprir esta cláusula fica sujeita a multa de 10% (dez por cento) do valor base de remuneração que deu origem a GFIP, a ser aplicada a parte infratora e revertida em favor da parte prejudicada.

CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL PATRONAL

Considerando o previsto no art. 611-A da CLT, prevalecerão sobre a lei todos os pontos objetos de Acordo ou Convenção Coletiva, ressaltados as vedações previstas no art. 611-B;

Considerado que o art. 611-B não veda a estipulação de contribuição decorrente de Convenção Coletiva para toda a categoria econômica, diante disso prevalece o negociado sobre o legislado;

Assim por deliberação da Assembleia Geral do Sindicato Patronal de acordo com o disposto no art. 8º, inciso III da Constituição Federal, todas as empresas que exercem atividades representadas pelo Sindicato Patronal (limpeza, conservação e serviços terceirizados) recolherão mediante guia a ser fornecida Pelo SEAC/AM, a CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL, para a assistência a todos e não somente a associados, conforme estabelecido na seguinte tabela.

00 A 03	EMPREGADOS	R\$ 150,00
04 A 10	EMPREGADOS	R\$ 250,00
11 A 20	EMPREGADOS	R\$ 350,00
21 A 30	EMPREGADOS	R\$ 450,00
31 A 50	EMPREGADOS	R\$ 550,00
51 A 80	EMPREGADOS	R\$ 650,00
81 A 110	EMPREGADOS	R\$ 750,00
111 A 150	EMPREGADOS	R\$ 850,00
151 A 200	EMPREGADOS	R\$ 950,00
ACIMA DE 201	EMPREGADOS	R\$ 1.250,00

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL LABORAL

As empresas ficam obrigadas a descontar de todos empregados a título de **Contribuição Assistencial Laboral** o valor de **R\$ 20,00 (vinte reais)** dos colaboradores **associados** e **R\$ 35,00 (trinta e cinco reais)** dos colaboradores **não associados** no mês de **FEVEREIRO/2024**, decidido em Assembleia Geral, e repassará ao SEEACEAM através de boleto bancário até 10º dia útil do mês subsequente, juntamente com a relação contendo nome, função, salário e valor do desconto, para emissão do respectivo

boleto. Fica certo e garantido aos empregados o direito de manifestar até **31/01/2024**, oposição ao desconto previsto no caput, **desde que o faça de maneira individual, por escrito, em 03 (três) vias e o mesmo** apresentar nas dependências do Sindicato Laboral.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - DA CONTRIBUIÇÃO ASSOCIATIVA PATRONAL MENSAL

As empresas sindicalizadas recolherão para o sindicato patronal SEAC-AM, a título de Contribuição Associativa Patronal mensal a importância correspondente ao valor de um R\$ 500,00 (quinhentos reais).

Parágrafo Primeiro: O não pagamento da importância prevista no caput, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data do arquivamento e registro da presente Convenção na Delegacia Regional do Trabalho, ensejará a emissão de Duplicata de Serviços e respectivo protesto e, ainda, o ajuizamento de Ação Executiva, conforme deliberação na Assembleia da categoria.

Parágrafo Segundo: Fica garantido o direito de oposição às empresas que não concordarem com o aludido pagamento, desde que o faça no prazo de 10 (dez) dias, contados da data do depósito da presente norma na DRT ou da data da publicação realizada pelo sindicato patronal em jornal de grande circulação a esse respeito, o que lhes for mais favorável.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - DA MENSALIDADE ASSOCIATIVA LABORAL

As empresas ficam obrigadas a descontar mensalmente o percentual de **2% (dois por cento) do salário base**, decidido em Assembleia Geral Extraordinária, a título de Contribuição Associativa de todos os seus empregados, sendo o valor mínimo de **R\$ 29,00 (vinte e nove reais)** e repassar ao Sindicato dos Empregados em Empresas de Asseio e Conservação do Estado do Amazonas, até o 10º dia útil do mês subsequente, juntamente com a relação contendo nome, a matrícula na empresa, salário e valor do desconto.

Parágrafo Primeiro: Fica acordado que as empresas descontarão de seus empregados Associados, os valores correspondentes às compras feitas pelos mesmos, através dos convênios celebrados pelo Sindicato Laboral. Esses valores serão encaminhados às empresas pelo Sindicato respectivo da categoria, o qual terá obrigação quando solicitado pela empresa de anexar aos relatórios, comprovantes comprobatórios das compras efetuadas, e recolher mensalmente junto às empresas os valores descontados.

Parágrafo Segundo: Fica estabelecido entre as partes que os problemas de ordem legal, que poderão ser acarretados pelo estabelecimento desta cláusula, serão de inteira e exclusiva responsabilidade do Sindicato Laboral.

Parágrafo Terceiro: Fica acordado que o repasse/dépósito do desconto ao SEEACEAM deverá ser feito obrigatoriamente até o dia 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao desconto. Tal quantia será devidamente depositada/recolhida na conta corrente do SEEACEAM.

Parágrafo Quarto: Em caso de atraso no depósito da mensalidade sindical recolhida, a empresa pagará uma multa diária correspondente a 1/2 (meio) piso da categoria revertido para o SEEACEAM até a data da efetivação liquidação.

Parágrafo Quinto: Fica certo e garantido aos empregado associados o direito de manifestar, a qualquer tempo, oposição ao desconto previsto no caput, desde que o faça de maneira individual e por escrito em 03 (três) vias e o mesmo apresentar nas dependências do Sindicato Laboral.

Parágrafo Sexto: Os empregados associados em situação regular com SEEACEAM, terão direito aos benefícios abaixo relacionados:

I - Consulta com Assistência Médica nas Especialidades abaixo relacionadas:

II - Clínica Geral Diurno, Oftalmologia, Pediatria, Obstetrícia (Pré-natal), Ginecologia, Otorrino, Urologista, Ortopedista e Cardiologista.

III - Ultra-sonografia de:

Abdômen superior, Abdômen Total, Bolsa Escrotal Infantil, Mamária, Músculo, Esquelético, Obstétrica, Partes Superficiais, Pélvicas, Pediátrica, Pênis infantil, Próstata, Rins e vias urinárias, testículos infantil, tórax, transfontanela e Transvaginal.

IV - Raio X de:

Abdômen simples, Abdômen Agudo, Abdômen ap lateral ou localizada, antebraço ap lateral, Articulação acrômio-clavicular, Articulação tibia-társica, Articulação sacra-iliacas, Bacia, Braço ap lateral, Calcâneo Lateral, Cavun, Clavícula, Coluna Cervil ap lateral, Copluna dorsal ap lateral, Coluna lombo-sacra e Coluna.

Parágrafo Sétimo: Assistência Jurídica- Área trabalhista.

Parágrafo Oitavo: Exame Laboratoriais básicos.

Parágrafo Nono: Ficam as empresas obrigadas a fornecerem mensalmente a Relação dos Funcionários demitidos, para que seja dado baixa em nosso sistema.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE RELAÇÃO ENTRE SINDICATO E EMPRESA

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - DA CERTIDÃO DE REGULARIDADE SINDICAL

Visando o dever das entidades sindicais Patronal e Laboral em zelar pelo fiel cumprimento da legislação trabalhista, previdenciária e os direitos dos trabalhadores instituídos no Artigo 7º da Constituição Federal, ficou acordado entre as partes a emissão da **CERTIDÃO CONJUNTA DE REGULARIDADE SINDICAL**, assinada por seus Presidentes ou Substitutos legais, com validade de 30 (trinta) dias.

Parágrafo Primeiro: Para emissão da referida Certidão serão solicitados os seguintes comprovantes:

Para o Sindicato Laboral:

1. CAGED;
2. Mensalidades
3. Comprovante de pagamento de salários;
4. Comprovante de pagamento;
5. Comprovante de entrega de Vale Transporte;
6. Comprovante de constituição de CIPA, conforme o caso (IN 5);
7. 06 (seis) últimas guias do FGTS

Para o Sindicato Patronal:

1. CAGED;
2. Comprovante de Contribuição Negocial Patronal, Assistência Social e Familiar Patronal e Mensalidade.

Parágrafo Segundo: As empresas para participarem em licitações promovidas por órgãos da Administração Pública, Direta, Indireta ou contratação por setores privados, deverão apresentar a CERTIDÃO CONJUNTA DE REGULARIDADE SINDICAL, dentro do prazo de sua vigência, por força desta Convenção, assistidos pelos Artigos 607 e 611 da CLT, combinado com o Art. 124 da Lei Nº 8.666/93 e suas alterações.

Parágrafo Terceiro: Fica estabelecido que a CERTIDÃO DE REGULARIDADE SINDICAL, para os seus diversos fins, será emitida pelos sindicatos interessados, ou seja, pelo SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO DO ESTADO DO AMAZONAS (SEAC/AM) ou pelo SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO DO ESTADO DO AMAZONAS (SEEACEAM), a qual só terão validade quando os sindicatos mencionados deliberarem de forma conjunta quanto as condições para a sua emissão e a assinarem conjuntamente.

Parágrafo Quarto: A falta de **CERTIDÃO DE REGULARIDADE SINDICAL** ou vencido seu prazo de validade, nos casos de Concorrências, Carta-convite, Tomada de Preços e Pregões, permitirá às demais empresas licitantes, bem assim aos Sindicatos Convenientes, que intervenham no processo licitatório, denunciando a irregularidade e/ou a empresa irregular por descumprimento das cláusulas convencionadas. Considerando o previsto no art. 611-A da CLT, prevalecerão sobre a lei todos os pontos objetos de Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho.

Parágrafo Quinto: Considerando o previsto no art. 611-A da CLT, prevalecerão sobre a lei todos os pontos objetos de Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - DAS CERTIDÕES

Os sindicatos deverão emitir, sempre que solicitado, para fins diversos, certidões que declarem que as empresas solicitantes estejam regularizadas junto ao respectivo sindicato e que são cumpridoras da Convenção Coletiva em voga, se realmente o forem.

Parágrafo Primeiro: As certidões terão prazo de validade de 30 (trinta) dias e terão um custo de R\$ 25,00 (vinte e cinco reais) que será pago através de boleto bancário, emitido pelo SEAC/AM.

Parágrafo Segundo: Considerando o previsto no art. 611-A da CLT, prevalecerão sobre a lei todos os pontos objetos de Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - EMPRESAS DE OUTROS ESTADOS

As empresas com sede em outro estado que prestam ou que venham prestar suas atividades no Estado do Amazonas serão obrigadas a apresentar o Certificado de Regularidade Sindical do sindicato de sua origem, devidamente averbada no SEAC-AM.

Parágrafo Único - A empresa que, nos processos licitatórios, deixar de apresentar o Certificado de Regularidade Sindical, poderá ter a sua habilitação impugnada, por qualquer licitante, suscitando a superveniência desse fato caracterizador do inadimplemento de obrigações sindicais.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - DA DISTRIBUIÇÃO DAS CÓPIAS DA CCT

Por esta cláusula, todos os trabalhadores pertencentes à categoria profissional beneficiada por esta Convenção, sindicalizados ou não, bem como, todos os empresários, ou quem que tiver qualquer interesse nesta Convenção Coletiva de Trabalho, poderão ter acesso a cópia da mesma, para ciência inequívoca dos direitos, benefícios e deveres nela contidos, desde que recolham a taxa estipulada em R\$ 100,00 (cem reais) em favor do SEAC-AM, através de boleto próprio, devidamente pagos, na própria sede do SEAC-AM.

Parágrafo Primeiro: Só será considerada autêntica a cópia da CCT efetuadas pelo SEAC-AM, que a avalizará através de chancela própria, com a assinatura do Diretor-Presidente ou Diretora Executiva, do SEAC-AM, sendo expressamente proibida qualquer outra forma de reprodução e, portanto, inválida aos fins de direito, as cópias obtidas por meio diverso.

Parágrafo Segundo: Considerando o previsto no art. 611-A da CLT, prevalecerão sobre a lei todos os pontos objetos de Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - DECLARAÇÃO ANUAL DE QUITAÇÃO TRABALHISTA

Será autorizado ao Sindicato Profissional realizar procedimentos, a pedido das empresas interessadas e desde que haja concordância do empregado, com vistas a firmar termo de quitação anual de obrigações trabalhistas em

conformidade com o art. 507-B da CLT, com anuência do Sindicato Patronal, perante à Comissão de Conciliação Prévia existente entre o SEAC-AM e o SEEACEAM.

Parágrafo Primeiro: O termo previsto no caput discriminará as obrigações de dar e fazer cumpridas mensalmente, o qual constatada a regularidade no cumprimento das obrigações deverá ser assinado, pelo empregado e empregador, bem como pelo SEEACEAM e SEAC-AM, dele constará a quitação anual dada pelo empregado, com eficácia liberatória das parcelas nele especificadas.

Parágrafo Segundo: No caso de ser apurada alguma diferença não quitada as partes poderão entabular acordo a respeito de eventuais diferenças apontadas, que após ser integralmente cumprido, terá eficácia liberatória das parcelas nele especificadas.

Parágrafo Terceiro: O pagamento referente a emissão do termo de quitação na Comissão de Conciliação de Prévia será de responsabilidade integral das empresas, e não poderá ser superior ao limite máximo de R\$10,00 (dez reais) por termo.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE REPRESENTAÇÃO E ORGANIZAÇÃO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - ENCERRAMENTO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS/DEMISSÃO/DATA BASE

As empresas que demitirem os empregados em razão do encerramento de contrato de prestação de serviços com o tomador, no mês anterior à data base, estão isentas do pagamento da multa prevista na Lei nº 7.238/84, artigo 9º, considerando ser esse motivo ser superveniente e alheio à vontade do Empregador.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - ACORDO COLETIVO

Os Acordos Coletivos de Trabalho firmados a partir desta data, para ter validade e eficácia, não poderão conter previsões que reduzam os direitos assegurados em lei e/ou na presente Convenção Coletiva de Trabalho e deverão ter anuência e assinatura conjunta do Sindicato Patronal e do Sindicato Laboral.

DISPOSIÇÕES GERAIS REGRAS PARA A NEGOCIAÇÃO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - DA COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA

Por este instrumento de negociação coletiva, os Sindicatos Convenientes mantém a Comissão de Conciliação Prévia, instituída em CCT anterior. A Comissão de Conciliação Prévia Sindical, com a atribuição de tentar conciliar os conflitos individuais do trabalho de integrantes da categoria profissional com as empresas deste setor econômico, nos termos da Lei n.º 9.958, de 12 de janeiro de 2.000, a qual se regerá pelos termos e condições que se seguem:

Parágrafo Primeiro: A Comissão constituída iniciará suas atividades na data de 21 de maio de 2008 (21/5/2008) e será, obrigatoriamente, composta por 01 (um) representante do sindicato laboral, 01 (um) representante do sindicato patronal e 01 (um) escrivão, os quais deverão estar presentes a todas as reuniões/audiências de conciliação, sob pena de nulidade absoluta destas.

Parágrafo Segundo: Cabe aos Sindicatos Convenientes indicar os seus representantes titulares e igual número de suplentes, que poderão pertencer às diretorias ou, desde que prévia e formalmente aceito pela outra parte, a órgãos internos do sindicato ou ainda pessoas externas ao funcionamento dos Sindicatos Convenientes.

Parágrafo Terceiro: Poderão os Sindicatos Convenientes substituir, a qualquer tempo, qualquer dos membros indicados (prepostos), com comunicação formal ao outro sindicato e a todos os membros da Comissão da localidade, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis.

Parágrafo Quarto: Aos prepostos dos Sindicatos Convenientes ficam asseguradas as garantias pessoais que já possuam, inerentes ao mandato do seu cargo sindical, nada se acrescentando em termos de garantias ou direitos trabalhistas por conta da participação que venha a ter na Comissão de Conciliação Prévia Sindical.

Parágrafo Quinto: É vedada a participação em processo de conciliação de membro da Comissão pertencente à empresa envolvida.

Parágrafo Sexto: O membro da Comissão que se encontre no exercício regular de sua função desenvolverá seu trabalho normal na empresa, afastando-se de suas atividades apenas quando convocado para atuar como conciliador, sendo computado como tempo de trabalho efetivo o despendido nessa atividade.

Parágrafo Sétimo: A Comissão funcionará nas instalações do Sindicato Profissional ou em outro local que as partes venham deliberar e terão as suas despesas específicas, necessárias para o seu funcionamento, arcadas paritariamente mediante orçamento trimestral, explanando-se que:

I - Relacionam-se como despesas necessárias e específicas para o funcionamento da Comissão, sem pretender-se esgotar ou restringir, a título exemplificativo: material de expediente, secretária, xerox, equipamentos de escritório, aluguel de instalação e outras despesas;

II - O orçamento trimestral deverá ser elaborado e aprovado pelas diretorias dos Sindicatos Convenientes, no prazo de 10 (dez) dias, a contar do arquivamento da presente CCT.

III - Até o fim do segundo mês de cada trimestre deverá ser elaborada pelos membros titulares da Comissão uma proposta orçamentária para o trimestre seguinte e obtida a aprovação de ambas as diretorias dos Sindicatos Convenientes, sob pena de suspensão dos trabalhos da Comissão, até que se tenha aprovado o orçamento;

IV - A execução financeira caberá a cada Sindicato Conveniente conforme a parte que lhe cabe no orçamento aprovado;

V - A prestação mensal de contas de qualquer valor gasto em função dos trabalhos da Comissão deverá ser consubstanciada em relatório assinado pela totalidade dos membros titulares e encaminhado, o original, para a diretoria de origem dos recursos bem como cópia para a outra diretoria, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte;

VI - Junto com a prestação de contas deverá a Comissão informar os dados estatísticos de sua atuação, entre eles: entradas de solicitação de conciliação, atendimentos com êxito, atendimentos sem êxito, solicitações de andamento, etc.

Parágrafo Oitavo: A Comissão funcionará de segunda à quinta-feira, das 08h30min às 12h00min e de 13h00min às 16h00min, devendo as partes interessadas, convocar a audiência, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, garantindo-se que para esta convocação bastará que a empresa ou o empregado, bem como seu representante, legalmente constituído, encaminhe, por qualquer meio, solicitação para a sua realização.

Parágrafo Nono: As reuniões/audiências conciliatórias obedecerão à ordem cronológica das solicitações podendo, quando necessário, serem realizadas audiências extraordinárias visando o descongestionamento de eventuais acúmulos de solicitações e de acordo com a demanda apresentada.

I - Na hipótese de ser provocada, a Comissão de Conciliação Prévia, por iniciativa da empresa e esta não comparecer rigorosamente na data e no horário previamente marcado, será cobrada uma multa de 30 % (trinta por cento) do piso da categoria que será revertida para as despesas administrativas da Comissão.

Parágrafo Décimo: Toda e qualquer controvérsia de natureza trabalhista será submetida à Comissão de Conciliação Prévia e o processo de conciliação observará os seguintes procedimentos e condições:

I - A demanda será formulada por escrito pelo interessado na secretaria do Sindicato Profissional ou reduzida a termo por qualquer dos membros da Comissão, ocasião em que o interessado terá conhecimento e dará ciência da data/hora prevista para a reunião/audiência de conciliação, nunca num prazo superior a 10 (dez) dias;

II - Compete à secretaria do Sindicato Profissional dar ciência a todos os outros interessados com pelo menos 3 (três) dias úteis de antecedência, da data/hora prevista para a reunião/audiência de conciliação, formalmente encaminhando cópia do processo;

III - Aceita a conciliação, será lavrado termo denominado ATA DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA assinado pelo empregado, pelo empregador ou seu preposto e pelos membros presentes da comissão, fornecendo-se cópia às partes;

IV - Não logrando êxito a conciliação, será fornecida ao empregado e ao empregador declaração da tentativa conciliatória frustrada (ATA DE AUDIÊNCIA CONCILIATÓRIA NEGATIVA) com a descrição de seu objeto, firmada pelos membros presentes da comissão, que deverá ser juntada à eventual Reclamação Trabalhista, conforme determinação legal;

V - Fica certo e entendido que o termo de conciliação é título executivo extrajudicial e terá eficácia liberatória geral, exceto quanto a parcelas expressamente ressalvadas.

Parágrafo Décimo Primeiro: A empresa será representada, nas audiências conciliatórias, através do proprietário ou do preposto, devidamente acompanhado da carta de preposição e do contrato social da empresa.

Parágrafo Décimo Segundo: O(s) trabalhador(es) deverá(ão) apresentar-se para as audiências munido(s) de sua Carteira de Trabalho e de sua Carteira de Identidade, bem como da confirmação de solicitação de audiência de conciliação e devidamente acompanhado do representante da categoria laboral ou de advogado de sua confiança.

Parágrafo Décimo Terceiro: Aplica-se à Comissão de Conciliação Prévia, criada nesta convenção, no que couber, as disposições previstas na CLT, jurisprudência e doutrina trabalhista, especialmente no que concerne ao INADIMPLEMENTO das obrigações oriundas de conciliação e acordos, desde que observados os princípios de paridade e negociação coletiva na sua constituição.

Parágrafo Décimo Quarto: Os acordos, quando não cumpridos, firmados perante esta Comissão, serão devidamente EXECUTADOS, de acordo com a legislação trabalhista vigente.

Parágrafo Décimo Quinto: É competente, para a execução de título executivo extrajudicial, o juízo que originariamente tem competência para o processo de conhecimento relativo a matéria.

Parágrafo Décimo Sexto: Aos fins de custeio da atividade e funcionamento da Comissão, e de modo a preservar e manter a qualidade dos serviços, as empresas que demandarem ou forem demandadas, havendo acordo ou não, recolherão para a Comissão a taxa de R\$ 200,00 (duzentos reais), pagos na oportunidade da audiência, diretamente à Secretaria da Comissão.

I - As empresas associadas ao sindicato que estiverem rigorosamente em dia com todas as suas obrigações e contribuições sindicais, farão jus a desconto de 50% (cinquenta por cento) do valor acima mencionado.

II - Os valores estabelecidos neste parágrafo, quando inadimplidos, poderão ser objeto de cobrança executiva na Justiça do Trabalho.

APLICAÇÃO DO INSTRUMENTO COLETIVO

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - COMISSÃO DE AUTOCONSTATAÇÃO DE CONVEÇÃO - CAC

Em virtude do interesse de garantir o fiel cumprimento da legislação trabalhista e previdenciária e deste documento junto a opinião pública, aos Tomadores de Serviços e às Autoridades Públicas e Privadas, de todas as esferas, especialmente as responsáveis pela preservação da regularidade das relações trabalhistas e previdenciárias, não só pela submissão à obrigatoriedade legal, mas, também, para elidir de vez com o estigma de mau empregador e mau contribuinte que o setor ainda alimenta no seio da sociedade, as partes acordam pela criação da autofiscalização do setor, nos seguintes termos:

I - fica constituída uma comissão de dois membros indicados pelo Sindicato Patronal, sendo um titular e um suplente, e de igual número de membros indicados pelo Sindicato Profissional, para definir, planejar, executar, controlar e resolver todos os assuntos pertinentes à matéria, de acordo com os princípios neste documento, pelo voto da maioria de seus membros titulares, reunindo-se, no mínimo, uma vez por mês;

II - cabe à Comissão de Autofiscalização, essencialmente, a apuração de fatos que desabonem ou possam vir a desabonar o setor, no que se refere ao cumprimento pelas empresas, pelos profissionais da categoria e pelos contratantes dos serviços, da Legislação Trabalhista, Previdenciária, Fundiária, a específica do setor e das convenções e acordos firmados entre as partes, sejam eles de direito público ou privado;

III - compete à Comissão de Autofiscalização: receber denúncia; realizar buscas; visitar as empresas e os locais de execução dos serviços, observada comunicação prévia com sete dias; requerer informações e documentos, mediante o prazo de sete dias; ter acesso aos documentos inerentes ao objeto da

presente cláusula; consultar órgãos e valer-se de outros meios legais para obtenção de dados que possam ser de seu interesse; formalizar o resultado de seu trabalho, de modo que seja decidido em conjunto as providências a serem tomadas, entre elas, mas sem se restringir, a aplicação de multas com base neste documento e a denúncia às autoridades constituídas pertinentes às matérias.

PARÁGRAFO ÚNICO - Obriga-se o Sindicato que tenha conhecimento de irregularidade ou fato inerente ou objeto de apuração através da cláusula em questão, a notificar o outro no prazo máximo de dois dias úteis, sob pena de multa, independentemente de toda e qualquer providência que venha a tomar, a qual, no mesmo prazo e com a mesma cominação, deverá ser igualmente cientificada.

DESCUMPRIMENTO DO INSTRUMENTO COLETIVO

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - DA MULTA

Entidades convenientes acordam em estabelecer a multa de 1/3 (um terço) do salário mínimo da CCT vigente, por trabalhador, em caso de descumprimento de qualquer das cláusulas da Convenção Coletiva de Trabalho em vigência, em caso de reincidência fica estipulado ½ salário mínimo da categoria, por trabalhador, revertendo-se a mesma em favor da parte a quem a infringência prejudicar, independentemente das punições de ordem administrativas impostas pela fiscalização do Ministério do Trabalho.

OUTRAS DISPOSIÇÕES

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - DO OBJETIVO

Esta Convenção Coletiva de Trabalho, firmada nos termos do art. 611 da CLT e demais legislação pertinente, tem por finalidade a estipulação de condições especiais de trabalho, aplicáveis no âmbito das respectivas representações, regulando as relações individuais de trabalho, mantidas entre as Empresas de Asseio e Conservação e seus respectivos empregados, bem como, ainda, a concessão de aumentos de salários e demais benefícios, na forma pactuada nas cláusulas abaixo, que as convenientes, reciprocamente, aceitam e outorgam.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - DOS BENEFICIARIOS

São beneficiários deste negócio jurídico todos os empregados abrangidos nas representações sindicais, na base territorial do Sindicato dos Empregados e, por extensão, para todo o Estado do Amazonas, por delegação de poderes das entidades hierarquicamente superiores, na conformidade do disposto no art. 611 da CLT, e que trabalham para as Empresas cuja classe econômica é representada pelo Sindicato Convenente.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Esta Convenção Coletiva de Trabalho, está sendo lavrada em 03 (três) vias, extraíndo-se lhes tantas cópias quantas forem necessárias para arquivo e uso dos Convenentes, uma das quais será depositada na Delegacia Regional do Trabalho e Emprego no Amazonas SRTE/AM, para fins de registro, como ordena o Parágrafo Único do artigo 614 da CLT.

E por estarem assim justos e contratados, assinam os Convenentes por seus representantes legais, a presente Convenção Coletiva de Trabalho, assistidos por seus respectivos advogados, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - TABELA DE ENCARGOS SOCIAIS

Visando assegurar a exequibilidade dos contratos, prestados pelas empresas, e concomitante adimplência aos Encargos Sociais e Trabalhistas, fica convencionado que as empresas assistidas por esta CCT, na elaboração de propostas de preços, deverão praticar o percentual mínimo de Encargos Sociais e Trabalhistas de 81,98% (oitenta e um vírgula noventa e oito por cento), para a carga horária de segunda a sexta-feira, 81,86% (oitenta e um vírgula oitenta e seis por cento) para carga horária de segunda a sábado e 82,27% (oitenta e dois vírgula vinte e sete por cento) para carga horária 12x36, conforme abaixo:

GRUPO "A" - CUSTO DOS ENCARGOS SOCIAIS	2ª a 6ª 40 horas	2ª a 6ª 44 horas	2ª a Sábado 44 horas	12 x 36	Fundamentação Legal
INSS	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	Artigo 22 Inciso I Lei 8.212/91
FGTS	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%	Artigo 15 Lei 8036/90 e Art. 7º Inciso III CF/88
SESC	1,50%	1,50%	1,50%	1,50%	Decreto 61.836/67
SENAC	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%	Decreto 61.843/67
SEBRAE	0,60%	0,60%	0,60%	0,60%	Decreto 99.570/90
INCRA	0,20%	0,20%	0,20%	0,20%	Lei 7787 de 30/06/89 e DL 1146/70
SALÁRIO EDUCAÇÃO	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%	Artigo 3º Inciso I Decreto 87.043/82
RISCOS AMBIENTAIS DO TRABALHO	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%	Decreto 6.042/2007 CNAE 8121/00 LEI 10.666/2003
Total do Grupo "A"	36,80%	36,80%	36,80%	36,80%	

GRUPO "B"- CUSTOS E SUBSTITUIÇÕES	2ª a 6ª 40 horas	2ª a 6ª 44 horas	2ª a Sábado 44 horas	12 x 36	FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
FÉRIAS GOZADAS	8,25%	8,25%	8,24%	8,27%	Artigo 142º DL 5.542/42 e Art 7 CF Inc XVII
AUXÍLIO DOENÇA	2,69%	2,69%	2,68%	2,69%	Artigo 18 Lei 8.212/91 e artigo 476 CLT
AFASTAMENTOS MAIS DE 15 DIAS	0,13%	0,13%	0,13%	0,13%	Artigo 18 Lei 8.212/91 e artigo 476 CLT
LICENÇA PATERNIDADE	0,01%	0,01%	0,01%	0,01%	Lei 13.527/2016
ACIDENTE DE TRABALHO	0,01%	0,01%	0,01%	0,01%	Lei 6.367/76 e Artigo 476 da CLT
FALTAS LEGAIS	0,76%	0,76%	0,76%	0,76%	Artigo 473 e 822 da CLT
TREINAMENTO	0,39%	0,39	0,33%	0,54%	IN 05 do MET e Item XXII da CF/88
Total do Grupo "B"	12,24%	12,24%	12,16%	12,41%	
GRUPO "C" - CUSTOS DAS INDENIZAÇÕES	2ª a 6ª 40 horas	2ª a 6ª 44 horas	2ª a Sábado 44 horas	12 x 36	Fundamentação Legal
1/3 CONSTITUCIONAIS DE FÉRIAS	2,75%	2,75%	2,75%	2,76%	Artigo 7, Inciso XVII CF/88
13º SALÁRIO	9,34%	9,34%	9,33%	9,35%	Lei 4090/62 Inciso VIII Art. 7 CF 88
AVISO PRÉVIO TRABALHADO	0,14%	0,14%	0,14%	0,14%	CLT Artigo 488 § Único e Artigo 7 Inciso XXI da CF/88
Total do Grupo "C"	12,23%	12,23%	12,22%	12,25%	
GRUPO "D" - CUSTO DAS RESCISÕES	2ª a 6ª 40 horas	2ª a 6ª 44 horas	2ªa Sábado 44horas	12 x 36	Fundamentação Legal
AVISO PRÉVIO INDENIZADO	3,52%	3,52%	3,52%	3,53%	Artigo 487 CLT e Inciso XXI do Artigo 7º CF/88
COMPLEMENTO AVISO PRÉVIO	0,82%	0,82%	0,82%	0,82%	Lei 12.506 de 13 de outubro de 2011.
REFLEXOS 13º SAL. E FÉRIAS	0,84%	0,84%	0,84%	0,85%	IN SRT 15 de 14 de julho de 2010.
INDENIZAÇÃO COMPENSATÓRIA	4,01%	4,01%	4,01%	4,02%	Artigo 487CLT e Art. 10 Inciso I Disp.Trans.CF/88
INDENIZAÇÃO ADICIONAL	0,52%	0,52%	0,52%	0,52%	Artigo 9º 7.238/84
FÉRIAS INDENIZADAS	0,84%	0,84%	0,84%	0,84%	Artigo 146 e § Único
ADICIONAL DE FÉRIAS INDENIZADAS	0,28%	0,28%	0,28%	0,28%	Artigo 7 item XVII CF/88 - SUMULA 328/TST
Total do Grupo "D"	10,83%	10,83%	10,83%	10,86%	
Grupo "E" - CUSTOS COMPLEMENTARES	2ª a 6ª 40 horas	2ª a 6ª 44 horas	2ª a Sábado 44 horas	12 x 36	Fundamentação Legal
ABONO PECUNIÁRIO	0,26%	0,26%	0,26%	0,26%	Artigo 143 CLT
1/3 CONST. ABONO PECUNIÁRIO	0,09%	0,09%	0,09%	0,09%	Artigo 7 item XVII CF/88 - SUMULA 328/TST
Total do Grupo "E"	0,35%	0,35%	0,35%	0,35%	

GRUPO "F" CUSTO DAS INCIDÊNCIAS	2ª a 6ª 40 horas	2% a 6% 44 horas	2ª a Sábado 44 horas	12 x 36	Fundamentação Legal
FGTS S/ AVISO PRÉVIO INDENIZADO	0,35%	0,35%	0,35%	0,35%	Sumula 305 TST
INCIDÊNCIAS SALÁRIO MATERNIDADE	0,15%	0,15%	0,15%	0,15%	Artigo 58 DA IN 971 Previdência
FGTS 1/12 13º SALÁRIO INDENIZADO	0,03%	0,03%	0,03%	0,03%	IN 99 M.T.E. artigo 8 item XIII
INCIDÊNCIA GRUPO "A" S/ GRUPO "B" + "C"	9,00%	9,00%	8,97%	9,07%	Artigo 28º Lei 8.212/91
Total do Grupo "F"	9,53%	9,53%	9,50%	9,60%	
TOTAL DOS ENCARGOS	81,98%	81,98%	81,86%	82,27%	

}

BENILSON CAVALCANTE HIPOLITO
PRESIDENTE
SINDICATO DOS EMP.EMP.DE ASSEIO E CONS. DO EST.DO AM

LUIZ RODRIGUES COELHO FILHO
PRESIDENTE
SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVACAO DO ESTADO DO AMAZONAS

ANEXOS
ANEXO I - LISTA DE PRESENÇA

[Anexo \(PDF\).](#)

ANEXO II - ATA DE ASSEMBLEIA GERAL

[Anexo \(PDF\).](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério da Economia na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS**

IN 40/2020 - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 13/2024 - DAP/CPRF (11.01.06.01.05)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Manaus-AM, 22 de Março de 2024

ETP_38_2023_ATUALIZADO.pdf

Total de páginas do documento original: 91

(Assinado digitalmente em 22/03/2024 17:56)
ALESSANDRA ALVES DE CARVALHO DOS SANTOS
CHEFE DE DEPARTAMENTO
1872462

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sig.ifam.edu.br/documentos/>
informando seu número: **13**, ano: **2024**, tipo: **IN 40/2020 - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**,
data de Assinatura: **22/03/2024** e o código de verificação: **7c800133c1**

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXXX/2024

ANEXO II- MINUTA DE CONTRATO

MODELO DE TERMO DE CONTRATO

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

SERVIÇOS CONTÍNUOS COM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA – LICITAÇÃO



ÓRGÃO OU ENTIDADE PÚBLICA

(Processo Administrativo nº 23443.016342/2023-32)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/2023, QUE FAZEM
ENTRE SI, POR INTERMÉDIO DO (A) INSTITUTO FEDERAL
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
– CAMPUS PRESIDENTE FIGUEIREDO E

.....

O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS – CAMPUS PRESIDENTE FIGUEIREDO, com sede no(a) Av. Onça Pintada, 1308, Galo da Serra, na cidade de Presidente Figueiredo /Estado Amazonas, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 10.792.928/0007-03, neste ato representado(a) pelo(a) Diretor Geral, o Profº Drº Jackson Pantoja Lima, nomeado(a) pela Portaria nº 1.112, de 22 de junho de 2023, publicada no *DOU* de 23 de junho de 2023, portador da Matrícula Funcional nº, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. .../, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO ([art. 92, I e II](#))

1.1. O objeto do presente instrumento é a Contratação de serviços de empresa especializada na prestação, de serviços de auxiliar de manutenção predial, auxiliar de almoxarifado, piscineiro, operador rural e copeiro; com fornecimento de mão de obra uniformizada, com emprego de material de consumo e equipamentos, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL ANUAL
1	Contratação de Empresa especializada na prestação de serviços de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO PREDIAL.	1627	POSTO	1		
2	Contratação de Empresa especializada na prestação de serviços de OPERADOR RURAL.	24252	POSTO	1		
3	Contratação de Empresa especializada na prestação de serviços de PISCINEIRO.	09962	POSTO	1		
4	Contratação de Empresa especializada na prestação de serviços de COPEIRO.	22861	POSTO	1		
5	Contratação de Empresa especializada na prestação de serviços de AUXILIAR DE ALMOXARIFADO.	14907	POSTO	1		

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **05(cinco) anos** contados do(a) **emissão da ordem de serviço**, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos **artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021**.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;

- e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.
- 2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.
- 2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92. IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

- 5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ (.....), perfazendo o valor total de R\$ (.).
- 5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92. V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes, inclusive quanto à utilização da Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação ou do Pagamento pelo Fato Gerador, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS CONTRATADOS (art. 92, V e X)

- 7.1. Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação do contratado.
- 7.2. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:
 - a. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;
 - b. Para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta.
- 7.3. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.
 - 7.3.1. Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela apostilada.
- 7.4. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos

para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços. (art. 135, § 4º, da Lei n.º 14.133/2021).

7.5. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias. (art. 135, § 5º, da Lei n.º 14.133/2021)

7.6. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

7.7. Na repactuação, o contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade. (art. 135, §§ 1º e 2º, da Lei n.º 14.133/2021)

7.8. Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.

7.8.1. A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

7.9. Quando a repactuação solicitada pelo contratado se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento **IPCA** com base na seguinte fórmula:

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada;

Iº = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento

7.10. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica o contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.11. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.12. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.13. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.

7.14. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, o contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

- 7.15. Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.
- 7.16. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.
- 7.17. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.
- 7.18. O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.
- 7.19. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao contratante ou ao contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.
- 7.20. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.
- 7.21. O contratante decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até **60 (sessenta)**, contado da data do fornecimento, pelo contratado, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados. (art. 92, § 6º, c/c o art. 135, § 6º)
- 7.22. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto o contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo contratante para a comprovação da variação dos custos.
- 7.23. A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.
- 7.24. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.25. O contratado deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.
- 7.26. A majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de revisão do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços do presente Contrato, desde que comprovada pelo contratado a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados.
- 7.27. A revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92. X, XI e XIV)

- 8.1. São obrigações do Contratante:
- 8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto,

quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.9. Não praticar atos de ingerência na administração do contratado, tais como (art. 48 da Lei nº 14.133/2021):

8.9.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

8.9.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo contratado;

8.9.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do contratado;

8.9.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.9.5. demandar a funcionário do contratado a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação;

8.9.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do contratado.

8.10. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.11. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.11.1. A Administração terá o prazo de 30(trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.12. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30(trinta) dias..

8.13. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (§4º, do art. 137, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.14. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso [do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.15. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

- 9.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 9.8. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 9.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- 9.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 9.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 9.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 9.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 9.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 9.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos

em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#));

9.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#));

9.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

9.24. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

9.25. Garantir o acesso do contratante, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

9.26. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

9.27. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

9.28. Disponibilizar ao contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

9.29. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto no Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;

9.30. Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale-transporte;

9.31. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, o contratado deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.

9.32. Autorizar o contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis;

9.33. Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;

9.34. Atender às solicitações do contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

9.35. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

9.36. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o contratado relatar ao contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

9.37. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:

9.38. Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

9.39. Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

9.40. Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

9.41. Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

9.41.1. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional, a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art. 17, XII, art. 30, §1º, II, e do art. 31, II, todos da Lei Complementar nº 123/2006, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 do mesmo diploma legal;

9.41.2. Para efeito de comprovação da comunicação, a contratado deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

- 10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
- 10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
- 10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
- 10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92. XII)

- 11.1. A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, na modalidade Seguro garantia, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total/anual do contrato, limitada ao equivalente a 2 (dois) meses do custo da folha de pagamento dos empregados da contratada que venham a participar da execução dos serviços contratados.
- 11.2. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.
- 11.3. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.
- 11.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 11.5 deste contrato.
- 11.5. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.
- 11.6. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- 11.6.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
 - 11.6.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração ao contratado; e
 - 11.6.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

11.7. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 11.6, observada a legislação que rege a matéria.

11.8. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

11.9. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez.) dias úteis, contados da data em que for notificada.

11.10. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

11.10.1. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais ([art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

11.10.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do [art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022](#).

11.11. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

11.12. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

11.13. A garantia somente será liberada ante a comprovação de que o contratado pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;

11.14. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.

11.15. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao contratado.

11.16. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.

11.17. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92. XIV](#))

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;

- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

iv) Multa:

- (1) Moratória de 01% (hum por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10(dez) dias; COMENTÁRIO: informações inseridas pelo setor requisitante, conforme contratações anteriores
- (2) Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2 % (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
 - a. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- (3) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 10% a 15% do valor do Contrato.
- (4) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 10 % a 15% do valor do Contrato.
- (5) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 05 % a 10 % do valor do Contrato.
- (6) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 02% a 05% do valor do Contrato.
- (7) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 02 % a 05% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **10(dez) dias úteis**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

12.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

12.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92. XIX](#))

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.2.1. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.2.2. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.3.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

13.3.1.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.3.1.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.4.3. Indenizações e multas.

13.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

13.6. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à extinção do contrato por ato unilateral e escrito do contratante e à aplicação das penalidades cabíveis.

13.7. O contratante poderá conceder prazo para que o contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de extinção contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

13.8. Quando da extinção, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pelo contratado das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

13.9. Até que o contratado comprove o disposto no item anterior, o contratante reterá:

13.9.1. a garantia contratual - prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, incluídas as verbas rescisórias -, a qual será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria (art. 121, § 3º, I, e art. 139, III, b, da Lei n.º 14.133/2021); e

13.9.2. os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

13.10. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte do contratado no prazo de 15 (quinze) dias, o contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, deduzindo o respectivo valor do pagamento devido ao contratado (art. 121, §3º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

13.11. O contratante poderá ainda:

13.11.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo contratado, reter a garantia prestada a ser executada (art. 139, III, “c”, da Lei n.º 14.133/2021), conforme legislação que rege a matéria; e

13.11.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do contratado decorrentes do contrato.

13.12. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

15.1.1. Gestão/Unidade: 158562

15.1.2. Fonte de Recursos: 1000000000

15.1.3. Programa de Trabalho: 170981

15.1.4. Elemento de Despesa: 339037

15.1.5. Plano Interno: L20RLP0112N

15.1.6. Nota de Empenho:

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção [ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#), e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO ([art. 92, §1º](#))

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em, Seção Judiciária depara dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

ANEXO III

MODELO DE AUTORIZAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DA GARANTIA E DE PAGAMENTO DIRETO
(conforme estabelecido na alínea "d" do item 1.2 do Anexo VII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017)

AUTORIZAÇÃO COMPLEMENTAR AO CONTRATO Nº XXXX

no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, o Sr. _____ (identificação do licitante), inscrita
_____ (nome do representante), portador da Cédula de Identidade RG nº _____ e do CPF nº _____, **AUTORIZA** o(a) **(Nome do Órgão ou Entidade promotora da licitação)**, para os fins do Anexo VII-B da Instrução Normativa nº 05, de 26/05/2017, da Secretaria de Gestão e dos dispositivos correspondentes do Edital do Pregão n. XXX/20XX:

1) que sejam descontados da fatura e pagos diretamente aos trabalhadores alocados a qualquer tempo na execução do contrato acima mencionado os valores relativos aos salários e demais verbas trabalhistas, previdenciárias e fundiárias devidas, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da CONTRATADA, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

2) que sejam provisionados valores para o pagamento dos trabalhadores alocados na execução do contrato e depositados em conta corrente vinculada, bloqueada para movimentação, e aberta em nome da empresa **(indicar o nome da empresa)** junto a instituição bancária oficial, cuja movimentação dependerá de autorização prévia da(o) **(Nome do Órgão ou Entidade promotora da licitação)**, que também terá permanente autorização para acessar e conhecer os respectivos saldos e extratos, independentemente de qualquer intervenção da titular da conta.

3) que a CONTRATANTE utilize o valor da garantia prestada para realizar o pagamento direto das verbas rescisórias aos trabalhadores alocados na execução do contrato, caso a CONTRATADA não efetue tais pagamentos até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual.

..... de..... de 20.....

(assinatura do representante legal do licitante)

ANEXO IV
MODELO DE TERMO DE VISTORIA

Ao
Instituto Federal do Amazonas – Campus Presidente Figueiredo
Pregoeiro (a) XXXXXXXX
Pregão Eletrônico Nº XX/20XX

A empresa (Razão Social da Licitante), CNPJ nº _____, sediada na Rua _____, nº _____, (Bairro/Cidade), através de seu Diretor ou Representante Legal, (Nome/CI/CPF), em atendimento ao Termo de Referência do Edital da licitação em epígrafe, DECLARA que conhece as condições do local em que os serviços serão executados e que tem conhecimento de todas as informações necessárias à elaboração da proposta de preços. Por ser expressão de verdade, firmamos a presente.

Presidente Figueiredo/AM, ____ de _____ de 20____.

(Assinatura do representante legal do licitante)

Observações: 1. Esta declaração deverá ser emitida em papel que identifique a empresa.

ANEXO V**TERMO DE CONCILIAÇÃO JUDICIAL FIRMADO ENTRE O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO E A UNIÃO**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, neste ato representado pelo Procurador-Geral do Trabalho, Dr. Guilherme Mastrichi Basso, pela Vice-Procuradora-Geral do Trabalho, Dra. Guiomar Rechia Gomes, pelo Procurador-Chefe da PRT da 10ª. Região, Dr. Brasilino Santos Ramos e pelo Procurador do Trabalho Dr. Fábio Leal Cardoso, e a **UNIÃO**, neste ato representada pelo Procurador-Geral da União, Dr. Moacir Antonio da Silva Machado, pela Sub Procuradora Regional da União - 1ª. Região, Dra. Helia Maria de Oliveira Bettero e pelo Advogado da União, Dr. Mário Luiz Guerreiro;

CONSIDERANDO que toda relação jurídica de trabalho cuja prestação laboral não eventual seja ofertada pessoalmente pelo obreiro, em estado de subordinação e mediante contraprestação pecuniária, será regida obrigatoriamente pela Consolidação das Leis do Trabalho ou por estatuto próprio, quando se tratar de relação de trabalho de natureza estatutária, com a Administração Pública;

CONSIDERANDO que a legislação consolidada em seu art. 9º, comina de nulidade absoluta todos os atos praticados com o intuito de desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação da lei trabalhista;

CONSIDERANDO que as sociedades cooperativas, segundo a Lei no. 5.764, de 16.12.1971, art. 4º, "(...) são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados".

CONSIDERANDO que as cooperativas podem prestar serviços a não associados somente em caráter excepcional e desde que tal faculdade atenda aos objetivos sociais previstos na sua norma estatutária, (art. 86, da Lei no. 5.764, de 16.12.1971), aspecto legal que revela a patente impossibilidade jurídica das cooperativas funcionarem como agências de locação de mão de obra terceirizada;

CONSIDERANDO que a administração pública está inexoravelmente jungida ao princípio da legalidade, e que a prática do merchandage é vedada pelo art. 3º, da CLT e repelida pela jurisprudência sumulada do C. TST (En.331);

CONSIDERANDO que os trabalhadores aliciados por cooperativas de mão de obra, que prestam serviços de natureza subordinada à **UNIÃO** embora laborem em situação fática idêntica a dos empregados das empresas prestadoras de serviços terceirizáveis, encontram-se à margem de qualquer proteção jurídico-laboral, sendo lhes sonegada a incidência de normas protetivas do trabalho, especialmente àquelas destinadas a tutelar a segurança e higidez do trabalho subordinado, o que afronta o princípio da isonomia, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho (arts. 5º, caput e 1º, III e IV da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que num processo de terceirização o tomador dos serviços (no caso a administração pública) tem responsabilidade sucessiva por eventuais débitos trabalhistas do fornecedor de mão de obra, nos termos do Enunciado 331, do TST, o que poderia gerar graves prejuízos financeiros ao erário, na

hipótese de se apurar a presença dos requisitos do art. 3º., da CLT na atividade de intermediação de mão de obra patrocinada por falsas cooperativas;

CONSIDERANDO o teor da Recomendação Para a Promoção das Cooperativas aprovada na 90ª. sessão, da OIT – Organização Internacional do Trabalho, em junho de 2002, dispondo que os Estados devem implementar políticas no sentido de:

10

“8.1.b Garantir que as cooperativas não sejam criadas para, ou direcionadas a, o não cumprimento das leis do trabalho ou usadas para estabelecer relações de emprego disfarçados, e combater pseudocooperativas que violam os direitos dos trabalhadores velando para que a lei trabalhista seja aplicada em todas as empresas.”

RESOLVEM

Celebrar CONCILIAÇÃO nos autos do Processo 01082-2002-020-10-00-0, em tramitação perante a MM. Vigésima Vara do Trabalho de Brasília-DF, mediante os seguintes termos:

Cláusula Primeira - A UNIÃO abster-se-á de contratar trabalhadores, por meio de cooperativas de mão de obra, para a prestação de serviços ligados às suas atividades-fim ou meio, quando o labor, por sua própria natureza, demandar execução em estado de subordinação, quer em relação ao tomador, ou em relação ao fornecedor dos serviços, constituindo elemento essencial ao desenvolvimento e à prestação dos serviços terceirizados, sendo eles:

- a) – Serviços de limpeza;
- b) – Serviços de conservação;
- c) – Serviços de segurança, de vigilância e de portaria;
- d) – Serviços de recepção;
- e) – Serviços de copeiragem;
- f) – Serviços de reprografia;
- g) – Serviços de telefonia;
- h) – Serviços de manutenção de prédios, de equipamentos, de veículos e de instalações;
- i) – Serviços de secretariado e secretariado executivo;
- j) – Serviços de auxiliar de escritório;
- k) – Serviços de auxiliar administrativo;
- l) – Serviços de office boy (contínuo);
- m) – Serviços de digitação;
- n) – Serviços de assessoria de imprensa e de relações públicas;
- o) – Serviços de motorista, no caso de os veículos serem fornecidos pelo próprio órgão licitante;
- p) – Serviços de ascensorista;
- q) – Serviços de enfermagem; e
- r) – Serviços de agentes comunitários de saúde.

Parágrafo Primeiro – O disposto nesta Cláusula não autoriza outras formas de terceirização sem previsão legal.

Parágrafo segundo – As partes podem, a qualquer momento, mediante comunicação e acordos prévios,

ampliar o rol de serviços elencados no caput.

Cláusula Segunda - Considera-se cooperativa de mão de obra, aquela associação cuja atividade precípua seja a mera intermediação individual de trabalhadores de uma ou várias profissões (inexistindo assim vínculo de solidariedade entre seus associados), que não detenham qualquer meio de produção, e cujos serviços sejam prestados a terceiros, de forma individual (e não coletiva), pelos seus associados.

Cláusula Terceira - A UNIÃO obriga-se a estabelecer regras claras nos editais de licitação, a fim de esclarecer a natureza dos serviços licitados, determinando, por conseguinte, se os mesmos podem ser prestados por empresas prestadoras de serviços (trabalhadores subordinados), cooperativas de trabalho, trabalhadores autônomos, avulsos ou eventuais;

Parágrafo Primeiro - É lícita a contratação de genuínas sociedades cooperativas desde que os serviços licitados não estejam incluídos no rol inserido nas alíneas “a” a “r” da Cláusula Primeira e sejam prestados em caráter coletivo e com absoluta autonomia dos cooperados, seja em relação às cooperativas, seja em relação ao tomador dos serviços, devendo ser juntada, na fase de habilitação, listagem contendo o nome de todos os associados.

Esclarecem as partes que somente os serviços podem ser terceirizados, restando absolutamente vedado o fornecimento (intermediação de mão de obra) de trabalhadores a órgãos públicos por cooperativas de qualquer natureza.

Parágrafo segundo – Os editais de licitação que se destinem a contratar os serviços disciplinados pela Cláusula Primeira deverão fazer expressa menção ao presente termo de conciliação e sua homologação, se possível transcrevendo-os na íntegra ou fazendo parte integrante desses editais, como anexo.

Parágrafo Terceiro - Para a prestação de serviços em sua forma subordinada, a licitante vencedora do certame deverá comprovar a condição de empregadora dos prestadores de serviços para as quais se objetiva a contratação, constituindo-se esse requisito, condição obrigatória à assinatura do respectivo contrato.

DAS SANÇÕES PELO DESCUMPRIMENTO

Cláusula quarta – A UNIÃO obriga-se ao pagamento de multa (astreinte) correspondente a R\$1.000,00 (um mil reais) por trabalhador que esteja em desacordo com as condições estabelecidas no presente Termo de Conciliação, sendo a mesma reversível ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Parágrafo Primeiro – O servidor público que, em nome da Administração, firmar o contrato de prestação de serviços nas atividades relacionadas nas alíneas “a” a “r” da Cláusula Primeira, será responsável solidário por qualquer contratação irregular, respondendo pela multa prevista no caput, sem prejuízo das demais cominações legais.

Parágrafo segundo – Em caso de notícia de descumprimento dos termos firmados neste ajuste, a UNIÃO, depois de intimada, terá prazo de 20 (vinte) dias para apresentar sua justificativa perante o Ministério Público do Trabalho.

DA EXTENSÃO DO AJUSTE À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA

Cláusula Quinta – A UNIÃO se compromete a recomendar o estabelecimento das mesmas diretrizes ora pactuadas em relação às autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista, a fim de vincular todos os órgãos integrantes da administração pública indireta ao cumprimento do

presente termo de conciliação, sendo que em relação às empresas públicas e sociedades de economia mista deverá ser dado conhecimento ao Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – DEST, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ou órgão equivalente, para que discipline a matéria no âmbito de sua competência.

DA HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL DO AJUSTE

Cláusula Sexta - As partes submetem os termos da presente conciliação à homologação do Juízo da MM. Vigésima Vara do Trabalho, para que o ajuste gere os seus efeitos jurídicos.

Cláusula Sétima - Os termos da presente avença gerarão seus efeitos jurídicos a partir da data de sua homologação judicial.

Parágrafo único - Os contratos em vigor entre a UNIÃO e as Cooperativas, que contrariem o presente acordo, não serão renovados ou prorrogados.

Cláusula Oitava - A presente conciliação extingue o processo com exame do mérito apenas em relação à UNIÃO, prosseguindo o feito quanto aos demais réus. Dito isto, por estarem às partes ajustadas e compromissadas, firmam a presente conciliação em cinco vias, a qual terá eficácia de título judicial, nos termos dos artigos 831, parágrafo único, e 876, caput, da CLT.

Brasília, 05 de junho de 2003.

GUILHERME MASTRICHI BASSO GUIOMAR RECHIA GOMES
Procurador-Geral do Trabalho Vice-Procuradora-Geral do Trabalho

BRASILINO SANTOS RAMOS FÁBIO LEAL CARDOSO
Procurador-Chefe/PRT 10ª. Região Procurador do Trabalho

MOACIR ANTONIO DA SILVA MACHADO
Procurador-Geral da União

HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO MÁRIO LUIZ GUERREIRO Sub-Procuradora-Regional da União–
1ª. Região
Advogado da União

Testemunhas:

GRIJALBO FERNANDES COUTINHO
Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA

PAULO SÉRGIO DOMINGUES
Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil – AJUFE

REGINA BUTRUS
Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT

ANEXO VI

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

1. Tendo em vista as peculiaridades da contratação ora proposta, faz-se essenciais os seguintes esclarecimentos referentes às planilhas estimativas, os quais deverão ser observados pelas licitantes quando da elaboração de suas propostas de preços:
2. As licitantes deverão apresentar as Planilhas de Custos e Formação de Preços, observando as Convenções Coletivas de Trabalho apontadas no item 7.4.3.2.1 do edital.
3. Na hipótese de eventual repactuação do contrato, somente serão considerados os itens previstos nas respectivas planilhas.
4. Caso a licitante utilize instrumento coletivo distinto do adotado neste Edital, deverá indicar em sua proposta a convenção coletiva de trabalho ou a norma coletiva a que esteja obrigada.
5. Os salários a serem pagos serão aqueles apresentados na proposta da licitante vencedora.
6. Ainda que, em acordo ou convenção coletiva da categoria, haja previsão de reajuste escalonado de salários, a CONTRATADA aplicará aos salários dos empregados que prestam serviços ao IFAM/CPRF os mesmos índices concedidos na repactuação contratual, independentemente da data de admissão do empregado nos quadros da CONTRATADA.
7. As planilhas deverão ser individualizadas por tipo de posto/serviço.
8. Na planilha de custos e formação de preços ainda deverá constar a memória de cálculo efetuada pela CONTRATADA.
9. Caso a proposta da licitante apresente salário inferior ao piso salarial estabelecido no Edital, o Pregoeiro fixará prazo para ajuste da proposta.
10. O não atendimento à solicitação do Pregoeiro no prazo fixado ou a recusa em fazê-lo implica a desclassificação da proposta.
11. O ajuste da proposta não poderá implicar aumento do seu valor global.
12. Também será desclassificada a proposta que, após as diligências, não corrigir ou justificar eventuais falhas apontadas pelo pregoeiro.

A proposta deverá obrigatoriamente vir nos moldes desta planilha:

MANUTENÇÃO PREDIAL

RAZÃO SOCIAL:
ENDEREÇO:
UF:CEP:
TELEFONE:
E-MAIL:
DIA / / às : horas

ITEM/GRUPO	DESCRIÇÃO COMPLETA	QUANTIDADE/ MESES	PREÇOS UNITÁRIOS	PREÇOS MENSAIS	PREÇOS GLOBAIS

CUSTOS DECORRENTES DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

INDICAÇÃO DOS SINDICATOS, ACORDOS, CONVENÇÕES OU DISSÍDIOS COLETIVOS DE TRABALHO

QUANTIDADE DE PESSOAL

OUTRAS INFORMAÇÕES IMPORTANTES

DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA	TR Nº
POSTO	QUANTIDADE DE POSTO
Licitação nº	
PARÂMETROS CONVENÇÃO COLETIVA CCT AM 563/2023	DADOS
Município	PRESIDENTE FIGUEREDO
Serviço	
Categoria Profissional	
Ano acordo, Convenção ou sentença normativa em dissídio coletivo	
Data base da categoria	
Tipo de trabalhador	44 horas semanais
Dias de trabalho	26
Carga Horária Mensal	220H
Salário Base CCT	
Hora Extra (normal)	50%
Hora Extra (acréscimo)	60%
Hora Extra (domingos e feriados)	100%
Percentual de Periculosidade	
Percentual de Insalubridade	
Vale Transporte	
Desconto Vale Transporte	6%
Vale Alimentação	
Desconto Vale Alimentação	20%
Assistência médica e familiar	
Cesta Básica	
Desconto Cesta Básica	
Qtde de Vale Transporte por Dia	2

Qtde de Vale Alimentação Dia	1
------------------------------	---

Plano Odontológico

Desconto Plano Odontológico	
-----------------------------	--

Plano de Saúde

Desconto do Plano de Saúde	R\$ -
----------------------------	----------

PARÂMETROS PARA TRIBUTAÇÃO E ENCARGOS	Percentuais de Aplicação
Total de encargos	33,80%
INSS - empregador	20,00%
Salário-Educação	2,50%
SAT-GIL/RAT	
SESC	1,50%
SENAC	1,00%
SEBRAE	0,60%
INCRA	0,20%
FGTS	8,00%
Total de tributos e custo	8,65%
Custos Indiretos	
Lucro	
Tributos	8,65%
PIS	0,65%
COFINS	3,00%
ISS	5,00%
Enquadramento Tributário	

RESUMO DO VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS - PRESIDENTE FIGUEREDO						
Tipo de Serviço (A)		Valor propostos por empregado (B)	Qtde. de Empregados por posto (C)	Valor Proposto por posto (D) = (B x C)	Qtde. de Postos (E)	Valor Total do Serviço (F) = (D x E)
I		R\$ -	0	R\$ -	0	R\$ -
	Valor Mensal					R\$ -

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA - PRESIDENTE FIGUEREDO

	DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
A.1	Valor mensal	R\$ -
B.1	Valor Anual	R\$ -
C	Valor global da proposta	R\$ -

Nº do Processo:	
Licitação Nº:	0

	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)	
A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	
B	Município/UF	
C	Ano do Acordo, Conveção ou Dissídio Coletivo:	
D	Número de meses de execução contratual	

	IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO	
Tipo de serviço	Unidade de Medida	Quant. Total a contratar
	POSTO DE TRABALHO	1

Módulo 1 - Composição da Remuneração

1	Composição da remuneração	Valor (R\$)
A	Salário - Base	R\$ -
B	Adicional de Periculosidade	0
C	Adicional de Insalubridade	0
D	Adicional Noturno	0
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida	0
F	Outros (especificar)	0
Total		R\$ -

Módulo 2- Encargos e benefícios Anuais, Mensais e Diários

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário	R\$ -
B	Férias	R\$ -
C	Adicional de Férias	R\$ -

Total	R\$
	-

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Valor (R\$)
A	INSS	R\$ -
B	Salário Educação	R\$ -
C	SAT	R\$ -
D	SESC ou Sesi	R\$ -
E	SENAI - SENAC	R\$ -
F	SEBRAE	R\$ -
G	INCRA	R\$ -
H	FGTS	R\$ -
Total		R\$ -

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte	R\$ -
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	R\$ -
C	Assistência Médica e Familiar	R\$ -
D	Plano Odontológico	R\$ -
E	Seguro de Vida	R\$ -
F	Bonus Assiduidade	R\$ -
G	Outros (cesta básica)	R\$ -
Total		R\$ -

Quadro- resumo do módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$ -
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$ -
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ -

Total	R\$
	-

Módulo 3 - Provisão para Rescisão

3	Provisão para Rescisão	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	R\$ -
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	R\$ -
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado	R\$ -
D	Aviso Prévio Trabalhado	R\$ -
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	R\$ -
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado	R\$ -
Total		R\$ -

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais

4.1	Substituto nas Ausências Legais	Valor (R\$)
A	Substituto na Cobertura de Férias	R\$ -
B	Substituto na Cobertura de Ausência Legais	R\$ -
C	Substituto na Cobertura de Licença Paternidade	R\$ -
D	Substituto na Cobertura de Ausência por acidente de trabalho	R\$ -
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	R\$ -
F	Substituto na cobertura de outras ausências (especificar)	R\$ -
Total		R\$ -

Submódulo 4.2 - Substituto na Intra jornada

4.2	Substituto na Intra jornada	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de intervalo para repouso ou alimentação	R\$ -
Total		R\$ -

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Valor (R\$)
----------	---	--------------------

4.1	Substituto nas Ausências legais	R\$ -
4.2	Substituto na Intrajornada	R\$ -
Total		R\$ -

Módulo 5 - Insumos Diversos

5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	R\$ -
B	Materiais	R\$ -
C	Equipamentos	R\$ -
D	Outros (especificar)	R\$ -
Total		R\$ -

Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	R\$ -
B	Lucro	R\$ -
C	Tributos	R\$ -
	C.1 PIS	R\$ -
	C.2 COFINS	R\$ -
	C.3 ISS	R\$ -
Total		R\$ -

2. Quadro-resumo do custo por empregado

	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ -
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ -
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$ -
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ -
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$ -
Subtotal (A + B + C + D + E)		R\$ -

	Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$ -
	Valor Total por Empregado	R\$ -
	Valor Total por Empregado Arredondado	R\$ -

RESUMO DO VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS - PRESIDENTE FIGUEREDO						
Tipo de Serviço (A)		Valor propostos por empregado (B)	Qtde. de Empregados por posto (C)	Valor Proposto por posto (D) = (B x C)	Qtde. de Postos (E)	Valor Total do Serviço (F) = (D x E)
I	MANUTENÇÃO PREDIAL	R\$ -	0	R\$ -	0	R\$ -

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA - PRESIDENTE FIGUEREDO		
	DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
A	Valor mensal consolidado do serviço	R\$ -
C	Valor global da proposta	R\$ -

MÓDULO 1 - REMUNERAÇÃO						
Categoria	Salário base	Adc. de Periculosidade	Adc. De Insalubridade	Adc. Noturno	Adc. De Hora Not. Reduzida	TOTAL
	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
	-	-	-	-	-	-

Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, mensais e Diários

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) salário, Férias e Adicional de Férias

13º (décimo terceiro) salário e Férias				
Categoria	Item	Base de cálculo	Percentual	Total
0	13º (décimo terceiro) salário	R\$ -	8,33%	R\$ -
	Férias	R\$ -	9,09%	R\$ -

Adicional de Férias					
Categoria	Item	Base de cálculo	Percentual	Alíq. Adicional	Total
0	Ad. De Férias	R\$ -	9,09%	33,33%	R\$ -

Base de cálculo: Remuneração devida ao motorista (ver o módulo 1)

Férias: Como a planilha é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos)(Fonte: IN 05/2017, Anexo VII-D, submódulo 2.1, nota 2)

Adicional de Férias: O valor do adicional contido no submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) (Fonte: IN 05/2017, Anexo VII-D, submódulo 2.1, nota 2)

1.2. No caso da Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação, os órgãos e entidades deverão adotar: a) provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º (décimo terceiro) salário e verbas rescisórias aos trabalhadores da contratada, que serão depositados pela Administração em Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação, conforme Anexos XII e XII-A;” (grifamos).

TOTAL DO SUBMÓDULO 2.1

Categoria	13º salário	Férias	Adic. De Férias	Total
0	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -

SUBMÓDULO 2.2 - GPS, FGTS E OUTRAS CONTRIBUIÇÕES

Categoria	Item	Percentual	Base de cálculo	Valor
0	INSS	20,00%	R\$ -	R\$ -
	Salário educação	2,50%	R\$ -	R\$ -
	SAT	0,00%	R\$ -	R\$ -
	SESC ou SESI	1,50%	R\$ -	R\$ -
	SENAI - SENAC	1,00%	R\$ -	R\$ -
	SEBRAE	0,60%	R\$ -	R\$ -
	INCRA	0,20%	R\$ -	R\$ -
	FGTS	8,00%	R\$ -	R\$ -
Total		33,80%	R\$ -	R\$ -

MANUTENÇÃO PREDIAL

Item	Base cálculo	Percentuais (%)	Valor
GPS	R\$ -	25,80%	R\$ -
FGTS	R\$ -	8,00%	R\$ -

R\$
-

SAT: A depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para riscos leve, de 2%, para risco médio, e de 3% de risco grave (Fonte: IN 05/2017, Anexo VII-D, submódulo 2.2, nota 2)

SAT(2): Ver decreto 6957/2009 anexo V

Base de cálculo: Percentuais incidem sobre o Módulo 1 + Submódulo 2.1 (Fonte: IN 05/2017, Anexo VII-D, submódulo 2.2, nota 3)

Submódulo 2.3 Benefícios mensais e diários

VALE TRANSPORTE E AUXÍLIO REFEIÇÃO									
Categoria	Item	Qtd. De dias trabalhados por mês	Qtd. vale por dia	Qtd. Vale por mês	Valor unitário do vale	Custo total	Base de cálculo	Desconto (%)	Custo do Empregador
0	Vale Transporte	26	2	52	R\$ -	R\$ -	R\$ -	6%	R\$ -
	Auxílio refeição	22	1	22	R\$ -	R\$ -	R\$ -	20%	R\$ -

Segundo norma do PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador), o desconto do vale alimentação não é obrigatório, desta forma, a empresa pode escolher não realizá-lo. No caso de organizações que optem pelo desconto, o montante pode chegar até 20% do valor pago pelo benefício.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO VALE ALIMENTAÇÃO - As empresas, além do piso previsto nesta Convenção Coletiva, fornecerão aos seus empregados um cartão plástico magnético para aquisição de refeições diárias, tipo cartão Refeição ou similar, no valor mínimo de R\$ 19,00 (dezenove reais) por dia, sendo o desconto feito **de acordo com a Lei**.

Vale transporte: O empregador participará dos gastos de deslocamento do trabalhador com a ajuda que exceder a 6% (seis por cento) de seu salário básico (Fonte: Lei nº 7.418/1985, Art. 4º parágrafo único)

Vale refeição: A habitação e a alimentação fornecidas como salário utilidade deverão atender aos fins que se destinam e não poderão exceder , respectivamente, a 25% (vinte e cinco por cento) e 20% (vinte por cento) do salário contratual. (Fonte: CLT,Art. 458 parágrafo 3º)

ASSISTÊNCIA MÉDICA E FAMILIAR, PLANO DE SAÚDE E SEGURO DE VIDA				
Categoria	Item	Valor do benefício	Desconto	Valor
0	Assistência médica e familiar	R\$ -	R\$ -	R\$ -
	Plano Odontológico	R\$ -	R\$ -	R\$ -
	Seguro de Vida	R\$ -	R\$ -	R\$ -
	Plano de Saude	R\$ -	R\$ -	R\$ -
	Outros (cesta básica)	R\$ -	R\$ -	R\$ -

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - As empresas fornecerão, sem ônus para o trabalhador, mensalmente, inclusive quando estiver no gozo de férias, a todos os empregados ASSOCIADOS AO SINDICARGAS, INDEPENDENTEMENTE DA JORNADA DE TRABALHO, UMA CESTA BÁSICA, através de cartão ou in natura, no valor mínimo de R\$ 170,00 (cento e setenta reais), que lhes sendo facultado descontar em folha de pagamento dos empregados o valor máximo de R\$ 1,00 (um real) como forma indenizatória do benefício concedido.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - Para a constituição dos fundos necessários a manutenção dos benefícios previstos nesta cláusula, fica convencionado que as empresas participarão com o valor de R\$ 15,00 (quinze reais) por empregado, conforme o disposto no parágrafo primeiro, acima, por empregado, que será devidamente recolhido mediante depósito bancário identificado ou através de guias próprias emitidas pelo SEAC-AM.

TOTAL SUBMÓDULO 2.3								
Categoria	Vale transporte	Auxílio refeição	Assist. médica e familiar	Plano Odontológico	Plano de Saúde	Outros (Cesta Básica)	Bonus Assiduidade	Total
0	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -

TOTAL MÓDULO 2		
Categoria	Submódulos	Valor
0	13º (décimo terceiro) salário, Férias e Adicional de Férias	R\$ -
	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$ -
	Benefícios Mensais e Diários	R\$ -
TOTAL		R\$ -

MÓDULO 3 - RESCISÃO - MOTORISTA "D"					
Item	Base de cálculo	Percentual	Referência	% do item	Valor
Aviso Prévio Indenizado (API)	R\$ -	5,50%	8,33%	0,46%	R\$ -
Incidência do FGTS sobre o API	R\$ -	0,46%	8,00%	0,04%	R\$ -
Multa do FGTS e contribuição social (CS) sobre o API	R\$ -	3,20%	25,00%	0,80%	R\$ -
Aviso Prévio Trabalhado (APT) (Final de Contrato)	R\$ -	22,05%	12	1,84%	R\$ -

Incidência de GPS, FGTS e contribuição social (CS) sobre o APT	R\$ -	1,84%	33,80%	0,62%	R\$ -
Multa do FGTS e contribuição social (CS) sobre o APT	R\$ -	3,20%	100,00%	3,20%	R\$ -
TOTAL					R\$ -

Base de cálculo do API : Módulo 1 + Módulo 2 - GPS

Base de cálculo Incidência do FGTS sobre API: Módulo 1 + Módulo 2.1

Base de cálculo Multa FGTS sobre API: Módulo 1 + Módulo 2.1

Base de cálculo do APT: Módulo 1 + Módulo 2

Base de cálculo Incidência do FGTS sobre APT: Módulo 1 + Módulo 2.1

Base de cálculo Multa FGTS sobre APT: Módulo 1 + Módulo 2.1

Art. 18, § 1º, Lei 8.036/90 e Lei Complementar 110/01 (Percentual de 4% elencado no Anexo XII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25.5.2017, para multa sobre FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio indenizado e sobre o aviso prévio trabalhado). Haja vista que o percentual previsto para retenção em conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação da multa sobre FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio indenizado e sobre o aviso prévio trabalhado é de 4% e que o percentual adotado para multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso PrévioTrabalhado foi de 3,2%, adotou-se a diferença, ou seja, 0,80%, para o item multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado.

De acordo com o entendimento do TCU no Acórdão nº 1.186/2017 - Plenário, a Administração " deve estabelecer na minuta do contrato que a parcela mensal a título de aviso prévio trabalhado será no percentual máximo de 1,94% no primeiro ano, e, em caso de prorrogação do contrato, o percentual máximo dessa parcela será de 0,194% a cada ano de prorrogação, a ser incluído por ocasião da formulação do aditivo da prorrogação do contrato, conforme a Lei 12.506/2011" (Enunciado do Boletim de Jurisprudência nº 176/2017). A título informativo, deve-se atentar para as orientações da Nota Técnica nº 652/2017 - MP, que trata justamente sobre o cálculo das eventuais deduções a serem feitas a cada ano de execução contratual;

Módulo 4 - Custo de Reposição do profissional ausente
Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais

MANUTENÇÃO PREDIAL							
Item	Base de cálculo	nº dias	Proporção mensal	Proporção anual	Estimativa	% item	Valor
Substituto na cobertura de férias	R\$ -	30	100,00%	11,11%	8,33%	0,93%	R\$ -
Substituto na Cobertura de Ausência legais	R\$ -	2	6,67%	0,56%	100,00%	0,56%	R\$ -
Substituto na Cobertura Licença Paternidade	R\$ -	5	16,67%	1,39%	2,00%	0,03%	R\$ -
Substituto na Cobertura de Ausência por acidente de trabalho	R\$ -	15	50,00%	4,17%	8,00%	0,33%	R\$ -
Substituto na cobertura de afastamento maternidade	R\$ -	180	600%	50,00%	0,30%	0,15%	R\$ -
Substituto na cobertura de outras ausências (afastamento por doença)	R\$ -	5	16,67%	1,39%	100,00%	1,39%	R\$ -
TOTAL						3,38%	R\$ -

Base de cálculo: Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3 (SEGES)

Substituto ausências legais: O IBGE estima que cada empregado, a título de ausências, falta 2 (dois) dias

por ano.

Substituição licença paternidade: Estima-se que 2 % (dois por cento) dos trabalhadores requerem a licença paternidade, segundo o IBGE.

Substituição por acidente de trabalho: 8% (oito por cento)dos trabalhadores, de acordo com o IBGE, se afastam do serviço.

Substituto cobertura afastamento maternidade: 0,3% (três décimos de por cento)
solicitam auxílio maternidade

Submódulo 4.2 - Substituto na intrajornada			
Categoria	Base de cálculo	Percentual	Valor
MANUTENÇÃO PREDIAL	R\$ -	0%	R\$ -

TOTAL MÓDULO 4		
Categoria	Submódulos	Valor (R\$)
MANUTENÇÃO PREDIAL	Subst. Ausências legais	R\$ -
	Subst. Intrajornada	R\$ -
	TOTAL	R\$ -

MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS					
Categoria	Uniformes	Materiais	Equipamentos	Outros	Total
MANUTENÇÃO PREDIAL	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -

MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, LUCRO E TRIBUTOS			
MANUTENÇÃO PREDIAL			
Item	base de cálculo	percentual	Valor
Custos indiretos	R\$ -	0,00%	R\$ -
Lucro	R\$ -	0,00%	R\$ -
Tributos	R\$ -	8,65%	R\$ -
PIS	R\$ -	0,65%	R\$ -
COFINS	R\$ -	3,00%	R\$ -
ISS	R\$ -	5,00%	R\$ -

Base de cálculo Custos Indiretos: Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3 + Módulo 4 + Módulo 5

Base de cálculo Lucro: Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3 + Módulo 4 + Módulo 5 + custos indiretos

Base de cálculo para tributos: Valores referente a tributos é obtida aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento (Fonte: IN 05/2017, anexo VII-D, Módulo 6, nota 2)

Base de cálculo para tributos(2): Para encontrar a base de cálculo do item "tributos", utilizamos a seguinte fórmula: =(módulo 1 + módulo 2 + módulo 3 + módulo 4 + módulo 5 + custos indiretos + lucro)/(1-%PIS-%COFINS-%ISS)

CUSTO POR EMPREGADO		
MANUTENÇÃO PREDIAL		
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ -
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ -
C	Módulo 3 - Provisão para rescisão	R\$ -
D	Módulo 4 - Custo reposição profissional ausente	R\$ -
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$ -
	Subtotal (A+ B + C + D + E)	R\$ -
F	Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$ -
TOTAL		R\$ -

UNIFORMES - Manutenção Predial							
Item	Descrição do Item	Quantidade Anual	medida	Valor unitário	Custo anual	Tempo de duração	Custo Mensal
1	Calça comprida (jeans cor escura)	4	und		R\$ -	12	R\$ -
2	Camisa manga longa, malha fria, com gola esporte e emblema da empresa pintado ou bordado.	8	und	R\$ -	R\$ -	12	R\$ -
3	Meia em algodão, tipo soquete.	8	par	R\$ -	R\$ -	12	R\$ -
4	Bota PVC cano curto	2	par	R\$ -	R\$ -	12	R\$ -
5	Crachá em PVC	1	und	R\$ -	R\$ -	12	R\$ -
					R\$ -		R\$ -

MATERIAL - Manutenção Predial							
Item	Descrição do Item	Quantidade Anual	medida	Valor unitário	Custo anual	Tempo de duração	Custo Mensal
1	Corda de fibra sintéticade 12.0mm. Cabo para uso específico em cadeiras suspensas e cabo-guia de segurança para fixação de trava- quedas. Tamanho: 50m.	2	und		R\$ -	12	R\$ -

2	Cinturão de segurança modelo paraquedista em 'Y' com 2 pontos de conexão e totalmente ajustável;	1	und	R\$	-	R\$	-	12	R\$	-
3	Trava quedas.	1	und	R\$	-	R\$	-	12	R\$	-
4	Extensão elétrica de 50 m de cabo pp flexível 4mm	1	und	R\$	-	R\$	-	12	R\$	-
5	Óculos de proteção escuro	1	und	R\$	-	R\$	-	12	R\$	-
6	ALICATE UNIVERSAL 8" POL ELETRICISTA C/PRENSA TERMINAIS BELZER	1	und	R\$	-	R\$	-	12	R\$	-
7	kit chave de fenda Philips	1	kit	R\$	-	R\$	-	12	R\$	-
8	jogo de chave allen	1	jogo	R\$	-	R\$	-	12	R\$	-
						R\$	-		R\$	-

EQUIPAMENTO - Manutenção Predial							
Item	Descrição do Item	Quantidade	medida	Valor unitário	Custo anual	Tempo de duração	Custo Mensal
1	Escada extensiva de alumínio, com 13 degraus; com sapata antiderrapante para eletricista;	1	und			60	R\$ -
2	Escada de abrir de fibra com 8 degraus, com sapata antiderrapante;	1	und	R\$ -		60	R\$ -
3	Serra de mármore	1	und	R\$ -		60	R\$ -
4	Furadeira de impacto	1	und	R\$ -		60	R\$ -
5	Parafusadeira (igual ou superior bosh, makita)	1	und	R\$ -		60	R\$ -
6	Andaime torre completo tubular 10 m painel de 1,0 m x 1,5m, compiso e guarda corpo	1	und	R\$ -		60	R\$ -
							R\$ -

Para os equipamentos, considerar como custo mensal a depreciação MENSAL dos itens (60 meses)

OPERADOR RURAL

RAZÃO SOCIAL:
ENDEREÇO:
UF:CEP:
TELEFONE:
E-MAIL:
DIA / / às : horas

ITEM/GRUPO	DESCRIÇÃO COMPLETA	QUANTIDADE/ MESES	PREÇOS UNITÁRIOS	PREÇOS MENSAIS	PREÇOS GLOBAIS

CUSTOS DECORRENTES DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

INDICAÇÃO DOS SINDICATOS, ACORDOS, CONVENÇÕES OU DISSÍDIOS COLETIVOS DE TRABALHO

QUANTIDADE DE PESSOAL

OUTRAS INFORMAÇÕES IMPORTANTES

DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA	TR Nº
POSTO	QUANTIDADE DE POSTO
Licitação nº	
PARÂMETROS CONVENÇÃO COLETIVA CCT AM 000563/2023	DADOS
Município	PRESIDENTE FIGUEREDO
Serviço	
Categoria Profissional	
Ano acordo, Convenção ou sentença normativa em dissídio coletivo	
Data base da categoria	
Tipo de trabalhador	44 horas semanais
Dias de trabalho	26
Carga Horária Mensal	220H
Salário Base CCT	
Hora Extra (normal)	50%
Hora Extra (acréscimo)	60%
Hora Extra (domingos e feriados)	100%
Percentual de Periculosidade	
Percentual de Insalubridade	
Vale Transporte	
Desconto Vale Transporte	6%
Vale Alimentação	
Desconto Vale Alimentação	20%
Assistência médica e familiar	
Cesta Básica	
Desconto Cesta Básica	

Qtde de Vale Transporte por Dia	2
Qtde de Vale Alimentação Dia	1
Plano Odontológico	
Desconto Plano Odontológico	
Plano de Saúde	
Desconto do Plano de Saúde	R\$ -

PARÂMETROS PARA TRIBUTAÇÃO E ENCARGOS	Percentuais de Aplicação
Total de encargos	33,80%
INSS - empregador	20,00%
Salário-Educação	2,50%
SAT-GIL/RAT	
SESC	1,50%
SENAC	1,00%
SEBRAE	0,60%
INCRA	0,20%
FGTS	8,00%
Total de tributos e custo	8,65%
Custos Indiretos	
Lucro	
Tributos	8,65%
PIS	0,65%
COFINS	3,00%
ISS	5,00%
Enquadramento Tributário	

RESUMO DO VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS - PRESIDENTE FIGUEREDO						
Tipo de Serviço (A)		Valor propostos por empregado (B)	Qtde. de Empregados por posto (C)	Valor Proposto por posto (D) = (B x C)	Qtde. de Postos (E)	Valor Total do Serviço (F) = (D x E)
I		R\$ -	0	R\$ -	0	R\$ -
	Valor Mensal					R\$ -

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA - PRESIDENTE FIGUEREDO

	DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
A.1	Valor mensal	R\$ -
B.1	Valor Anual	R\$ -
C	Valor global da proposta	R\$ -

Nº do Processo:	
Licitação Nº:	0

	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)	
A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	
B	Município/UF	
C	Ano do Acordo, Conveção ou Dissídio Coletivo:	
D	Número de meses de execução contratual	

	IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO	
Tipo de serviço	Unidade de Medida	Quant. Total a contratar
	POSTO DE TRABALHO	1

Módulo 1 - Composição da Remuneração

1	Composição da remuneração	Valor (R\$)
---	---------------------------	-------------

A	Salário - Base	R\$ -
B	Adicional de Periculosidade	0
C	Adicional de Insalubridade	0
D	Adicional Noturno	0
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida	0
F	Outros (especificar)	0
Total		R\$ -

Módulo 2- Encargos e benefícios Anuais, Mensais e Diários

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário	R\$ -
B	Férias	R\$ -
C	Adicional de Férias	R\$ -
Total		R\$ -

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Valor (R\$)
A	INSS	R\$ -

B	Salário Educação	R\$ -
C	SAT	R\$ -
D	SESC ou SESI	R\$ -
E	SENAI - SENAC	R\$ -
F	SEBRAE	R\$ -
G	INCRA	R\$ -
H	FGTS	R\$ -
Total		R\$ -

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte	R\$ -
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	R\$ -
C	Assistência Médica e Familiar	R\$ -
D	Plano Odontológico	R\$ -
E	Seguro de Vida	R\$ -
F	Bonus Assiduidade	R\$ -
G	Outros (cesta básica)	R\$ -
Total		R\$ -

Quadro- resumo do módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários		
2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$ -
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$ -
2.3	Benefícios Mensais e Diárias	R\$ -
Total		R\$ -

Módulo 3 - Provisão para Rescisão

3	Provisão para Rescisão	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	R\$ -
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	R\$ -
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado	R\$ -
D	Aviso Prévio Trabalhado	R\$ -
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	R\$ -
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado	R\$ -
Total		R\$ -

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais

4.1	Substituto nas Ausências Legais	Valor (R\$)
A	Substituto na Cobertura de Férias	R\$ -
B	Substituto na Cobertura de Ausência Legais	R\$ -
C	Substituto na Cobertura de Licença Paternidade	R\$ -
D	Substituto na Cobertura de Ausência por acidente de trabalho	R\$ -
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	R\$ -
F	Substituto na cobertura de outras ausências (especificar)	R\$ -
Total		R\$ -

Submódulo 4.2 - Substituto na Intra jornada

4.2	Substituto na Intra jornada	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de intervalo para repouso ou alimentação	R\$ -
Total		R\$ -

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Valor (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências legais	R\$ -
4.2	Substituto na Intra jornada	R\$ -

Total	R\$
	-

Módulo 5 - Insumos Diversos

5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	R\$ -
B	Materiais	R\$ -
C	Equipamentos	R\$ -
D	Outros (especificar)	R\$ -
Total		R\$ -

Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	R\$ -
B	Lucro	R\$ -
C	Tributos	R\$ -
	C.1 PIS	R\$ -
	C.2 COFINS	R\$ -
	C.3 ISS	R\$ -
	Total	R\$ -

2. Quadro-resumo do custo por empregado

	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ -
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ -
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$ -
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ -
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$ -
	Subtotal (A+ B + C + D + E)	R\$ -
	Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$ -
	Valor Total por Empregado	R\$ -
	Valor Total por Empregado Arredondado	R\$ -

RESUMO DO VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS - PRESIDENTE FIGUEREDO						
Tipo de Serviço (A)		Valor propostos por empregado (B)	Qtde. de Empregados por posto (C)	Valor Proposto por posto (D) = (B x C)	Qtde. de Postos (E)	Valor Total do Serviço (F) = (D x E)
I	OPERADOR RURAL	R\$ -	0	R\$ -	0	R\$ -

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA - PRESIDENTE FIGUEREDO		
	DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
A	Valor mensal consolidado do serviço	R\$ -
C	Valor global da proposta	R\$ -

MÓDULO 1 - REMUNERAÇÃO						
Categoria	Salário base	Adc. de Periculosidade	Adc. De Insalubridade	Adc. Noturno	Adc. De Hora Not. Reduzida	TOTAL
	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -

Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, mensais e Diários

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) salário, Férias e Adicional de Férias

13º (décimo terceiro) salário e Férias				
Categoria	Item	Base de cálculo	Percentual	Total
0	13º (décimo terceiro) salário	R\$ -	8,33%	R\$ -
	Férias	R\$ -	9,09%	R\$ -

Adicional de Férias					
Categoria	Item	Base de cálculo	Percentual	Aliq. Adicional	Total
0	Ad. De Férias	R\$ -	9,09%	33,33%	R\$ -

Base de cálculo: Remuneração devida ao motorista (ver o módulo

1)

Férias: Como a planilha é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos)(Fonte: IN 05/2017, Anexo VII-D, submódulo 2.1, nota 2)

Adicional de Férias: O valor do adicional contido no submódulo 2.1 corresponde a 1/3(um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) (Fonte: IN 05/2017, Anexo VII-D, submódulo 2.1, nota 2)

1.2. No caso da Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação, os órgãos e entidades deverão adotar: a) provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º (décimo terceiro) salário e verbas rescisórias aos trabalhadores da contratada, que serão depositados pela Administração em Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação, conforme Anexos XII e XII-A;” (grifamos).

TOTAL DO SUBMÓDULO 2.1				
Categoria	13º salário	Férias	Adic. De Férias	Total
0	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -

SUBMÓDULO 2.2 - GPS, FGTS E OUTRAS CONTRIBUIÇÕES				
Categoria	Item	Percentual	Base de cálculo	Valor
0	INSS	20,00%	R\$ -	R\$ -
	Salário educação	2,50%	R\$ -	R\$ -
	SAT	0,00%	R\$ -	R\$ -
	SESC ou Sesi	1,50%	R\$ -	R\$ -
	SENAI - SENAC	1,00%	R\$ -	R\$ -

	SEBRAE	0,60%	R\$ -	R\$ -
	INCRA	0,20%	R\$ -	R\$ -
	FGTS	8,00%	R\$ -	R\$ -
Total		33,80%	R\$ -	R\$ -

OPERADOR RURAL			
Item	Base cálculo	Percentuais (%)	Valor
GPS	R\$ -	25,80%	R\$ -
FGTS	R\$ -	8,00%	R\$ -

R\$
-

SAT: A depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para riscos leve, de 2%, para risco médio, e de 3% de risco grave (Fonte: IN 05/2017, Anexo VII-D, submódulo 2.2, nota 2)

SAT(2): Ver decreto 6957/2009 anexo V

Base de cálculo: Percentuais incidem sobre o Módulo 1 + Submódulo 2.1 (Fonte: IN 05/2017, Anexo VII-D, submódulo 2.2, nota 3)

Submódulo 2.3 Benefícios mensais e diários

VALE TRANSPORTE E AUXÍLIO REFEIÇÃO									
Categoria	Item	Qtd. De dias trabalhados por mês	Qtd. vale por dia	Qtd. Vale por mês	Valor unitário do vale	Custo total	Base de cálculo	Desconto (%)	Custo do Empregador
0	Vale Transporte	26	2	52	R\$ -	R\$ -	R\$ -	6%	R\$ -
	Auxílio refeição	22	1	22	R\$ -	R\$ -	R\$ -	20%	R\$ -

Segundo norma do PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador), o desconto do vale alimentação não é obrigatório, desta forma, a empresa pode escolher não realizá-lo. No caso de organizações que optem pelo desconto, o montante pode chegar até 20% do valor pago pelo benefício.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO VALE ALIMENTAÇÃO - As empresas, além do piso previsto nesta Convenção Coletiva, fornecerão aos seus empregados um cartão plástico magnético para aquisição de refeições diárias, tipo cartão Refeição ou similar, no valor mínimo de R\$ 19,00 (dezenove reais) por dia, sendo o desconto feito **de acordo com a Lei**.

Vale transporte: O empregador participará dos gastos de deslocamento do trabalhador com a ajuda que exceder a 6% (seis por cento) de seu salário básico (Fonte: Lei nº 7.418/1985, Art. 4º parágrafo único)

Vale refeição: A habitação e a alimentação fornecidas como salário utilidade deverão atender aos fins que se destinam e não poderão exceder , respectivamente, a 25% (vinte e cinco por cento) e 20% (vinte por cento) do salário contratual. (Fonte: CLT,Art. 458 parágrafo 3º)

ASSISTÊNCIA MÉDICA E FAMILIAR, PLANO DE SAÚDE E SEGURO DE VIDA				
Categoria	Item	Valor do benefício	Desconto	Valor
0	Assistência médica e familiar	R\$ -	R\$ -	R\$ -
	Plano Odontológico	R\$ -	R\$ -	R\$ -
	Seguro de Vida	R\$ -	R\$ -	R\$ -

	Plano de Saude	R\$	R\$	R\$
		-	-	-
	Outros (cesta básica)	R\$	R\$	R\$
		-	-	-

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - As empresas fornecerão, sem ônus para o trabalhador, mensalmente, inclusive quando estiver no gozo de férias, a todos os empregados ASSOCIADOS AO SINDICARGAS, INDEPENDENTEMENTE DA JORNADA DE TRABALHO, UMA CESTA BÁSICA, através de cartão ou in natura, no valor mínimo de R\$ 170,00 (cento e setenta reais), que lhes sendo facultado descontar em folha de pagamento dos empregados o valor máximo de R\$ 1,00 (um real) como forma indenizatória do benefício concedido.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - Para a constituição dos fundos necessários a manutenção dos benefícios previstos nesta cláusula, fica convencionado que as empresas participarão com o valor de R\$ 15,00 (quinze reais) por empregado, conforme o disposto no parágrafo primeiro, acima, por empregado, que será devidamente recolhido mediante depósito bancário identificado ou através de guias próprias emitidas pelo SEAC-AM.

TOTAL SUBMÓDULO 2.3								
Categoria	Vale transporte	Auxílio refeição	Assist. médica e familiar	Plano Odontológico	Plano de Saúde	Outros (Cesta Básica)	Bonus Assiduidade	Total
0	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
	-	-	-	-	-	-	-	-

TOTAL MÓDULO 2		
Categoria	Submódulos	Valor
0	13º (décimo terceiro) salário, Férias e Adicional de Férias	R\$
		-
	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$
		-
	Benefícios Mensais e Diários	R\$
		-

TOTAL	R\$
	-

MÓDULO 3 - RESCISÃO - OPERADOR RURAL					
Item	Base de cálculo	Percentual	Referência	% do item	Valor
Aviso Prévio Indenizado (API)	R\$ -	5,50%	8,33%	0,46%	R\$ -
Incidência do FGTS sobre o API	R\$ -	0,46%	8,00%	0,04%	R\$ -
Multa do FGTS e contribuição social (CS) sobre o API	R\$ -	3,20%	25,00%	0,80%	R\$ -
Aviso Prévio Trabalhado (APT) (Final de Contrato)	R\$ -	22,05%	12	1,84%	R\$ -
Incidência de GPS, FGTS e contribuição social (CS) sobre o APT	R\$ -	1,84%	33,80%	0,62%	R\$ -
Multa do FGTS e contribuição social (CS) sobre o APT	R\$ -	3,20%	100,00%	3,20%	R\$ -
TOTAL					R\$ -

Base de cálculo do API : Módulo 1 + Módulo 2

- GPS

Base de cálculo Incidência do FGTS sobre API: Módulo 1 +
Módulo 2.1

Base de cálculo Multa FGTS sobre API: Módulo 1 + Módulo 2.1

Base de cálculo do APT: Módulo 1 + Módulo 2

Base de cálculo Incidência do FGTS sobre APT: Módulo 1 +
Módulo 2.1

Base de cálculo Multa FGTS sobre APT: Módulo 1 + Módulo 2.1

Art. 18, § 1º, Lei 8.036/90 e Lei Complementar 110/01 (Percentual de 4% elencado no Anexo XII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25.5.2017, para multa sobre FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio indenizado e sobre o aviso prévio trabalhado). Haja vista que o percentual previsto para retenção em conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação da multa sobre FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio indenizado e sobre o aviso prévio trabalhado é de 4% e que o percentual adotado para multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado foi de 3,2%, adotou-se a diferença, ou seja, 0,80%, para o item multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado.

De acordo com o entendimento do TCU no Acórdão nº 1.186/2017 - Plenário, a Administração "deve estabelecer na minuta do contrato que a parcela mensal a título de aviso prévio trabalhado será no percentual máximo de 1,94% no primeiro ano, e, em caso de prorrogação do contrato, o percentual máximo dessa parcela será de 0,194% a cada ano de prorrogação, a ser incluído por ocasião da formulação do aditivo da prorrogação do contrato, conforme a Lei 12.506/2011" (Enunciado do Boletim de Jurisprudência nº 176/2017). A título informativo, deve-se atentar para as orientações da Nota Técnica nº 652/2017 - MP, que trata justamente sobre o cálculo das eventuais deduções a serem feitas a cada ano de execução contratual;

Módulo 4 - Custo de Reposição do profissional ausente
Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais

OPERADOR RURAL							
Item	Base de cálculo	nº dias	Proporção mensal	Proporção anual	Estimativa	% item	Valor
Substituto na cobertura de férias	R\$ -	30	100,00%	11,11%	8,33%	0,93%	R\$ -

Substituto na Cobertura de Ausência legais	R\$ -	2	6,67%	0,56%	100,00%	0,56%	R\$ -
Substituto na Cobertura Licença Paternidade	R\$ -	5	16,67%	1,39%	2,00%	0,03%	R\$ -
Substituto na Cobertura de Ausência por acidente de trabalho	R\$ -	15	50,00%	4,17%	8,00%	0,33%	R\$ -
Substituto na cobertura de afastamento maternidade	R\$ -	180	600%	50,00%	0,30%	0,15%	R\$ -
Substituto na cobertura de outras ausências (afastamento por doença)	R\$ -	5	16,67%	1,39%	100,00%	1,39%	R\$ -
TOTAL						3,38%	R\$ -

Base de cálculo: Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3 (SEGES)

Substituto ausências legais: O IBGE estima que cada empregado, a título de ausências, falta 2 (dois) dias por ano.

Substituição licença paternidade: Estima-se que 2 % (dois por cento) dos trabalhadores requerem a licença paternidade, segundo o IBGE.

Substituição por acidente de trabalho: 8% (oito por cento) dos trabalhadores, de acordo com o IBGE, se afastam do serviço.

Substituto cobertura afastamento maternidade: 0,3% (três décimos de por cento) solicitam auxílio maternidade

Submódulo 4.2 - Substituto na intrajornada			
Categoria	Base de cálculo	Percentual	Valor
OPERADOR RURAL	R\$ -	0%	R\$ -

TOTAL MÓDULO 4		
Categoria	Submódulos	Valor (R\$)
OPERADOR RURAL	Subst. Ausências legais	R\$ -
	Subst. Intrajornada	R\$ -
TOTAL		R\$ -

MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS					
Categoria	Uniformes	Materiais	Equipamentos	Outros	Total
OPERADOR RURAL	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -

MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, LUCRO E TRIBUTOS
OPERADOR RURAL

Item	base de cálculo	percentual	Valor
Custos indiretos	R\$ -	0,00%	R\$ -
Lucro	R\$ -	0,00%	R\$ -
Tributos	R\$ -	8,65%	R\$ -
PIS	R\$ -	0,65%	R\$ -
COFINS	R\$ -	3,00%	R\$ -
ISS	R\$ -	5,00%	R\$ -

Base de cálculo Custos Indiretos: Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3 + Módulo 4 + Módulo 5

Base de cálculo Lucro: Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3 + Módulo 4 + Módulo 5 + custos indiretos

Base de cálculo para tributos: Valores referente a tributos é obtida aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento (Fonte: IN 05/2017, anexo VII-D, Módulo 6, nota 2)

Base de cálculo para tributos(2): Para encontrar a base de cálculo do item "tributos", utilizamos a seguinte fórmula: $=(\text{módulo 1} + \text{módulo 2} + \text{módulo 3} + \text{módulo 4} + \text{módulo 5} + \text{custos indiretos} + \text{lucro}) / (1 - \% \text{PIS} - \% \text{COFINS} - \% \text{ISS})$

CUSTO POR EMPREGADO		
OPERADOR RURAL		
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ -
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ -
C	Módulo 3 - Provisão para rescisão	R\$ -

D	Módulo 4 - Custo reposição profissional ausente	R\$ -
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$ -
	Subtotal (A+ B + C + D + E)	R\$ -
F	Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$ -
TOTAL		R\$ -

UNIFORMES -OPERADOR RURAL							
Item	Descrição do Item	Quantidade Anual	medida	Valor unitário	Custo anual	Tempo de duração	Custo Mensal
1	Calça comprida (jeans cor escura)	4	und		R\$ -	12	R\$ -
2	Camisa manga longa, malha fria, com gola esporte e emblema da empresa pintado ou bordado.	8	und	R\$ -	R\$ -	12	R\$ -
3	Meia em algodão, tipo soquete.	8	par	R\$ -	R\$ -	12	R\$ -
4	Bota PVC cano curto	2	par	R\$ -	R\$ -	12	R\$ -
5	Perneira	1	par	R\$ -	R\$ -	12	R\$ -
6	Boné árabe	2	und	R\$ -	R\$ -	12	R\$ -
7	Crachá em PVC	1	und	R\$ -	R\$ -	12	R\$ -
					R\$ -		R\$ -

MATERIAL - OPERADOR RURAL							
Item	Descrição do Item	Quantidade Anual	medida	Valor unitário	Custo anual	Tempo de duração	Custo Mensal
1	Balde em plástico para concreto na cor preta, capacidade de 12 litros.	2	und		R\$ -	12	R\$ -
2	Mangueira para jardim, superflexível de ½", peça com 50 m;	1	und	R\$ -	R\$ -	12	R\$ -
3	Tesoura para grama, aço forjado, 12"x300	1	und	R\$ -	R\$ -	12	R\$ -

	mm				-		
4	Tesoura de poda	1	und	R\$ -	R\$ -	12	R\$ -
5	Pá de bico nº 4, com cabo de Madeira	1	und	R\$ -	R\$ -	12	R\$ -
6	Pá pequena para lixo, em chapa galvanizada com cabo de madeira;	1	und	R\$ -	R\$ -	12	R\$ -
7	Boca de lobo com cabo	1	und	R\$ -	R\$ -	12	R\$ -
8	Pulverizador costal de 20 litros	1	und	R\$ -	R\$ -	12	R\$ -
9	Enxadaeco estreito 2,5, Com cabo	1	und	R\$ -	R\$ -	12	R\$ -
10	Carro de mão	1	und	R\$ -	R\$ -	12	R\$ -
11	Protetor de Roçagem retrátil de 3,0m de Comprimento por 1,5 m Altura	1	und	R\$ -	R\$ -	12	R\$ -
12	Ancinho metálico curvo leve, 12 dentes com cabo reforçado	2	und	R\$ -	R\$ -	12	R\$ -
13	Avental de raspa	1	und	R\$ -	R\$ -	12	R\$ -
14	Lima chata para enxada 8" polegadas 200 mm perfil chato cortesimples	6	und	R\$ -	R\$ -	12	R\$ -
15	Enxada com cabo	1	und	R\$ -	R\$ -	12	R\$ -
16	frascos de protetor solar fator 60%	12	und	R\$ -	R\$ -	12	R\$ -
17	Rolo de Fio de nylon quadrado de 3,0 mm de 312 metros para roçadeira .	1	und	R\$ -	R\$ -	12	R\$ -
18	Vassoura de nylon com cabo;	12	und	R\$ -	R\$ -	12	R\$ -

					-		
19	Cabeça de roçadeira para fio	1	und	R\$ -	R\$ -	12	R\$ -
20	LUVA DE ALGODÃO COM PIGMENTOS DE PVC TAMANHO 09 (par)	3	par	R\$ -	R\$ -	12	R\$ -
21	óculos de proteção escuro.	2	und	R\$ -	R\$ -	12	R\$ -
22	Disco de 80 dentes para roçadeira	1	und	R\$ -	R\$ -	12	R\$ -
23	Abafador auricular.	1	und	R\$ -	R\$ -	12	R\$ -
					R\$ -		R\$ -

EQUIPAMENTO -OPERADOR RURAL							
Item	Descrição do Item	Quantidade	medida	Valor unitário	Custo anual	Tempo de duração	Custo Mensal
1	Motoserra Modelo MS 230	1	und			60	R\$ -
2	Roçadeira Lateral a gasolina, consumo Aproximado 1,2 l/h, com guidão	1	und	R\$ -		60	R\$ -
							R\$ -

Para os equipamentos, considerar como custo mensal a depreciação MENSAL dos itens (60 meses)

PISCINEIRO

RAZÃO
SOCIAL:
ENDEREÇO:
UF: CEP:
TELEFONE:
E-MAIL:
DIA ____/____/____ às ____:____ horas

ITEM/GRUPO	DESCRIÇÃO COMPLETA	QUANTIDADE/ MESES	PREÇOS UNITÁRIOS	PREÇOS MENSAIS	PREÇOS GLOBAIS

CUSTOS DECORRENTES DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

INDICAÇÃO DOS SINDICATOS, ACORDOS, CONVENÇÕES OU DISSÍDIOS COLETIVOS DE TRABALHO

QUANTIDADE DE PESSOAL

OUTRAS INFORMAÇÕES IMPORTANTES

DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA	TR Nº
POSTO	QUANTIDADE DE POSTO
Licitação nº	
PARÂMETROS CONVENÇÃO COLETIVA CCT AM 563/2023	DADOS
Município	PRESIDENTE FIGUEREDO
Serviço	
Categoria Profissional	
Ano acordo, Convenção ou sentença normativa em dissídio coletivo	
Data base da categoria	
Tipo de trabalhador	44 horas semanais
Dias de trabalho	26
Carga Horária Mensal	220H
Salário Base CCT	
Hora Extra (normal)	50%
Hora Extra (acrécimo)	60%
Hora Extra (domingos e feriados)	100%
Percentual de Periculosidade	
Percentual de Insalubridade	
Vale Transporte	
Desconto Vale Transporte	6%
Vale Alimentação	
Desconto Vale Alimentação	20%
Assistência médica e familiar	
Cesta Básica	
Desconto Cesta Básica	
Qtde de Vale Transporte por Dia	2

Qtde de Vale Alimentação Dia	1
Plano Odontologico	
Desconto Plano Odontologico	
Plano de Saúde	
Desconto do Plano de Saúde	R\$ -

PARÂMETROS PARA TRIBUTAÇÃO E ENCARGOS	Percentuais de Aplicação
Total de encargos	33,80%
INSS - empregador	20,00%
Salário-Educação	2,50%
SAT-GIL/RAT	
SESC	1,50%
SENAC	1,00%
SEBRAE	0,60%
INCRA	0,20%
FGTS	8,00%
Total de tributos e custo	8,65%
Custos Indiretos	
Lucro	
Tributos	8,65%
PIS	0,65%
COFINS	3,00%
ISS	5,00%
Enquadramento Tributário	

RESUMO DO VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS - PRESIDENTE FIGUEREDO						
Tipo de Serviço (A)		Valor propostos por empregado (B)	Qtde. de Empregados por posto (C)	Valor Proposto por posto (D) = (B x C)	Qtde. de Postos (E)	Valor Total do Serviço (F) = (D x E)
I		R\$ -	0	R\$ -	0	R\$ -
Valor Mensal						R\$ -

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA - PRESIDENTE FIGUEREDO

	DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
A.1	Valor mensal	R\$ -
B.1	Valor Anual	R\$ -
C	Valor global da proposta	R\$ -

RESUMO DO VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS - PRESIDENTE FIGUEREDO						
Tipo de Serviço (A)		Valor propostos por empregado (B)	Qtde. de Empregados por posto (C)	Valor Proposto por posto (D) = (B x C)	Qtde. de Postos (E)	Valor Total do Serviço (F) = (D x E)
I	Piscineiro	R\$ -	0	R\$ -	0	R\$ -

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA - PRESIDENTE FIGUEREDO		
	DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)

A	Valor mensal consolidado do serviço	R\$ -
C	Valor global da proposta	R\$ -

MÓDULO 1 - REMUNERAÇÃO						
Categoria	Salário base	Adc. de Periculosidade	Adc. De Insalubridade	Adc. Noturno	Adc. De Hora Not. Reduzida	TOTAL
	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -

Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, mensais e Diários

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) salário, Férias e Adicional de Férias

13º (décimo terceiro) salário e Férias				
Categoria	Item	Base de cálculo	Percentual	Total
0	13º (décimo terceiro) salário	R\$ -	8,33%	R\$ -
	Férias	R\$ -	9,09%	R\$ -

Adicional de Férias					
Categoria	Item	Base de cálculo	Percentual	Alíq. Adicional	Total
0	Ad. De Férias	R\$ -	9,09%	33,33%	R\$ -

Base de cálculo: Remuneração devida ao motorista (ver o módulo

1)

Férias: Como a planilha é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos)(Fonte: IN 05/2017, Anexo VII-D, submódulo 2.1, nota 2)

Adicional de Férias: O valor do adicional contido no submódulo 2.1 corresponde a 1/3(um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) (Fonte: IN 05/2017, Anexo VII-D, submódulo 2.1, nota 2)

1.2. No caso da Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação, os órgãos e entidades deverão adotar: a) provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º (décimo terceiro) salário e verbas rescisórias aos trabalhadores da contratada, que serão depositados pela Administração em Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação, conforme Anexos XII e XII-A;” (grifamos).

TOTAL DO SUBMÓDULO 2.1				
Categoria	13º salário	Férias	Adic. De Férias	Total
0	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -

SUBMÓDULO 2.2 - GPS, FGTS E OUTRAS CONTRIBUIÇÕES				
Categoria	Item	Percentual	Base de cálculo	Valor
0	INSS	20,00%	R\$ -	R\$ -
	Salário educação	2,50%	R\$ -	R\$ -
	SAT	0,00%	R\$ -	R\$ -
	SESC ou SESI	1,50%	R\$ -	R\$ -
	SENAI - SENAC	1,00%	R\$ -	R\$ -

	SEBRAE	0,60%	R\$ -	R\$ -
	INCRA	0,20%	R\$ -	R\$ -
	FGTS	8,00%	R\$ -	R\$ -
Total		33,80%	R\$ -	R\$ -

PISCINEIRO			
Item	Base cálculo	Percentuais (%)	Valor
GPS	R\$ -	25,80%	R\$ -
FGTS	R\$ -	8,00%	R\$ -

R\$
-

SAT: A depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para riscos leve, de 2%, para risco médio, e de 3% de risco grave (Fonte: IN 05/2017, Anexo VII-D, submódulo 2.2, nota 2)

SAT(2): Ver decreto 6957/2009 anexo V

Base de cálculo: Percentuais incidem sobre o Módulo 1 + Submódulo 2.1 (Fonte: IN 05/2017, Anexo VII-D, submódulo 2.2, nota 3)

Submódulo 2.3 Benefícios mensais e diários

VALE TRANSPORTE E AUXÍLIO REFEIÇÃO									
Categoria	Item	Qtd. De dias trabalhados por mês	Qtd. vale por dia	Qtd. Vale por mês	Valor unitário do vale	Custo total	Base de cálculo	Desconto (%)	Custo do Empregador
0	Vale Transporte	26	2	52	R\$ -	R\$ -	R\$ -	6%	R\$ -
	Auxílio refeição	22	1	22	R\$	R\$	R\$	20%	R\$

					-	-	-		-
--	--	--	--	--	---	---	---	--	---

Segundo norma do PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador), o desconto do vale alimentação não é obrigatório, desta forma, a empresa pode escolher não realizá-lo. No caso de organizações que optem pelo desconto, o montante pode chegar até 20% do valor pago pelo benefício.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO VALE ALIMENTAÇÃO - As empresas, além do piso previsto nesta Convenção Coletiva, fornecerão aos seus empregados um cartão plástico magnético para aquisição de refeições diárias, tipo cartão Refeição ou similar, no valor mínimo de R\$ 19,00 (dezenove reais) por dia, sendo o desconto feito **de acordo com a Lei**.

Vale transporte: O empregador participará dos gastos de deslocamento do trabalhador com a ajuda que exceder a 6% (seis por cento) de seu salário básico (Fonte: Lei nº 7.418/1985, Art. 4º parágrafo único)
Vale refeição: A habitação e a alimentação fornecidas como salário utilidade deverão atender aos fins que se destinam e não poderão exceder , respectivamente, a 25% (vinte e cinco por cento) e 20% (vinte por cento) do salário contratual. (Fonte: CLT,Art. 458 parágrafo 3º)

ASSISTÊNCIA MÉDICA E FAMILIAR, PLANO DE SAÚDE E SEGURO DE VIDA				
Categoria	Item	Valor do benefício	Desconto	Valor
0	Assistência médica e familiar	R\$ -	R\$ -	R\$ -
	Plano Odontológico	R\$ -	R\$ -	R\$ -
	Seguro de Vida	R\$ -	R\$ -	R\$ -
	Plano de Saude	R\$ -	R\$ -	R\$ -
	Outros (cesta básica)	R\$ -	R\$ -	R\$ -

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - As empresas fornecerão, sem ônus para o trabalhador, mensalmente, inclusive quando estiver no gozo de férias, a todos os empregados ASSOCIADOS AO SINDICARGAS, INDEPENDENTEMENTE DA JORNADA DE TRABALHO, UMA CESTA BÁSICA, através de cartão ou in natura, no valor mínimo de R\$ 170,00 (cento e setenta reais), que lhes sendo facultado descontar em folha de pagamento dos empregados o valor máximo de R\$ 1,00 (um real) como forma indenizatória do benefício concedido.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - Para a constituição dos fundos necessários a manutenção dos benefícios previstos nesta cláusula, fica convencionado que as empresas participarão com o valor de R\$ 15,00 (quinze reais) por empregado, conforme o disposto no parágrafo primeiro, acima, por empregado, que será devidamente recolhido mediante depósito bancário identificado ou através de guias próprias emitidas pelo SEAC-AM.

TOTAL SUBMÓDULO 2.3								
Categoria	Vale transporte	Auxílio refeição	Assist. médica e familiar	Plano Odontológico	Plano de Saúde	Outros (Cesta Básica)	Bonus Assiduidade	Total
0	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -

TOTAL MÓDULO 2		
Categoria	Submódulos	Valor
0	13º (décimo terceiro) salário, Férias e Adicional de Férias	R\$ -
	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$ -
	Benefícios Mensais e Diários	R\$ -
TOTAL		R\$ -

MÓDULO 3 - RESCISÃO - PISCINEIRO					
Item	Base de cálculo	Percentual	Referência	% do item	Valor
Aviso Prévio Indenizado (API)	R\$ -	5,50%	8,33%	0,46%	R\$ -
Incidência do FGTS sobre o API	R\$ -	0,46%	8,00%	0,04%	R\$ -
Multa do FGTS e contribuição social (CS) sobre o API	R\$ -	3,20%	25,00%	0,80%	R\$ -
Aviso Prévio Trabalhado (APT) (Final de Contrato)	R\$ -	22,05%	12	1,84%	R\$ -
Incidência de GPS, FGTS e contribuição social (CS) sobre o APT	R\$ -	1,84%	33,80%	0,62%	R\$ -
Multa do FGTS e contribuição social (CS) sobre o APT	R\$ -	3,20%	100,00%	3,20%	R\$ -
TOTAL					R\$ -

Base de cálculo do API : Módulo 1 +
Módulo 2 - GPS
Base de cálculo Incidência do FGTS sobre API: Módulo 1 +
Módulo 2.1
Base de cálculo Multa FGTS sobre API: Módulo 1 + Módulo
2.1
Base de cálculo do APT: Módulo 1 +

Módulo 2

Base de cálculo Incidência do FGTS sobre APT: Módulo 1 +
Módulo 2.1

Base de cálculo Multa FGTS sobre APT: Módulo 1 + Módulo
2.1

Art. 18, § 1º, Lei 8.036/90 e Lei Complementar 110/01 (Percentual de 4% elencado no Anexo XII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25.5.2017, para multa sobre FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio indenizado e sobre o aviso prévio trabalhado). Haja vista que o percentual previsto para retenção em conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação da multa sobre FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio indenizado e sobre o aviso prévio trabalhado é de 4% e que o percentual adotado para multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado foi de 3,2%, adotou-se a diferença, ou seja, 0,80%, para o item multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado.

De acordo com o entendimento do TCU no Acórdão nº 1.186/2017 - Plenário, a Administração "deve estabelecer na minuta do contrato que a parcela mensal a título de aviso prévio trabalhado será no percentual máximo de 1,94% no primeiro ano, e, em caso de prorrogação do contrato, o percentual máximo dessa parcela será de 0,194% a cada ano de prorrogação, a ser incluído por ocasião da formulação do aditivo da prorrogação do contrato, conforme a Lei 12.506/2011" (Enunciado do Boletim de Jurisprudência nº 176/2017). A título informativo, deve-se atentar para as orientações da Nota Técnica nº 652/2017 - MP, que trata justamente sobre o cálculo das eventuais deduções a serem feitas a cada ano de execução contratual;

Módulo 4 - Custo de Reposição do profissional ausente

Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais

PISCINEIRO							
Item	Base de cálculo	nº dias	Proporção mensal	Proporção anual	Estimativa	% item	Valor
Substituto na cobertura de férias	R\$ -	30	100,00%	11,11%	8,33%	0,93%	R\$ -
Substituto na Cobertura de Ausência legais	R\$ -	2	6,67%	0,56%	100,00%	0,56%	R\$ -

Substituto na Cobertura Licença Paternidade	R\$ -	5	16,67%	1,39%	2,00%	0,03%	R\$ -
Substituto na Cobertura de Ausência por acidente de trabalho	R\$ -	15	50,00%	4,17%	8,00%	0,33%	R\$ -
Substituto na cobertura de afastamento maternidade	R\$ -	180	600%	50,00%	0,30%	0,15%	R\$ -
Substituto na cobertura de outras ausências (afastamento por doença)	R\$ -	5	16,67%	1,39%	100,00%	1,39%	R\$ -
TOTAL						3,38%	R\$ -

Base de cálculo: Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3 (SEGES)

Substituto ausências legais: O IBGE estima que cada empregado, a título de ausências, falta 2 (dois) dias por ano.

Substituição licença paternidade: Estima-se que 2 % (dois por cento) dos trabalhadores requerem a licença paternidade, segundo o IBGE.

Substituição por acidente de trabalho: 8% (oito por cento) dos trabalhadores, de acordo com o IBGE, se afastam do serviço.

Substituto cobertura afastamento maternidade: 0,3% (três décimos de por cento) solicitam auxílio maternidade

Submódulo 4.2 - Substituto na intrajornada			
Categoria	Base de cálculo	Percentual	Valor
PISCINEIRO	R\$ -	0%	R\$ -

TOTAL MÓDULO 4		
Categoria	Submódulos	Valor (R\$)
PISCINEIRO	Subst. Ausências legais	R\$ -
	Subst. Intrajornada	R\$ -
TOTAL		R\$ -

MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS					
Categoria	Uniformes	Materiais	Equipamentos	Outros	Total
PISCINEIRO	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -

MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, LUCRO E TRIBUTOS			
PISCINEIRO			
Item	base de cálculo	percentual	Valor
Custos indiretos	R\$	0,00%	R\$
	-		-
Lucro	R\$	0,00%	R\$
	-		-
Tributos	R\$	8,65%	R\$
	-		-
PIS	R\$	0,65%	R\$
	-		-
COFINS	R\$	3,00%	R\$
	-		-
ISS	R\$	5,00%	R\$
	-		-

Base de cálculo Custos Indiretos: Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3 + Módulo 4 + Módulo 5

Base de cálculo Lucro: Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3 + Módulo 4 + Módulo 5 + custos indiretos

Base de cálculo para tributos: Valores referente a tributos é obtida aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento (Fonte: IN 05/2017, anexo VII-D, Módulo 6, nota 2)

Base de cálculo para tributos(2): Para encontrar a base de cálculo do item "tributos", utilizamos a seguinte fórmula:
$$=(\text{módulo 1} + \text{módulo 2} + \text{módulo 3} + \text{módulo 4} + \text{módulo 5} + \text{custos indiretos} + \text{lucro}) / (1 - \% \text{PIS} - \% \text{COFINS} - \% \text{ISS})$$

CUSTO POR EMPREGADO		
PISCINEIRO		
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ -
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ -
C	Módulo 3 - Provisão para rescisão	R\$ -
D	Módulo 4 - Custo reposição profissional ausente	R\$ -
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$ -
	Subtotal (A+ B + C + D + E)	R\$ -
F	Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$ -
TOTAL		R\$ -

UNIFORMES - Piscineiro							
Item	Descrição do Item	Quantidade Anual	medida	Valor unitário	Custo anual	Tempo de duração	Custo Mensal
1	Calça comprida tadel	4	und		R\$ -	12	R\$ -
2	Camisa manga longa, malha fria, com gola esporte e emblema da empresa pintado ou bordado.	8	und	R\$ -	R\$ -	12	R\$ -
3	Meia em algodão, tipo soquete.	8	par	R\$ -	R\$ -	12	R\$ -
4	Bota PVC cano curto	2	par	R\$ -	R\$ -	12	R\$ -
5	Boné árabe	2	und	R\$ -	R\$ -	12	R\$ -
6	Crachá em PVC	1	und	R\$ -	R\$ -	12	R\$ -
					R\$ -		R\$ -

MATERIAL - Piscineiro							
Item	Descrição do Item	Quantidade Anual	medida	Valor unitário	Custo anual	Tempo de duração	Custo Mensal
1	máscaras respiratória facial com filtro	4	und		R\$ -	12	R\$ -
2	Rodo aspirador e escova com cabo extensor; tamanho com 8 metros.	1	und	R\$ -	R\$ -	12	R\$ -
3	Cata folhas para piscina com cabo de alumínio de 6 metros	1	und	R\$ -	R\$ -	12	R\$ -
4	Baldes de Cloro granulado 3 em 1 com 10 kg para Tratamento de água da piscina	15	und	R\$ -	R\$ -	12	R\$ -
5	kit teste para medir cloro e PH. Esse kit contém: 1 frasco de solução cloro orto-tolidina (20 ml). 1 frasco de FENOL vermelho reagente para PH (20 ml). 1- Corpo comparador;	1	kit	R\$ -	R\$ -	12	R\$ -
6	protetores auricular tipo plug de inserção;	2	par	R\$ -	R\$ -	12	R\$ -

7	Óculos de proteção escuro;	2	und	R\$ -	R\$ -	12	R\$ -
8	mangueiras flexível flutuante para aspiração; tamanho de 25 mde comprimento; Diâmetro 1. 3/4” polegada ou 44 mm; com adaptador rosca fina.	2	und	R\$ -	R\$ -	12	R\$ -
9	frascos de protetor solar fator 60%	12	und	R\$ -	R\$ -	12	R\$ -
10	Decantador (quilo)	84	kg	R\$ -	R\$ -	12	R\$ -
11	Elevador de PH (quilo)	200	kg	R\$ -	R\$ -	12	R\$ -
12	Escovas de nylon curva 450 mm	6	und	R\$ -	R\$ -	12	R\$ -
13	Esfregão com cerdas de nylon.	6	und	R\$ -	R\$ -	12	R\$ -
14	escovão para calçada com cabo;	6	und	R\$ -	R\$ -	12	R\$ -
15	Luva nitrilica com forro; comprimento de 33 cm.	12	par	R\$ -	R\$ -	12	R\$ -
16	caixa de Máscaras PFF2 sem válvula com 100 Unidades	1	caixa	R\$ -	R\$ -	12	R\$ -

17	limpa borda de 1 litro	15	litro	R\$ -	R\$ -	12	R\$ -
					R\$ -		R\$ -

COPEIRO

RAZÃO SOCIAL:
ENDEREÇO:
UF:
TELEFONE:
E-MAIL:
DIA ____/____/____ às ____:____ horas

CEP:

ITEM/GRUPO	DESCRIÇÃO COMPLETA	QUANTIDADE/ MESES	PREÇOS UNITÁRIOS	PREÇOS MENSAIS	PREÇOS GLOBAIS

CUSTOS DECORRENTES DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

INDICAÇÃO DOS SINDICATOS, ACORDOS, CONVENÇÕES OU DISSÍDIOS COLETIVOS DE TRABALHO

QUANTIDADE DE PESSOAL

OUTRAS INFORMAÇÕES IMPORTANTES

DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA	TR Nº
POSTO	QUANTIDADE DE POSTO
Licitação nº	
PARÂMETROS CONVENÇÃO COLETIVA CCT AM 563/2023	DADOS
Município	PRESIDENTE FIGUEREDO
Serviço	
Categoria Profissional	
Ano acordo, Convenção ou sentença normativa em dissídio coletivo	
Data base da categoria	
Tipo de trabalhador	44 horas semanais
Dias de trabalho	26
Carga Horária Mensal	220H
Salário Base CCT	
Hora Extra (normal)	50%
Hora Extra (acréscimo)	60%
Hora Extra (domigos e feriados)	100%
Percentual de Periculosidade	
Percentual de Insalubridade	
Vale Transporte	
Desconto Vale Transporte	6%
Vale Alimentação	
Desconto Vale Alimentação	20%
Assistência médica e familiar	
Cesta Básica	
Desconto Cesta Básica	
Qtde de Vale Transporte por Dia	2

Qtde de Vale Alimentação Dia	1
Plano Odontologico	
Desconto Plano Odontologico	
Plano de Saúde	
Desconto do Plano de Saúde	R\$ -

PARÂMETROS PARA TRIBUTAÇÃO E ENCARGOS	Percentuais de Aplicação
Total de encargos	33,80%
INSS - empregador	20,00%
Salário-Educação	2,50%
SAT-GIL/RAT	
SESC	1,50%
SENAC	1,00%
SEBRAE	0,60%
INCRA	0,20%
FGTS	8,00%
Total de tributos e custo	8,65%
Custos Indiretos	
Lucro	
Tributos	8,65%
PIS	0,65%
COFINS	3,00%
ISS	5,00%
Enquadramento Tributário	

RESUMO DO VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS - PRESIDENTE FIGUEREDO						
Tipo de Serviço (A)		Valor propostos por empregado (B)	Qtde. de Empregados por posto (C)	Valor Proposto por posto (D) = (B x C)	Qtde. de Postos (E)	Valor Total do Serviço (F) = (D x E)
I		R\$ -	0	R\$ -	0	R\$ -
	Valor Mensal					R\$ -

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA - PRESIDENTE FIGUEREDO

	DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
A.1	Valor mensal	R\$ -
B.1	Valor Anual	R\$ -
C	Valor global da proposta	R\$ -

Nº do Processo:	
Licitação Nº:	0

	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)	
A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	
B	Município/UF	
C	Ano do Acordo, Conveção ou Dissídio Coletivo:	
D	Número de meses de execução contratual	

	IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO	
Tipo de serviço	Unidade de Medida	Quant. Total a contratar
	POSTO DE TRABALHO	1

Módulo 1 - Composição da Remuneração

1	Composição da remuneração	Valor (R\$)
A	Salário - Base	R\$ -

B	Adicional de Periculosidade	0
C	Adicional de Insalubridade	0
D	Adicional Noturno	0
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida	0
F	Outros (especificar)	0
Total		R\$ -

Módulo 2- Encargos e benefícios Anuais, Mensais e Diários

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário	R\$ -
B	Férias	R\$ -
C	Adicional de Férias	R\$ -
Total		R\$ -

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Valor (R\$)
A	INSS	R\$ -
B	Salário Educação	R\$ -

C	SAT	R\$	-
D	SESC ou Sesi	R\$	-
E	SENAI - SENAC	R\$	-
F	SEBRAE	R\$	-
G	INCRA	R\$	-
H	FGTS	R\$	-
Total		R\$	-

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)	
A	Transporte	R\$	-
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	R\$	-
C	Assistência Médica e Familiar	R\$	-
D	Plano Odontológico	R\$	-
E	Seguro de Vida	R\$	-
F	Bonus Assiduidade	R\$	-
G	Outros (cesta básica)	R\$	-
Total		R\$	-

Quadro- resumo do módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários		
2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$ -
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$ -
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ -
Total		R\$ -

Módulo 3 - Provisão para Rescisão

3	Provisão para Rescisão	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	R\$ -
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	R\$ -
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado	R\$ -
D	Aviso Prévio Trabalhado	R\$ -
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	R\$ -
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado	R\$ -
Total		R\$ -

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais

4.1	Substituto nas Ausências Legais	Valor (R\$)
A	Substituto na Cobertura de Férias	R\$ -
B	Substituto na Cobertura de Ausência Legais	R\$ -
C	Substituto na Cobertura de Licença Paternidade	R\$ -
D	Substituto na Cobertura de Ausência por acidente de trabalho	R\$ -
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	R\$ -
F	Substituto na cobertura de outras ausências (especificar)	R\$ -
Total		R\$ -

Submódulo 4.2 - Substituto na Intraornada

4.2	Substituto na Intraornada	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de intervalo para repouso ou alimentação	R\$ -
Total		R\$ -

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Valor (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências legais	R\$ -
4.2	Substituto na Intraornada	R\$ -
Total		R\$ -

Módulo 5 - Insumos Diversos

5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	R\$ -
B	Materiais	R\$ -
C	Equipamentos	R\$ -
D	Outros (especificar)	R\$ -
Total		R\$ -

Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	R\$ -
B	Lucro	R\$ -
C	Tributos	R\$ -
	C.1 PIS	R\$ -
	C.2 COFINS	R\$ -
	C.3 ISS	R\$ -
Total		R\$ -

2. Quadro-resumo do custo por empregado

	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ -
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ -
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$ -
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ -
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$ -
	Subtotal (A+ B + C + D + E)	R\$ -
	Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$ -
	Valor Total por Empregado	R\$ -
	Valor Total por Empregado Arredondado	R\$ -

RESUMO DO VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS - PRESIDENTE FIGUEREDO						
Tipo de Serviço (A)		Valor propostos por empregado (B)	Qtde. de Empregados por posto (C)	Valor Proposto por posto (D) = (B x C)	Qtde. de Postos (E)	Valor Total do Serviço (F) = (D x E)
I	Copeiro	R\$ -	0	R\$ -	0	R\$ -

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA - PRESIDENTE FIGUEREDO		
	DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
A	Valor mensal consolidado do serviço	R\$ -

C	Valor global da proposta				R\$	-
MÓDULO 1 - REMUNERAÇÃO						
Categoria	Salário base	Adc. de Periculosidade	Adc. De Insalubridade	Adc. Noturno	Adc. De Hora Not. Reduzida	TOTAL
	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
	-	-	-	-	-	-

Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, mensais e Diários

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) salário, Férias e Adicional de Férias

13º (décimo terceiro) salário e Férias				
Categoria	Item	Base de cálculo	Percentual	Total
0	13º (décimo terceiro) salário	R\$ -	8,33%	R\$ -
	Férias	R\$ -	9,09%	R\$ -

Adicional de Férias					
Categoria	Item	Base de cálculo	Percentual	Alíq. Adicional	Total
0	Ad. De Férias	R\$ -	9,09%	33,33%	R\$ -

Base de cálculo: Remuneração devida ao motorista (ver o módulo 1)

Férias: Como a planilha é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos)(Fonte: IN 05/2017,

Anexo VII-D, submódulo 2.1, nota 2)

Adicional de Férias: O valor do adicional contido no submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) (Fonte: IN 05/2017, Anexo VII-D, submódulo 2.1, nota 2)

1.2. No caso da Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação, os órgãos e entidades deverão adotar: a) provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º (décimo terceiro) salário e verbas rescisórias aos trabalhadores da contratada, que serão depositados pela Administração em Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação, conforme Anexos XII e XII-A;" (grifamos).

TOTAL DO SUBMÓDULO 2.1				
Categoria	13º salário	Férias	Adic. De Férias	Total
0	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -

SUBMÓDULO 2.2 - GPS, FGTS E OUTRAS CONTRIBUIÇÕES				
Categoria	Item	Percentual	Base de cálculo	Valor
0	INSS	20,00%	R\$ -	R\$ -
	Salário educação	2,50%	R\$ -	R\$ -
	SAT	0,00%	R\$ -	R\$ -
	SESC ou SESI	1,50%	R\$ -	R\$ -
	SENAI - SENAC	1,00%	R\$ -	R\$ -

	SEBRAE	0,60%	R\$ -	R\$ -
	INCRA	0,20%	R\$ -	R\$ -
	FGTS	8,00%	R\$ -	R\$ -
Total		33,80%	R\$ -	R\$ -

COPEIRO			
Item	Base cálculo	Percentuais (%)	Valor
GPS	R\$ -	25,80%	R\$ -
FGTS	R\$ -	8,00%	R\$ -

R\$
-

SAT: A depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para riscos leve, de 2%, para risco médio, e de 3% de risco grave (Fonte: IN 05/2017, Anexo VII-D, submódulo 2.2, nota 2)

SAT(2): Ver decreto 6957/2009 anexo V

Base de cálculo: Percentuais incidem sobre o Módulo 1 + Submódulo 2.1 (Fonte: IN 05/2017, Anexo VII-D, submódulo 2.2, nota 3)

Submódulo 2.3 Benefícios mensais e diários

VALE TRANSPORTE E AUXÍLIO REFEIÇÃO									
Categoria	Item	Qtd. De dias trabalhados por mês	Qtd. vale por dia	Qtd. Vale por mês	Valor unitário do vale	Custo total	Base de cálculo	Desconto (%)	Custo do Empre
0	Vale Transporte	26	2	52	R\$ -	R\$ -	R\$ -	6%	R\$
	Auxílio refeição	22	1	22	R\$ -	R\$ -	R\$ -	20%	R\$

Segundo norma do PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador), o desconto do vale alimentação não é obrigatório, desta forma, a empresa pode escolher não realizá-lo. No caso de organizações que optem pelo desconto, o montante pode chegar até 20% do valor pago pelo benefício.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO VALE ALIMENTAÇÃO - As empresas, além do piso previsto nesta Convenção Coletiva, fornecerão aos seus empregados um cartão plástico magnético para aquisição de refeições diárias, tipo cartão Refeição ou similar, no valor mínimo de R\$ 19,00 (dezenove reais) por dia, sendo o desconto feito **de acordo com a Lei**.

Vale transporte: O empregador participará dos gastos de deslocamento do trabalhador com a ajuda que exceder a 6% (seis por cento) de seu salário básico (Fonte: Lei nº 7.418/1985, Art. 4º parágrafo único)

Vale refeição: A habitação e a alimentação fornecidas como salário utilidade deverão atender aos fins que se destinam e não poderão exceder , respectivamente, a 25% (vinte e cinco por cento) 20% (vinte por cento) do salário contratual. (Fonte: CLT,Art. 458 parágrafo 3º)

ASSISTÊNCIA MÉDICA E FAMILIAR, PLANO DE SAÚDE E SEGURO DE VIDA				
Categoria	Item	Valor do benefício	Desconto	Valor
0	Assistência médica e familiar	R\$ -	R\$ -	R\$ -
	Plano Odontológico	R\$ -	R\$ -	R\$ -
	Seguro de Vida	R\$ -	R\$ -	R\$ -
	Plano de Saude	R\$ -	R\$ -	R\$ -
	Outros (cesta básica)	R\$ -	R\$ -	R\$ -

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - As empresas fornecerão, sem ônus para o trabalhador, mensalmente, inclusive quando estiver no gozo de férias, a todos os empregados ASSOCIADOS AO SINDICARGAS, INDEPENDENTEMENTE DA JORNADA DE TRABALHO, UMA CESTA BÁSICA, através de cartão ou in natura, no valor mínimo de R\$ 170,00 (cento e setenta reais), lhes sendo facultado descontar em folha de pagamento dos empregados o valor máximo de R\$ 1,00 (um real) como forma indenizatória do benefício concedido.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - Para a constituição dos fundos necessários a manutenção dos benefícios previstos nesta cláusula, fica convencionado que as empresas participarão com o valor de R\$ 15,00 (quinze reais) por empregado, conforme o disposto no parágrafo primeiro, acima, por empregado, que será devidamente recolhido mediante depósito bancário identificado ou através de guias próprias emitidas pelo SEAC-AM.

TOTAL SUBMÓDULO 2.3								
Categoria	Vale transporte	Auxílio refeição	Assist. médica e familiar	Plano Odontologico	Plano de Saúde	Outros (Cesta Básica)	Bonus Assiduidade	Total
0	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -

TOTAL MÓDULO 2		
Categoria	Submódulos	Valor
0	13º (décimo terceiro) salário, Férias e Adicional de Férias	R\$ -
	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$ -
	Benefícios Mensais e Diários	R\$ -
TOTAL		R\$ -

MÓDULO 3 - RESCISÃO -COPEIRO					
Item	Base de cálculo	Percentual	Referência	% do item	Valor
Aviso Prévio Indenizado (API)	R\$ -	5,50%	8,33%	0,46%	R\$ -

Incidência do FGTS sobre o API	R\$ -	0,46%	8,00%	0,04%	R\$ -
Multa do FGTS e contribuição social (CS) sobre o API	R\$ -	3,20%	25,00%	0,80%	R\$ -
Aviso Prévio Trabalhado (APT) (Final de Contrato)	R\$ -	22,05%	12	1,84%	R\$ -
Incidência de GPS, FGTS e contribuição social (CS) sobre o APT	R\$ -	1,84%	33,80%	0,62%	R\$ -
Multa do FGTS e contribuição social (CS) sobre o APT	R\$ -	3,20%	100,00%	3,20%	R\$ -
TOTAL					R\$ -

Base de cálculo do API : Módulo 1 +
Módulo 2 - GPS

Base de cálculo Incidência do FGTS sobre API: Módulo 1 +
Módulo 2.1

Base de cálculo Multa FGTS sobre API: Módulo 1 + Módulo
2.1

Base de cálculo do APT: Módulo 1 +
Módulo 2

Base de cálculo Incidência do FGTS sobre APT: Módulo 1 +
Módulo 2.1

Base de cálculo Multa FGTS sobre APT: Módulo 1 + Módulo
2.1

Art. 18, § 1º, Lei 8.036/90 e Lei Complementar 110/01 (Percentual de 4% elencado no Anexo XII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25.5.2017, para multa sobre FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio indenizado e sobre o aviso prévio trabalhado). Haja vista que o percentual previsto para retenção em conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação da multa sobre FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio indenizado e sobre o aviso prévio trabalhado é de 4% e que o percentual adotado para multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado foi de 3,2%, adotou-se a diferença, ou seja, 0,80%, para o item multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado.

De acordo com o entendimento do TCU no Acórdão nº 1.186/2017 - Plenário, a Administração "deve estabelecer na minuta do contrato que a parcela mensal a título de aviso prévio trabalhado será no percentual máximo de 1,94% no primeiro ano, e, em caso de prorrogação do contrato, o percentual máximo dessa parcela será de 0,194% a cada ano de prorrogação, a ser incluído por ocasião da formulação do aditivo da prorrogação do contrato, conforme a Lei 12.506/2011" (Enunciado do Boletim de Jurisprudência nº 176/2017). A título informativo, deve-se atentar para as orientações da Nota Técnica nº 652/2017 - MP, que trata justamente sobre o cálculo das eventuais deduções a serem feitas a cada ano de execução contratual;

Módulo 4 - Custo de Reposição do profissional ausente

Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais

COPEIRO							
Item	Base de cálculo	nº dias	Proporção mensal	Proporção anual	Estimativa	% item	Valor
Substituto na cobertura de férias	R\$ -	30	100,00%	11,11%	8,33%	0,93%	R\$ -
Substituto na Cobertura de Ausência legais	R\$ -	2	6,67%	0,56%	100,00%	0,56%	R\$ -
Substituto na Cobertura Licença Paternidade	R\$ -	5	16,67%	1,39%	2,00%	0,03%	R\$ -

Substituto na Cobertura de Ausência por acidente de trabalho	R\$ -	15	50,00%	4,17%	8,00%	0,33%	R\$ -
Substituto na cobertura de afastamento maternidade	R\$ -	180	600%	50,00%	0,30%	0,15%	R\$ -
Substituto na cobertura de outras ausências (afastamento por doença)	R\$ -	5	16,67%	1,39%	100,00%	1,39%	R\$ -
TOTAL						3,38%	R\$ -

Base de cálculo: Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3 (SEGES)

Substituto ausências legais: O IBGE estima que cada empregado, a título de ausências, falta 2 (dois) dias por ano.

Substituição licença paternidade: Estima-se que 2 % (dois por cento) dos trabalhadores requerem a licença paternidade, segundo o IBGE.

Substituição por acidente de trabalho: 8% (oito por cento) dos trabalhadores, de acordo com o IBGE, se afastam do serviço.

Substituto cobertura afastamento maternidade: 0,3% (três décimos de por cento) solicitam auxílio maternidade

Submódulo 4.2 - Substituto na intrajornada			
Categoria	Base de cálculo	Percentual	Valor
COPEIRO	R\$ -	0%	R\$ -

TOTAL MÓDULO 4		
Categoria	Submódulos	Valor (R\$)
COPEIRO	Subst. Ausências legais	R\$ -
	Subst. Intrajornada	R\$ -
TOTAL		R\$ -

MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS					
Categoria	Uniformes	Materiais	Equipamentos	Outros	Total
COPEIRO	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -

MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, LUCRO E TRIBUTOS			
COPEIRO			
Item	base de cálculo	percentual	Valor
Custos indiretos	R\$ -	0,00%	R\$ -
Lucro	R\$ -	0,00%	R\$ -
Tributos	R\$ -	8,65%	R\$ -
PIS	R\$ -	0,65%	R\$ -

COFINS	R\$ -	3,00%	R\$ -
ISS	R\$ -	5,00%	R\$ -

Base de cálculo Custos Indiretos: Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3 + Módulo 4 + Módulo 5

Base de cálculo Lucro: Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3 + Módulo 4 + Módulo 5 + custos indiretos

Base de cálculo para tributos: Valores referente a tributos é obtida aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento (Fonte: IN 05/2017, anexo VII-D, Módulo 6, nota 2)

Base de cálculo para tributos(2): Para encontrar a base de cálculo do item "tributos", utilizamos a seguinte fórmula: $\text{=(módulo 1 + módulo 2 + módulo 3 + módulo 4 + módulo 5 + custos indiretos + lucro)/(1-\%PIS-\%COFINS-\%ISS)}$

CUSTO POR EMPREGADO		
COPEIRO		
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ -
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ -
C	Módulo 3 - Provisão para rescisão	R\$ -
D	Módulo 4 - Custo reposição profissional ausente	R\$ -
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$ -
	Subtotal (A+ B + C + D + E)	R\$ -
F	Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$ -
TOTAL		R\$ -

UNIFORMES - Copeiro							
Item	Descrição do Item	Quantidade Anual	medida	Valor unitário	Custo anual	Tempo de duração	Custo Mensal
1	Calça comprida de brim	4	und		R\$ -	12	R\$ -
2	Camisa manga longa, malha fria, com gola esporte e emblema da empresa pintado ou bordado.	8	und	R\$ -	R\$ -	12	R\$ -
3	Meia em algodão, tipo soquete.	8	par	R\$ -	R\$ -	12	R\$ -
4	Bota PVC cano curto	2	par	R\$ -	R\$ -	12	R\$ -
5	Crachá em PVC	1	und	R\$ -	R\$ -	12	R\$ -
					R\$ -		R\$ -

MATERIAL - Copeiro							
Item	Descrição do Item	Quantidade Anual	medida	Valor unitário	Custo anual	Tempo de duração	Custo Mensal
1	frascos de detergente 500ml	240	und		R\$ -	12	R\$ -
2	esponja de aço com 08 und (pacote)	36	pacote	R\$ -	R\$ -	12	R\$ -
3	Esponjas para lavar louça	96	und	R\$ -	R\$ -	12	R\$ -
4	sabão em barra (quilo)	48	kg	R\$ -	R\$ -	12	R\$ -

5	panos tipo saco	24	und	R\$ -	R\$ -	12	R\$ -
6	água sanitária (litro)	40	litro	R\$ -	R\$ -	12	R\$ -
7	fardos de papel toalha com 1250 und	60	fardo	R\$ -	R\$ -	12	R\$ -
8	luva látex tamanho M (par)	4	par	R\$ -	R\$ -	12	R\$ -
9	Caixa de máscara Descartável pacote com 100 (cem)	2	caixa	R\$ -	R\$ -	12	R\$ -
10	Caixa de touca descartável com 100und	3	caixa	R\$ -	R\$ -	12	R\$ -
11	guardanapo de pano branco (dúzia)	1	dúzia	R\$ -	R\$ -	12	R\$ -
					R\$ -		R\$ -

AUXILIAR DE ALMOXARIFADO

RAZÃO
SOCIAL:
ENDEREÇO:
UF: CEP:
TELEFONE:
E-MAIL:
DIA / / às : horas

ITEM/GRUPO	DESCRIÇÃO COMPLETA	QUANTIDADE/ MESES	PREÇOS UNITÁRIOS	PREÇOS MENSAIS	PREÇOS GLOBAIS

CUSTOS DECORRENTES DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

INDICAÇÃO DOS SINDICATOS, ACORDOS, CONVENÇÕES OU DISSÍDIOS COLETIVOS DE TRABALHO

QUANTIDADE DE PESSOAL

OUTRAS INFORMAÇÕES IMPORTANTES

DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA	TR Nº
POSTO	QUANTIDADE DE POSTO
Licitação nº	
PARÂMETROS CONVENÇÃO COLETIVA CCT AM 563/2023	DADOS
Município	PRESIDENTE FIGUEREDO
Serviço	
Categoria Profissional	
Ano acordo, Convenção ou sentença normativa em dissídio coletivo	
Data base da categoria	
Tipo de trabalhador	44 horas semanais
Dias de trabalho	26
Carga Horária Mensal	220H
Salário Base CCT	
Hora Extra (normal)	50%
Hora Extra (acrécimo)	60%
Hora Extra (domingos e feriados)	100%
Percentual de Periculosidade	
Percentual de Insalubridade	
Vale Transporte	
Desconto Vale Transporte	6%
Vale Alimentação	
Desconto Vale Alimentação	20%
Assistência médica e familiar	
Cesta Básica	
Desconto Cesta Básica	
Qtde de Vale Transporte por Dia	2

Qtde de Vale Alimentação Dia	1
Plano Odontologico	
Desconto Plano Odontologico	
Plano de Saúde	
Desconto do Plano de Saúde	R\$ -

PARÂMETROS PARA TRIBUTAÇÃO E ENCARGOS	Percentuais de Aplicação
Total de encargos	33,80%
INSS - empregador	20,00%
Salário-Educação	2,50%
SAT-GIL/RAT	
SESC	1,50%
SENAC	1,00%
SEBRAE	0,60%
INCRA	0,20%
FGTS	8,00%
Total de tributos e custo	8,65%
Custos Indiretos	
Lucro	
Tributos	8,65%
PIS	0,65%
COFINS	3,00%
ISS	5,00%
Enquadramento Tributário	

RESUMO DO VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS - PRESIDENTE FIGUEREDO						
Tipo de Serviço (A)		Valor propostos por empregado (B)	Qtde. de Empregados por posto (C)	Valor Proposto por posto (D) = (B x C)	Qtde. de Postos (E)	Valor Total do Serviço (F) = (D x E)
I		R\$ -	0	R\$ -	0	R\$ -
	Valor Mensal					R\$ -

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA - PRESIDENTE FIGUEREDO

	DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
A.1	Valor mensal	R\$ -
B.1	Valor Anual	R\$ -
C	Valor global da proposta	R\$ -

Nº do Processo:	
Licitação Nº:	0

	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)	
A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	
B	Município/UF	
C	Ano do Acordo, Conveção ou Dissídio Coletivo:	
D	Número de meses de execução contratual	

	IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO	
Tipo de serviço	Unidade de Medida	Quant. Total a contratar
	POSTO DE TRABALHO	1

Módulo 1 - Composição da Remuneração

1	Composição da remuneração	Valor (R\$)
A	Salário - Base	R\$ -

B	Adicional de Periculosidade	0
C	Adicional de Insalubridade	0
D	Adicional Noturno	0
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida	0
F	Outros (especificar)	0
Total		R\$ -

Módulo 2- Encargos e benefícios Anuais, Mensais e Diários

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário	R\$ -
B	Férias	R\$ -
C	Adicional de Férias	R\$ -
Total		R\$ -

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Valor (R\$)
A	INSS	R\$ -
B	Salário Educação	R\$ -

C	SAT	R\$	-
D	SESC ou SESI	R\$	-
E	SENAI - SENAC	R\$	-
F	SEBRAE	R\$	-
G	INCRA	R\$	-
H	FGTS	R\$	-
Total		R\$	-

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte	R\$ -
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	R\$ -
C	Assistência Médica e Familiar	R\$ -
D	Plano Odontológico	R\$ -
E	Seguro de Vida	R\$ -
F	Bonus Assiduidade	R\$ -
G	Outros (cesta básica)	R\$ -
Total		R\$ -

Quadro- resumo do módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários		
2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$ -
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$ -
2.3	Benefícios Mensais e Diárias	R\$ -
Total		R\$ -

Módulo 3 - Provisão para Rescisão

3	Provisão para Rescisão	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	R\$ -
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	R\$ -
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado	R\$ -
D	Aviso Prévio Trabalhado	R\$ -
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	R\$ -
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado	R\$ -
Total		R\$ -

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais

4.1	Substituto nas Ausências Legais	Valor (R\$)
A	Substituto na Cobertura de Férias	R\$ -
B	Substituto na Cobertura de Ausência Legais	R\$ -
C	Substituto na Cobertura de Licença Paternidade	R\$ -
D	Substituto na Cobertura de Ausência por acidente de trabalho	R\$ -
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	R\$ -
F	Substituto na cobertura de outras ausências (especificar)	R\$ -
Total		R\$ -

Submódulo 4.2 - Substituto na Intra jornada

4.2	Substituto na Intra jornada	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de intervalo para repouso ou alimentação	R\$ -
Total		R\$ -

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Valor (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências legais	R\$ -
4.2	Substituto na Intra jornada	R\$ -
Total		R\$ -

Módulo 5 - Insumos Diversos

5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	R\$ -
B	Materiais	R\$ -
C	Equipamentos	R\$ -
D	Outros (especificar)	R\$ -
Total		R\$ -

Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	R\$ -
B	Lucro	R\$ -
C	Tributos	R\$ -
	C.1 PIS	R\$ -
	C.2 COFINS	R\$ -
	C.3 ISS	R\$ -
Total		R\$ -

2. Quadro-resumo do custo por empregado

	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ -
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ -
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$ -
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ -
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$ -
	Subtotal (A+ B + C + D + E)	R\$ -
	Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$ -
	Valor Total por Empregado	R\$ -
	Valor Total por Empregado Arredondado	R\$ -

RESUMO DO VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS - PRESIDENTE FIGUEREDO						
Tipo de Serviço (A)		Valor propostos por empregado (B)	Qtde. de Empregados por posto (C)	Valor Proposto por posto (D) = (B x C)	Qtde. de Postos (E)	Valor Total do Serviço (F) = (D x E)
I	Aux. Almoxarifado	R\$ -	0	R\$ -	0	R\$ -
VALOR GLOBAL DA PROPOSTA - PRESIDENTE FIGUEREDO						
	DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)				
A	Valor mensal consolidado do serviço	R\$ -				
C	Valor global da proposta	R\$ -				

MÓDULO 1 - REMUNERAÇÃO						
Categoria	Salário base	Adc. de Periculosidade	Adc. De Insalubridade	Adc. Noturno	Adc. De Hora Not. Reduzida	TOTAL
	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -

Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, mensais e Diários

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) salário, Férias e Adicional de Férias

13º (décimo terceiro) salário e Férias				
Categoria	Item	Base de cálculo	Percentual	Total
0	13º (décimo terceiro) salário	R\$ -	8,33%	R\$ -
	Férias	R\$ -	9,09%	R\$ -

Adicional de Férias					
Categoria	Item	Base de cálculo	Percentual	Alíq. Adicional	Total
0	Ad. De Férias	R\$ -	9,09%	33,33%	R\$ -

Base de cálculo: Remuneração devida ao motorista (ver o módulo 1)

Férias: Como a planilha é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos)(Fonte: IN 05/2017, Anexo VII-D, submódulo 2.1, nota 2)

Adicional de Férias: O valor do adicional contido no submódulo 2.1 corresponde a 1/3(um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) (Fonte: IN 05/2017, Anexo VII-D, submódulo 2.1, nota 2)

1.2. No caso da Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação, os órgãos e entidades deverão adotar: a) provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º (décimo terceiro) salário e verbas rescisórias aos trabalhadores da contratada, que serão depositados pela Administração em Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação, conforme Anexos XII e XII-A;” (grifamos).

TOTAL DO SUBMÓDULO 2.1				
Categoria	13º salário	Férias	Adic. De Férias	Total
0	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -

SUBMÓDULO 2.2 - GPS, FGTS E OUTRAS CONTRIBUIÇÕES				
Categoria	Item	Percentual	Base de cálculo	Valor
0	INSS	20,00%	R\$ -	R\$ -
	Salário educação	2,50%	R\$ -	R\$ -
	SAT	0,00%	R\$ -	R\$ -
	SESC ou SESI	1,50%	R\$ -	R\$ -
	SENAI - SENAC	1,00%	R\$ -	R\$ -
	SEBRAE	0,60%	R\$ -	R\$ -
	INCRA	0,20%	R\$ -	R\$ -

	FGTS	8,00%	R\$ -	R\$ -
Total		33,80%	R\$ -	R\$ -

Aux. Almoхарifado			
Item	Base cálculo	Percentuais (%)	Valor
GPS	R\$ -	25,80%	R\$ -
FGTS	R\$ -	8,00%	R\$ -

R\$
-

SAT: A depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para riscos leve, de 2%, para risco médio, e de 3% de risco grave (Fonte: IN 05/2017, Anexo VII-D, submódulo 2.2, nota 2)

SAT(2): Ver decreto 6957/2009 anexo V

Base de cálculo: Percentuais incidem sobre o Módulo 1 + Submódulo 2.1 (Fonte: IN 05/2017, Anexo VII-D, submódulo 2.2, nota 3)

Submódulo 2.3 Benefícios mensais e diários

VALE TRANSPORTE E AUXÍLIO REFEIÇÃO									
Categoria	Item	Qtd. De dias trabalhados por mês	Qtd. vale por dia	Qtd. Vale por mês	Valor unitário do vale	Custo total	Base de cálculo	Descont o (%)	Custo do Empregador
0	Vale Transporte	26	2	52	R\$ -	R\$ -	R\$ -	6%	R\$ -
	Auxílio refeição	22	1	22	R\$ -	R\$ -	R\$ -	20%	R\$ -

Segundo norma do PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador), o desconto do vale alimentação não é obrigatório, desta forma, a empresa pode escolher não realizá-lo. No caso de organizações que optem pelo desconto, o montante pode chegar até 20% do valor pago pelo benefício.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO VALE ALIMENTAÇÃO - As empresas, além do piso previsto nesta Convenção Coletiva, fornecerão aos seus empregados um cartão plástico magnético para aquisição de refeições diárias, tipo cartão Refeição ou similar, no valor mínimo de R\$ 19,00 (dezenove reais) por dia, sendo o desconto feito **de acordo com a Lei**.

Vale transporte: O empregador participará dos gastos de deslocamento do trabalhador com a ajuda que exceder a 6% (seis por cento) de seu salário básico (Fonte: Lei nº 7.418/1985, Art. 4º parágrafo único)

Vale refeição: A habitação e a alimentação fornecidas como salário utilidade deverão atender aos fins que se destinam e não poderão exceder , respectivamente, a 25% (vinte e cinco por cento) e 20% (vinte por cento) do salário contratual. (Fonte: CLT,Art. 458 parágrafo 3º)

ASSISTÊNCIA MÉDICA E FAMILIAR, PLANO DE SAÚDE E SEGURO DE VIDA				
Categoria	Item	Valor do benefício	Desconto	Valor
0	Assistência médica e familiar	R\$ -	R\$ -	R\$ -
	Plano Odontológico	R\$ -	R\$ -	R\$ -
	Seguro de Vida	R\$ -	R\$ -	R\$ -
	Plano de Saude	R\$ -	R\$ -	R\$ -
	Outros (cesta básica)	R\$ -	R\$ -	R\$ -

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - As empresas fornecerão, sem ônus para o trabalhador, mensalmente, inclusive quando estiver no gozo de férias, a todos os empregados ASSOCIADOS AO SINDICARGAS, INDEPENDENTEMENTE DA JORNADA DE TRABALHO, UMA CESTA BÁSICA, através de cartão ou in natura, no valor mínimo de R\$ 170,00 (cento e setenta reais), que lhes sendo facultado descontar em folha de pagamento dos empregados o valor máximo de R\$ 1,00 (um real) como forma indenizatória do benefício concedido.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - Para a constituição dos fundos necessários a manutenção dos benefícios previstos nesta cláusula, fica convencionado que as empresas participarão com o valor de R\$ 15,00 (quinze reais) por empregado, conforme o disposto no parágrafo primeiro, acima, por empregado, que será devidamente recolhido mediante depósito bancário identificado ou através de guias próprias emitidas pelo SEAC-AM.

TOTAL SUBMÓDULO 2.3								
Categoria	Vale transporte	Auxílio refeição	Assist. médica e familiar	Plano Odontológico	Plano de Saúde	Outros (Cesta Básica)	Bonus Assiduidade	Total
0	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -

TOTAL MÓDULO 2		
Categoria	Submódulos	Valor
0	13º (décimo terceiro) salário, Férias e Adicional de Férias	R\$ -
	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$ -
	Benefícios Mensais e Diários	R\$ -
TOTAL		R\$ -

MÓDULO 3 - RESCISÃO - Aux. Almojarifado					
Item	Base de cálculo	Percentual	Referência	% do item	Valor
Aviso Prévio Indenizado (API)	R\$ -	5,50%	8,33%	0,46%	R\$ -
Incidência do FGTS sobre o API	R\$ -	0,46%	8,00%	0,04%	R\$ -

Multa do FGTS e contribuição social (CS) sobre o API	R\$	-	3,20%	25,00%	0,80%	R\$ -
Aviso Prévio Trabalhado (APT) (Final de Contrato)	R\$	-	22,05%	12	1,84%	R\$ -
Incidência de GPS, FGTS e contribuição social (CS) sobre o APT	R\$	-	1,84%	33,80%	0,62%	R\$ -
Multa do FGTS e contribuição social (CS) sobre o APT	R\$	-	3,20%	100,00%	3,20%	R\$ -
TOTAL						R\$ -

Base de cálculo do API : Módulo 1 + Módulo 2 - GPS

Base de cálculo Incidência do FGTS sobre API: Módulo 1 + Módulo 2.1

Base de cálculo Multa FGTS sobre API: Módulo 1 + Módulo 2.1

Base de cálculo do APT: Módulo 1 + Módulo 2

Base de cálculo Incidência do FGTS sobre APT: Módulo 1 + Módulo 2.1

Base de cálculo Multa FGTS sobre APT: Módulo 1 + Módulo 2.1

Art. 18, § 1º, Lei 8.036/90 e Lei Complementar 110/01 (Percentual de 4% elencado no Anexo XII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25.5.2017, para multa sobre FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio indenizado e sobre o aviso prévio trabalhado). Haja vista que o percentual previsto para retenção em conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação da multa sobre FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio indenizado e sobre o aviso prévio trabalhado é de 4% e que o percentual adotado para multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso PrévioTrabalhado foi de 3,2%, adotou-se a diferença, ou seja, 0,80%, para o item multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado.

De acordo com o entendimento do TCU no Acórdão nº 1.186/2017 - Plenário, a Administração " deve estabelecer na minuta do contrato que a parcela mensal a título de aviso prévio trabalhado será no percentual máximo de 1,94% no primeiro ano, e, em caso de prorrogação do contrato, o percentual máximo dessa parcela será de 0,194% a cada ano de prorrogação, a ser incluído por ocasião da formulação do aditivo da prorrogação do contrato, conforme a Lei 12.506/2011" (Enunciado do Boletim de Jurisprudência nº 176/2017). A título informativo, deve-se atentar para as orientações da Nota Técnica nº 652/2017 - MP, que trata justamente sobre o cálculo das eventuais deduções a serem feitas a cada ano de execução contratual;

Módulo 4 - Custo de Reposição do profissional ausente

Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais

Aux. Almoarifado							
Item	Base de cálculo	nº dias	Proporção mensal	Proporção anual	Estimativa	% item	Valor
Substituto na cobertura de férias	R\$ -	30	100,00%	11,11%	8,33%	0,93%	R\$ -
Substituto na Cobertura de Ausência legais	R\$ -	2	6,67%	0,56%	100,00%	0,56%	R\$ -
Substituto na Cobertura Licença Paternidade	R\$ -	5	16,67%	1,39%	2,00%	0,03%	R\$ -
Substituto na Cobertura de Ausência por acidente de trabalho	R\$ -	15	50,00%	4,17%	8,00%	0,33%	R\$ -
Substituto na cobertura de afastamento maternidade	R\$ -	180	600%	50,00%	0,30%	0,15%	R\$ -
Substituto na cobertura de outras ausências (afastamento por doença)	R\$ -	5	16,67%	1,39%	100,00%	1,39%	R\$ -

TOTAL						3,38%	R\$ -
--------------	--	--	--	--	--	--------------	-----------------

Base de cálculo: Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3 (SEGES)

Substituto ausências legais: O IBGE estima que cada empregado, a título de ausências, falta 2 (dois) dias por ano.

Substituição licença paternidade: Estima-se que 2 % (dois por cento) dos trabalhadores requerem a licença paternidade, segundo o IBGE.

Substituição por acidente de trabalho: 8% (oito por cento) dos trabalhadores, de acordo com o IBGE, se afastam do serviço.

Substituto cobertura afastamento maternidade: 0,3% (três décimos de por cento) solicitam auxílio maternidade

Submódulo 4.2 - Substituto na intrajornada			
Categoria	Base de cálculo	Percentual	Valor
Aux. Almoxarifado	R\$ -	0%	R\$ -

TOTAL MÓDULO 4		
Categoria	Submódulos	Valor (R\$)
Aux. Almoxarifado	Subst. Ausências legais	R\$ -
	Subst. Intrajornada	R\$ -
	TOTAL	R\$ -

MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS					
Categoria	Uniformes	Materiais	Equipamentos	Outros	Total
Aux. Almoxarifado	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -

MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, LUCRO E TRIBUTOS			
Aux. Almoxarifado			
Item	base de cálculo	percentual	Valor
Custos indiretos	R\$ -	0,00%	R\$ -
Lucro	R\$ -	0,00%	R\$ -
Tributos	R\$ -	8,65%	R\$ -
PIS	R\$ -	0,65%	R\$ -
COFINS	R\$ -	3,00%	R\$ -
ISS	R\$ -	5,00%	R\$ -

Base de cálculo Custos Indiretos: Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3 + Módulo 4 + Módulo 5

Base de cálculo Lucro: Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3 + Módulo 4 + Módulo 5 + custos indiretos

Base de cálculo para tributos: Valores referente a tributos é obtida aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento (Fonte: IN 05/2017, anexo VII-D, Módulo 6, nota 2)

Base de cálculo para tributos(2): Para encontrar a base de cálculo do item "tributos", utilizamos a seguinte fórmula: $=(\text{módulo 1} + \text{módulo 2} + \text{módulo 3} + \text{módulo 4} + \text{módulo 5} + \text{custos indiretos} + \text{lucro}) / (1 - \% \text{PIS} - \% \text{COFINS} - \% \text{ISS})$

CUSTO POR EMPREGADO		
Aux. Almoхарifado		
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ -
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ -
C	Módulo 3 - Provisão para rescisão	R\$ -
D	Módulo 4 - Custo reposição profissional ausente	R\$ -
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$ -
	Subtotal (A+ B + C + D + E)	R\$ -
F	Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$ -
TOTAL		R\$ -

UNIFORMES - Aux. Almojarifado							
Item	Descrição do Item	Quantidade Anual	medida	Valor unitário	Custo anual	Tempo de duração	Custo Mensal
1	Calça comprida de brim	4	und		R\$ -	12	R\$ -
2	Camisa manga longa, malha fria, com gola esporte e emblema da empresa pintado ou bordado.	8	und	R\$ -	R\$ -	12	R\$ -
3	Meia em algodão, tipo soquete.	8	par	R\$ -	R\$ -	12	R\$ -
4	Bota PVC cano curto	2	par	R\$ -	R\$ -	12	R\$ -
5	Crachá em PVC	1	und	R\$ -	R\$ -	12	R\$ -
					R\$ -		R\$ -

MATERIAL - Aux. Almojarifado							
Item	Descrição do Item	Quantidade Anual	medida	Valor unitário	Custo anual	Tempo de duração	Custo Mensal
1	Cinta ergonômica para carregador	1	und		R\$ -	12	R\$ -
					R\$		R\$

	-	-
--	---	---

ANEXO VII

Modelo de declaração de contratos firmados com a iniciativa privada e a Administração Pública

Declaramos que a empresa _____, inscrita no CNPJ (MF) nº _____, possui os seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e administração pública:

NOME DO ÓRGÃO / EMPRESA	Nº DO ANO DO CONTRATO	DATA DE ASSINATURA	VALOR TOTAL DO CONTRATO

VALOR TOTAL DOS CONTRATOS:

Local e data

Assinatura e carimbo do emissor

COMPROVAÇÃO DA SUBCONDIÇÃO

Cálculo demonstrativo visando comprovar que o patrimônio líquido é igual ou superior a 1/12 um doze avos) do valor dos contratos firmados com a administração pública e com a iniciativa privada. Valor do Patrimônio Líquido x 12 > 1

Valor total dos contratos:

Obs.: Esse resultado deverá ser superior a 1.

COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO

Cálculo demonstrativo da variação percentual do valor total constante na declaração de contratos firmados com a iniciativa privada e com a Administração Pública em relação à receita bruta. (Valor da receita bruta – Valor total dos contratos) x 100 = Valor da receita bruta

Obs.: Caso o percentual encontrado seja maior que 10% (positivo ou negativo), a licitante deverá apresentar as devidas justificativas.

JUSTIFICATIVAS PARA A VARIAÇÃO PERCENTUAL SUPERIOR A 10%

XX

Observações:

1. Esta declaração deverá ser emitida em papel que identifique a empresa;
2. A licitante deverá informar todos os contratos vigentes.

ANEXO VIII**Modelo de Instrumento de Medição de Resultado – IMR.****1. Definições**

1.1 Este documento apresenta critérios de avaliação dos serviços, identificando indicadores, metas, mecanismos de cálculo, forma de acompanhamento e adequações de pagamento por descumprimento das metas estabelecidas.

1.2 Os serviços serão avaliados por meio de 05 (cinco) indicadores: atraso no pagamento de salários dos funcionários, uso de EPI's e uniformes, tempo de resposta às solicitações da contratante, falta de cordialidade no trato com os usuários e falha na qualidade ou não execução dos serviços prestados.

1.3 Aos indicadores serão atribuídos pontos, diferentes entre si de acordo com a necessidade do serviço.

1.4 A pontuação final dos serviços poderá resultar em valores entre 0(zero) ou 100(cem) dependendo se a CONTRATANTE deixar ou não de cumprir as metas estabelecidas.

2. Indicadores

Indicador	
Nº01 + Atraso no pagamento de salários dos funcionários	
Item	Descrição
Finalidade	Mitigar ocorrências de atrasos de pagamentos de salários e demais benefícios dos colaboradores da empresa contratada
Meta a cumprir	Nenhuma ocorrência no mês
Instrumento de medição	Constatação formal de ocorrência
Forma de acompanhamento	Condicionada à verificação pela fiscalização do Contrato.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	Identificação pelo menos uma ocorrência de atraso no mês de referência
Início de Vigência	Após início da prestação dos serviços
Faixas de ajuste no pagamento	Sem ocorrência = 35 pontos Uma ou mais ocorrências =0 pontos
Sanções	Ajuste no pagamento
Observações	O atraso de pagamento será considerado uma ocorrência mensal atendendo o disposto do Art. 459§ 1º da CLT

Indicador	
Nº02 + Uso de EPI's e Uniformes	
Item	Descrição
Finalidade	Inobservância da utilização de uniforme e EPI, uso de uniforme incompleto ou inadequado, uniforme e EPI excessivamente danificado ou deixar de providenciar conjunto

	completo de uniforme e EPI aos funcionários.
Meta a cumprir	Nenhuma ocorrência mensal
Instrumento de medição	Constatação formal da ocorrência
Forma de acompanhamento	Condicionada à verificação pela fiscalização do Contrato ou a comunicação poderá ser mediante correspondência eletrônica.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	Quantidade de ocorrências registradas no mês de referência
Início de Vigência	Após início da prestação dos serviços
Faixas de ajuste no pagamento	Sem ocorrência = 15 pontos 1 ocorrência = 12 pontos
	2 ocorrências= 9pontos 3 ocorrências= 6pontos 4 ocorrências= 3pontos 5 ou mais ocorrências= 0 pontos
Sanções	Ajuste no pagamento
Observações	Será considerada ocorrência individual a falta de EPI e uniformes, por funcionário, podendo ocorrer o registro de várias ocorrências na mesma data.

Indicador	
Nº02 + Uso de EPI's e Uniformes	
Item	Descrição
Finalidade	Inobservância da utilização de uniforme e EPI, uso de uniforme incompleto ou inadequado, uniforme e EPI excessivamente danificado ou deixar de providenciar conjunto completo de uniforme e EPI aos funcionários.
Meta a cumprir	Nenhuma ocorrência mensal
Instrumento de medição	Constatação formal da ocorrência
Forma de acompanhamento	Condicionada à verificação pela fiscalização do Contrato ou a comunicação poderá ser mediante correspondência eletrônica.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	Quantidade de ocorrências registradas no mês de referência
Início de Vigência	Após início da prestação dos serviços
Faixas de ajuste no pagamento	Sem ocorrência = 15 pontos 1 ocorrência = 12 pontos 2 ocorrências= 9pontos 3 ocorrências= 6pontos 4 ocorrências= 3pontos 5 ou mais ocorrências= 0 pontos
Sanções	Ajuste no pagamento
Observações	Será considerada ocorrência individual a falta de EPI e uniformes, por funcionário, podendo ocorrer o registro de várias ocorrências na mesma data.

Indicador	
Nº03 + Tempo de resposta às solicitações da contratada	
Item	Descrição
Finalidade	Mensurar o atendimento às solicitações elaboradas pelos fiscais do contrato, por meio das notificações encaminhadas à contratada
Meta a cumprir	Prazo estabelecido pela em cada notificação
Instrumento de medição	Constatação formal de ocorrências.
Forma de acompanhamento	Condicionada à verificação pela fiscalização do Contrato.
Periodicidade	Quando solicitado à contratante
Mecanismo de Cálculo	Quantidade de ocorrências registradas com tempo de resposta superior ao estipulado
Início de Vigência	Após início da prestação dos serviços
Faixas de ajuste no pagamento	Sem atrasos = 10 pontos
	1 resposta com atraso= 8 pontos 2 respostas com atraso= 6 pontos 3 respostas com atraso= 4 pontos 4 respostas com atraso= 2 pontos 5 ou mais respostas com atraso = 0 pontos
Sanções	Ajuste de pagamento
Observações	Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato ocorrido corresponderá uma ocorrência, podendo ocorrer o registro de várias ocorrências na mesma data.

Indicador	
Nº04 + Falta de cordialidade no trato com os usuários	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir o bom atendimento aos usuários do serviço
Meta a cumprir	Nenhuma ocorrência do mês
Instrumento de medição	Constatação formal de ocorrências.
Forma de acompanhamento	Condicionar à verificação pela fiscalização do contrato ou à comunicação formalizada a este, efetuada por usuário que tenha verificado sua ocorrência
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	Quantidade de ocorrências registradas no mês de referência
Início de Vigência	Após início da prestação dos serviços
Faixas de ajuste no pagamento	Sem ocorrência = 20 pontos 1 ocorrência = 15 pontos 2 ocorrências= 10 pontos 3 ocorrências= 5 pontos 4 ou mais ocorrências= pontos
Sanções	Ajuste de pagamento
Observações	A comunicação ao fiscal poderá ser feita mediante correspondência eletrônica. Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato verificado corresponderá uma ocorrência, podendo o registro de várias ocorrências na mesma data.

Indicador	
Nº05 + Falha na qualidade ou não execução dos serviços prestados	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir o nível de qualidade e eficiência na prestação do serviço
Meta a cumprir	Nenhuma ocorrência no mês
Instrumento de medição	Constatação formal de ocorrências
Forma de acompanhamento	Condicionar à verificação pela fiscalização do contrato ou à comunicação formalizada a este, efetuada por usuário que tenha verificado sua ocorrência
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	Quantidade de ocorrências registradas no mês de referência
Início de Vigência	Após início da prestação dos serviços
Faixas de ajuste no pagamento	Sem ocorrência = 20 pontos 1 a 3 ocorrências = 15 pontos 4 a 6 ocorrências = 10 pontos 7 a 9 ocorrências = 5 pontos 10 ou mais ocorrências = pontos
Sanções	Ajuste de pagamento
Observações	A comunicação ao fiscal poderá ser feita mediante correspondência eletrônica. Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato verificado corresponderá uma ocorrência, podendo o registro de várias ocorrências na mesma data.

03. Tabela para cálculo da pontuação final

INDICADOR	CRITÉRIO	PONTOS	AVALIAÇÃO
01- Atraso no pagamento de salários dos funcionários	Sem ocorrências	35	
	Uma ou mais ocorrências	0	
02- Uso de EPI's e Uniformes	Sem atrasos	15	
	1 ocorrência	12	
	2 ocorrências	9	
	3 ocorrências	6	
	4 ocorrências	3	
	5 ou mais ocorrências	0	
	Sem atrasos	10	
	1 resposta com atraso	8	
	2 respostas com atraso	6	

03 - Tempo de resposta às solicitações da contratada	3 respostas com atraso	4	
	4 respostas com atraso	2	
	5 ou mais respostas com atraso	0	
04 - Falta de cordialidade no trato com os usuários	Sem ocorrências	20	
	1 ocorrência	15	
	2 ocorrências	10	
	3 ocorrências	5	
	4 ou mais ocorrências	0	
05 - Falha na qualidade ou não execução dos serviços prestados	Sem nenhuma ocorrência	20	
	1 a 3 ocorrências	15	
	4 a 6 ocorrências	10	
	7 a 9 ocorrências	5	
	10 ou mais ocorrências	0	
PONTUAÇÃO TOTAL			

04 Faixa de ajuste de pagamento

4.1 As pontuações devem ser totalizadas para o mês de referência, conforme métodos apresentados nas tabelas acima

4.2 A aplicação dos critérios de averiguação resultará em uma pontuação final no intervalo de 0 a 100 pontos, correspondente à soma das pontuações obtidas para cada indicador, conforme fórmula abaixo:

Pontuação total do serviço = Ponto "Indicador 1" + Pontos "Indicador 2" + Pontos "Indicador 3" + Pontos "Indicador 4" + Pontos "Indicador 5"

4.3 Os pagamentos devidos, relativos a cada mês de referência, devem ser ajustados pela pontuação total do serviço, conforme tabela e fórmula apresentados abaixo:

Faixas de Pontuação	Pagamento Devido	Fator de Ajuste
De 80 a 100 pontos	100% do valor previsto	1,00
De 70 a 79 pontos	95% do valor previsto	0,95
De 60 a 69 pontos	90% do valor previsto	0,90
De 50 a 59 pontos	85% do valor previsto	0,85
De 40 a 49% pontos	80% do valor previsto	0,80
Abaixo de 40 pontos	80% do valor previsto mais multa	0,80 + multa

Valor devido = [(Valor mensal previsto) x (Fator de Ajuste)]

3.4 A avaliação abaixo de 40 pontos por 3 (três) vezes consecutivas ensejará a rescisão do contrato.